



República de Angola

*

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED-HUÍLA**

**FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO DE UM
COLÉGIO PÚBLICO DE UM MUNICÍPIO DO SUL DE ANGOLA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Autora: Cipriana Canene Vilombo

Lubango, 2023



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED-HUÍLA

**FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO DE UM
COLÉGIO PÚBLICO DE UM MUNICÍPIO DO SUL DE ANGOLA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Autora: Cipriana Canene Vilombo

Orientadora: Paula Ângela Coelho Henriques dos Santos, Ph.D.

Lubango, 2023

Dedicatória

Dedico este trabalho ao preciosíssimo Deus, à família, benfeitores, amigos e todos aqueles que têm contribuído na minha formação de forma directa e indirecta.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida e por tudo que tem feito por mim, aos meus pais por me terem gerado, especialmente a minha mãe pela educação passada desde o meu nascimento e toda minha infância. Ao Lar da Irmã Bernadete Ngueve onde vivi toda minha adolescência, aos meus benfeitores da Igreja Evangélica Luterana da Finlândia, aos meus padrinhos João Paulo Correia e Nélia Neves Correia, a Escola nº 50 do Lubango, ao Instituto de Ciências Religiosas de Angola ICRA-Lubango, ao Instituto de Ciências da Educação da Huíla. Muito Obrigada.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo: Compreender o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre psicopedagogia, formularam-se objetivos específicos com as suas respectivas tarefas. As principais temáticas que estiveram subjacentes aos trabalhos de investigação para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram: Dificuldades de Aprendizagem, Interação Psicopedagógica sobre as Dificuldades de Aprendizagem, Intervenção Psicopedagógica, Trabalho Psicopedagógico, Desafios e soluções do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola, Constituição do gabinete psicopedagógico, e Problemas encaminhados ao gabinete psicopedagógico.

A abordagem teórica que serviu de base para este estudo, alicerçou-se na Psicopedagogia, desde alguns trechos do seu historial, a contextualização e concretização da mesma.

Quanto a metodologia, fez-se uma investigação qualitativa, do tipo descritiva, com base em entrevistas semi-estruturadas, dirigidas a 12 professores, a Direcção do colégio (dois elementos) e a todos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico (três elementos) de um colégio público de um município do sul de Angola. Da entrevista feita obtiveram-se informações, que depois de seleccionadas, codificadas e classificadas, foram organizadas por categorias, tendo sido obtido resultados – não generalizáveis, pela sua especificidade, situados no contexto do estudo de caso realizado. Com base nos elementos assim recolhidos e tratados, elaborou-se então uma proposta para a constituição e funcionamento do gabinete de um colégio público de um Município do sul de Angola. Esta proposta é um contributo que visa ajudar a resolver o problema identificado, salvaguardando necessariamente o carácter flexível deste gabinete.

Palavras-chave: Psicopedagogia e Funcionamento;

Abstract

The aim of this research is to understand how the Psychopedagogical Support Office works in a public school in a municipality in southern Angola. A bibliographical survey was carried out on psycho-pedagogy, and specific objectives were formulated with their respective tasks. The main themes underlying the research work to achieve the general objective of this research were: Learning Difficulties, Psychopedagogical Interaction on Learning Difficulties, Psychopedagogical Intervention, Psychopedagogical Work, challenges and solutions of the Psychopedagogical Support Office of a public school in a Municipality in Southern Angola, constitution of the Psychopedagogical Office, and Problems referred to the Psychopedagogical Office. The theoretical approach that served as the basis for this study was based on Psychopedagogy, from a few excerpts from its history to its contextualisation and implementation. In terms of methodology, this was a qualitative, descriptive study based on semi-structured interviews with 12 teachers, the school management (two members) and all the professionals in the Psychopedagogical Support Office (three members) at a public school in a municipality in southern Angola. From the interviews, information was obtained which, after being selected, coded and classified, was organised into categories, yielding results - which cannot be generalised due to their specific nature - located in the context of the case study. On the basis of the elements thus collected and processed, a proposal was then drawn up for the constitution and operation of the Office of a Public School in a municipality in southern Angola. This proposal is a contribution that aims to help solve the problem identified, while necessarily safeguarding the flexible nature of this office.

Keywords: Functionality; Psycho-pedagogical.

Índice geral	
Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice geral	v
Lista de tabelas e figuras	x
Lista de abreviaturas	xi
Introdução	1
Introdução do capítulo 1	10
1.1. Breve reflexão sobre a educação em Angola	11
1.2. Breve história da deficiência	17
1.2.1. Tratamento dos deficientes na idade antiga	17
1.2.2. Tratamento dos deficientes na idade média	18
1.2.3. Tratamento dos deficientes na era cristã	18
1.2.4. Tratamento dos deficientes na idade moderna	19
1.2.5. Tratamento dos deficientes na idade contemporânea	19
1.3. Breve historial da psicopedagogia	21
1.4. Definições de palavras-chave	23
1.5. Modelos teóricos para actuação psicopedagógica	24
1.5.1. Modelo bio-ecológico de desenvolvimento humano de Bronfenbrenner	24
1.5.2. Epistemologia convergente de Jorge Visca (1985)	25
1.6. Enquadramento e contextualização	26
1.6.1 Necessidades educativas especiais no Brasil	27
1.6.2. A educação especial em Moçambique	29
1.6.3. A educação especial em Cabo verde	30
1.6.4. Educação especial em Angola	31

1.7. Importância da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais	33
1.8. Dificuldades de aprendizagem	35
1.9. O papel do professor diante das dificuldades de aprendizagem.....	38
1.10. Interação psicopedagógica	39
1.10.1. Aluno	40
1.10.2. Relação professor e aluno	40
1.10.3. Pais e encarregados de educação em relação com a escola .	41
1.10.4. O Psicopedagogo	43
1.11. Encaminhamento de alunos com problemas ou não, à equipa interdisciplinar.....	44
1.12. Trabalho psicopedagógico.....	45
1.13. Intervenção psicopedagógica na escola.....	46
1.14. Desafios e soluções do trabalho psicopedagógico	48
1.15. Constituição da equipa interdisciplinar de orientação psicopedagógica para o acompanhamento escolar	49
1.16. Necessidade de formação contínua e especializada da equipa interdisciplinar.....	50
Conclusão do capítulo 1	53
Introdução do capítulo 2.....	55
2.1. Preliminares da investigação	56
2.2. Caracterização de um colégio público de um município do sul de Angola e o seu gabinete de apoio psicopedagógico	58
2.3. Design da investigação.....	60
2.4. Problema de investigação, objecto e objectivos	63
2.4.1. Problema de investigação	63
2.4.2. Situação problemática	64
2.4.3. Justificativa da pesquisa.....	65

2.4.4. Objecto.....	65
2.4.5. Objectivos.....	65
2.4.6. Objectivo geral	66
2.4.7. Objectivos específicos	66
2.5. Tarefas de investigação.....	66
2.6. Perguntas de investigação	67
2.7. Contextualização dos participantes do estudo	67
2.7.1. Caracterização dos participantes.....	68
2.8. Diagnóstico feito ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola	73
2.9. Instrumentos de recolha de dados	75
2.9.1. Entrevista.....	76
2.9.2 Objectivo da entrevista.....	77
2.9.3. Contexto da realização da entrevista	78
2.9.4. Observação.....	79
2.10. Tratamento dos dados	81
2.11. Técnica de análise de dados	82
2.12. Apresentação das categorias formadas a partir da entrevista feita aos professores, profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico e a direcção do colégio	84
2.12.1. Apresentação, interpretação da entrevista feita aos professores de um colégio público de um município do sul de Angola	84
2.12.2. Apresentação e interpretação da entrevista feita aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico.....	88
2.12.3. Apresentação e interpretação dos dados da entrevista feita a direcção do colégio	91
2.13. Questões éticas da pesquisa	92
2.14. Análise e discussão dos dados recolhidos no colégio	93

2.14.1. Análise e discussão dos resultados obtidos a partir da entrevista feita aos professores do colégio	93
2.14.2 Análise e discussão da entrevista feita aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico	98
2.14.3. Análise e discussão da entrevista feita a direção do colégio ...	101
Conclusão do capítulo 2	103
Introdução do capítulo 3	98
3.1. Abordagem da proposta:.....	99
3.2. Objectivos da proposta.....	99
3.2.1. Objectivo geral da proposta.....	99
3.2.2. Objectivos específicos	100
3.3. Base da proposta	100
3.3.1. Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola e o perfil profissional de seus elementos	101
3.3.2. Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.....	101
3.3.3. Decreto Presidencial nº15/11 de 11 de Janeiro, no artigo 40º e 41º	102
3.3.4. O Material encontrado no gabinete de Apoio Psicopedagógico de um colégio Público de um Município do sul de angola	103
3.4. Proposta.....	103
3.4.1. Psicopedagogo	105
3.4.2. Psicólogo educacional	106
3.4.3. Psicólogo clínico.....	107
3.4.4. Especialista de saúde geral	107
3.4.5. Orientador vocacional	108
3.4.6.Especialista de educação moral e cívica	109

3.5. Recursos que o gabinete de Apoio Psicopedagógico deve ter, para apoio do trabalho dos profissionais	110
Conclusão do capítulo 3	112
Limitações e potencialidades do estudo.....	113
Sugestões	114
Considerações Finais	116
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
Apêndices	128
Anexos	155

Lista de tabelas e figuras

Figura 1: Problemas que dificultam o processo de Ensino/Aprendizagem.....	85
Figura 2-Interação Psicopedagógica	86
Figura 3: Intervenção Psicopedagógica	87
Figura 4: Trabalho Psicopedagógico	88
Figura 5: Desafios e Soluções do Gabinete de Apoio Psicopedagógico	89
Figura 6: Constituição do Gabinete de Apoio Psicopedagógico de um Colégio Público de um Município do Sul de Angola	90
Figura 7: Problemas Encaminhado ao Gabinete Psicopedagógico de um Colégio de um Município do Sul de Angola.....	91
Tabela 1: perfil dos professores quanto a faixa etária e género.....	69
Tabela 2: Grau Académico, Especialidade e Tempo de Serviço dos Professores	69
Tabela 3 :Perfil dos Profissionais do Gabinete Psicopedagógico Quanto a Faixa Etária e Género	70
Tabela 4: Gau Académico, Especialidade e Tempo de Serviço dos Profissionais do Gabinete Psicopedagógico.....	71
Tabela 5: Perfil da Direcção da Escola do Colégio Quanto a Faixa Etária e Género	71
Tabela 6: Grau Académico, Especialidade e Tempo de Serviço da Direcção do Colégio	72

Lista de abreviaturas

P- Professor

PGP- Profissional do Gabinete Psicopedagógico

Dr.1- Director 1

Dr.2- Director 2

Introdução

Introdução

Falar sobre psicopedagogia é perceber estar diante de uma tarefa de estudo, que ainda anda a busca de definição concreta, tendo em vista o seu objecto, e por ser uma área de conhecimento auxiliada por outras ciências, a sua definição é dependente de outras áreas do saber.

Como afirmaram Sá et al. (2008):

“Falar sobre Psicopedagogia é, hoje em dia, uma tarefa difícil, pois, por ser ela uma ciência muito nova e ter sua área de actuação inserida na confluência da Psicologia e da Pedagogia, apresenta múltiplas facetas, não possuindo ainda paradigmas operacionais totalmente estabelecidos, estando na busca de sua própria identidade enquanto área de conhecimento, linha de pesquisa em educação e em Psicologia, bem como atividades terapêuticas e/ou preventivas. (p.7).

Acerca da caracterização da psicopedagogia e o seu objecto de estudo, Bossa (2019), alega que os diversos autores que tratam da Psicopedagogia, enfatizam o seu carácter interdisciplinar, o que significa aceitar a sua especificidade, em muitas áreas de estudos, buscando conhecimento em outros campos, formula o seu próprio objecto de estudo, condição essencial da interdisciplinaridade. Ao admitir o carácter interdisciplinar da psicopedagogia, deve-se abandonar a ideia de que, a Psicopedagogia apenas como aplicação da Psicologia à Pedagogia, tendo mais auxílio de outras áreas de conhecimento, anula a concepção do intercâmbio somente a essas duas disciplinas.

O presente estudo, desenvolveu-se em torno do tema: Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. Que direccionou investigar o problema de pesquisa: Como funciona

o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola?

Dos vários trabalhos encontrados no repositório do Instituto de Ciências da Educação (ISCED-HUÍLA), como antecedentes do tema selecionou-se os seguintes:

Passile (2019), “Importância do Gabinete de Orientação Psicopedagógica na Instituição Escolar. Um Estudo junto do complexo escolar nº50, na cidade do Lubango.”

Cassinda e Hengombe (2019), “Acções psicopedagógicas para o melhoramento do processo de Ensino/aprendizagem dos alunos da 9ª Classe da escola do I ciclo do ensino secundário 11 de Novembro - Namibe”.

Os profissionais de psicopedagogia, têm como foco o processo de ensino/aprendizagem, e os factores que o impedem. Para além de vários serviços que podem desempenhar, o campo da educação é uma das principais áreas de actuação. Em Angola, os profissionais de educação, também deparam-se com dificuldades, que merecem apreciação especial e em busca de tratamento.

Neste trabalho, falou-se sobre a educação de forma resumida, antes da era Colonial, Colonial e Pós-colonial, da Independência aos nossos dias. E situou-se como eram tratadas as deficiências em diferentes épocas: Idade antiga, Idade média, Idade moderna, era do Cristianismo e na Idade contemporânea.

O estudo sobre a educação especial, como está escrito no Decreto Presidencial nº187/17 de 17 de Agosto, sobre o marco histórico da educação especial em Angola: “ao longo do período colonial, o sistema educativo, angolano, não contemplava a educação especial na sua estrutura. A ideia de realizar o processo de escolarização das pessoas cujas condições requeriam a organização de meios e modos específicos para que tivessem acesso ao currículo teve início somente em 1972. Com a iniciativa pontual e particular de se ensinar aproximadamente dez alunos com deficiência visual na escola Óscar Ribas e com enfoque na habilitação e reabilitação profissional.

Quatro anos após a independência, a educação especial passou a figurar como modalidade de ensino através da circular nº56/79, de 19 de Outubro, do Ministério da Educação.

Dois anos mais tarde por meio do estatuto Orgânico do Ministério da Educação- Decreto n.º40/80 de 14 de Maio, foi criado o departamento Nacional para a Educação Especial. A partir deste marco legal, o atendimento escolar das pessoas com deficiência passou a figurar como política pública, mas ainda dentro de uma visão segregacionista.

As políticas de educação especial em Angola, desde o início, também sofreram alterações, atualizações ou reformas, actualmente a educação especial, é regida pelo Decreto Presidencial n.º187/17 de 17 de Agosto, que trata sobre a educação inclusiva em Angola, que tem como objectivo geral: “ Assegurar o direito de acesso e participação escolar dos alunos definidos como público-alvo da educação especial.”

Para facilitar, a investigação, a compreensão da inclusão, formas de actuação diante das dificuldades de aprendizagens com várias causas, crianças com necessidades educativas especiais ou não, criou-se gabinetes psicopedagógicos em algumas escolas no país.

A criação de gabinetes psicopedagógicos nas escolas, a nível Nacional, de forma oficial, assinala o seu início em 2011, através do Decreto Presidencial n.º15 /11 de 11 Janeiro, no artigos 40.º e 41.º, para o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais ou não, focando também no perfil dos coordenadores destes gabinetes, que exige-lhes ter conhecimentos de Psicologia das idades e Pedagogia especial. Apoia-se a iniciativa do governo, de profissionais e pesquisadores interessados em operacionalizar tais gabinetes. Ainda assim, sobre a constituição, a intervenção destes gabinetes, levanta dúvidas, pelo facto dos mesmo apresentarem uma característica multifuncional como está descrito no Decreto presidencial n.º15/11 de 11 de janeiro e interdisciplinar como esclarece de forma geral a literatura sobre a actuação psicopedagógica na escola.

Situação problemática

Os profissionais educadores escolares, andam preocupados, em resolver problemas com que se deparam no processo de ensino/aprendizagem, para saber as causas e resolve-los ou encaminha-los, levaria muito tempo do professor em sala de aula e atendendo a limitação do Professor não só em gestão do tempo, mas precisando do auxílio de outros profissionais. Algumas escolas de um Município do Sul de Angola, têm gabinetes de apoio psicopedagógicos, como é o caso de um colégio público em causa, mas que levanta uma pergunta, ou dúvidas de como funcionam estes gabinetes, desde a sua constituição, interação, intervenção e soluções de problemas que lhes são encaminhados.

Justificativa da pesquisa

O Presente tema: Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola, é pertinente na atualidade, sob o ponto de vista Científico-pedagógico, pelo seu elo com a realidade vivenciada na sociedade e em particular no colégio público em estudo. Enquanto Professora e estudante, com interesse de pesquisar sobre o funcionamento deste gabinete, impulsiona querer saber mais sobre a operacionalização do mesmo e através desta pesquisa, contribuir no conhecimento sobre a psicopedagogia ou intervenção psicopedagógica, de forma concreta elaborando uma proposta para sua constituição.

O trabalho tem como objecto de pesquisa: Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola; Objectivo geral: Compreender o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. Para concretizar o objectivo geral elaborou-se os seguintes objectivos específicos:

- Apresentar fundamentos teóricos sobre a Psicopedagogia;
- Identificar o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola;

- Descrever a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;

- Propor a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola;

Para operacionalização dos objectivos específicos, elaborou-se as seguintes tarefas:

- Consulta Bibliográfica sobre a fundamentação da Psicopedagogia;

- Observação Participante Para o diagnóstico do funcionamento do gabinete de apoio Psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola.

- Entrevista aos professores de um colégio público de um Município do Sul de Angola sobre as dificuldades que o colégio enfrenta no processo de ensino/aprendizagem, a interação e a intervenção do gabinete de apoio psicopedagógico;

- Entrevista aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola sobre a constituição do gabinete, trabalho psicopedagógico, desafios e soluções do mesmo;

- Entrevista a direcção do colégio público, sobre encaminhamento de problemas ao gabinete de apoio psicopedagógico;

Tem como campo de acção: do ponto de vista cognitivo enquadra-se na área da Psicopedagogia, e do ponto de vista geográfico, situa-se num colégio público de um município do sul de Angola.

Os métodos que serviram de orientação são: o Método histórico lógico: usou-se para saber o historial do tema em causa;

Análise síntese: que serviu para sistematizar os conteúdos;

Métodos empíricos: que foi a elaboração e prática do guião da entrevista semi-estruturada, que através dele obteve-se informações que serviram de base para concretização do estudo.

Tem como palavras-chave: Psicopedagogia, Funcionamento.

A pesquisa está constituída por três capítulos, o primeiro aborda sobre a fundamentação teórica, com os seguintes temas: Breve reflexão da educação em Angola, Breve historial da psicopedagogia, Breve história da deficiência, Enquadramento e contextualização, tratou-se de Modelos teóricos para a actuação psicopedagógica, Importância da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, Dificuldades de aprendizagem, O papel do professor face as dificuldades de aprendizagem, Interação psicopedagógica, Desafios e soluções do trabalho psicopedagógico, Constituição do gabinete de orientação psicopedagógico para o acompanhamento escolar, Necessidade de formação contínua e especializada da equipa interdisciplinar.

O segundo capítulo representa a metodologia usada, que tornou possível a realização da parte prática da pesquisa, através de procedimentos aplicados, obteve-se resultados, que depois de analisa-los, fez-se a discussão e a respectiva conclusão. Estão ordenados da seguinte forma: tendo começado das preliminares de investigação, de seguida caracterizou-se o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, traçou-se o design: onde a abordagem da pesquisa é qualitativa, quanto aos objectivos, a pesquisa é descritiva, com o tipo de estudo de caso, quanto a natureza, é básica e aplicada. Destacando o problema de investigação, onde situou-se a problemática, justificação da pesquisa, seguindo com o objecto de estudo e os objectivos gerais e específicos e para a realização dos mesmos, traçou-se tarefas de investigação; Contextualizou-se os participantes do estudo, caracterizou-se os mesmos. Através da observação participante fez-se o diagnóstico do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola, para além da observação participante, usou-se a entrevista semi-estruturada para a recolha de dados e o objectivo da mesma foi colher informações referentes as temáticas elaboradas, que têm a ver com o objectivo geral, tendo sido realizada no ambiente natural dos participantes do estudo, que é num colégio público, onde os participantes trabalham de forma efectiva. Os participantes do estudo, são 12 Professores de um colégio Público de um Município do Sul de Angola, três Profissionais que totalizam o pessoal do gabinete de apoio psicopedagógico deste colégio, a Direcção do Colégio, constituída por dois elementos. Depois da obtenção dos dados colhidos, fez-se

o tratamento dos mesmos através da análise de conteúdo categorial temática, e que as mesmas foram apresentadas em figuras separadas, sendo: categorias referentes as temáticas da entrevista feita aos Professores: I- Problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem; II- Interação Psicopedagógica sobre os problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem num colégio público de um Município do sul de Angola;

III- Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola. Categorias referentes a entrevista feita aos profissionais do Gabinete de apoio Psicopedagógico: IV- Trabalho Psicopedagógico; V- Desafios/soluções de um gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola; VI- Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

Categorias referentes as temáticas da entrevista feita a Direcção de um colégio: VII- Problemas encaminhados ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola.

Garantiu-se a confidencialidade dos participantes do estudo, protegendo a identidade e as imagens captadas ao longo da pesquisa. Analisou-se os resultados através da técnica de análise de conteúdo categorial temática, fez-se a discussão dos mesmos em confrontação com outros autores e chegou-se a conclusões.

O terceiro capítulo, desenvolveu-se em torno do último objectivo específico da pesquisa, que é: Propor sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola. Depois de se concretizar os objectivos específicos referentes ao marco teórico da pesquisa, e a parte metodológica, analisou-se os resultados provenientes da entrevista dos participantes do estudo, onde a base desta proposta são os resultados concernentes a intervenção do gabinete de apoio Psicopedagógico deste colégio, a Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico e o Decreto Presidencial Angolano n.º15/11 de 11 de Janeiro, no seus artigos 40.º e 41.º, sobre a criação de Gabinetes psicopedagógicos nas escolas e perfil dos coordenadores. Assim, para o funcionamento do gabinete de apoio

psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola, para mais interdisciplinaridade, propôs-se mais profissionais na equipa existente neste colégio para a sua constituição. Sendo eles: o Psicopedagogo; o Psicólogo Educacional; o Psicólogo Clínico; Especialista de saúde geral; o Especialista em Educação Moral e Cívica, e o Orientador Vocacional.

A Proposta tem como objectivo geral: Expor à apreciação da equipa interdisciplinar do gabinete de apoio psicopedagógico e dos Órgãos de Direcção deste colégio, o potencial de se incluírem elementos adicionais na constituição do gabinete de apoio Psicopedagógico.

Com os seguintes objectivos específicos:

- Descrever os resultados sobre a Intervenção Psicopedagógica de um Colégio Público de um Município do Sul de Angola;
- Descrever a constituição do Gabinete de Apoio Psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;
- Analisar o Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de Janeiro, os artigos 40º, Gabinete Psicopedagógico e 41º, Perfil dos Coordenadores do gabinete psicopedagógico.

Uma parte desta pesquisa é de carácter aplicada, isto é, para resolver ou propor sobre a constituição do gabinete de apoio Psicopedagógico, ainda assim, diz-se que esta proposta não anula ou reprova o trabalho que o mesmo gabinete tem feito, também não deve se aplicar esta proposta de forma muito obrigatória, ou a martelo, mas sim, conta-se com o bom senso de fazer funcionar ou operacionalizar este gabinete que tem um carácter multifuncional ou interdisciplinar, o que lhe dá abertura para o envolvimento de mais profissionais conforme elucida a interdisciplinaridade. Em suma, seguiu-se com, as potencialidades e limitações do estudo, sugestões, considerações finais, referências Bibliográfica, apêndices e anexos.

CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Introdução do capítulo 1

A Psicopedagogia é uma área de conhecimento que anda a busca do seu objecto de estudo, mas que dentre as várias tarefas que desempenha, a preocupação com as dificuldades de aprendizagem que podem surgir no processo de ensino/aprendizagem, é um dos seus focos principais, para além da intervenção, também trabalha de forma preventiva. No presente Capítulo, debruçou-se primeiramente sobre uma breve reflexão da Educação em Angola, Breve História da Psicopedagogia, Breve história da deficiência, Definiu-se os termos-chave, fez-se o Enquadramento e contextualização do tema, tratou-se de Modelos teóricos para a actuação psicopedagógica, Importância da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, Dificuldades de aprendizagem, O papel do professor face as dificuldades de aprendizagem, Interação Psicopedagógica, Desafios e soluções do trabalho psicopedagógico, Constituição do Gabinete de Orientação Psicopedagógica para o Acompanhamento Escolar, Necessidade de formação contínua e especializada da equipa interdisciplinar. Depois de se abordar estes temas e buscar autores que os fundamentam, concluiu-se o capítulo.

1.1. Breve reflexão sobre a educação em Angola

Falar de Psicopedagogia, é indispensável, dar um olhar à educação, pois de qualquer forma ambas actuam sobre o ser humano e estão interligadas, ou ainda, afirma-se que os profissionais de psicopedagogia, também são profissionais da educação. Salienta-se que, a educação surge com o aparecimento do homem na terra, em necessidade de passar valores, hábitos e costumes, o homem pautou pela educação. Focou-se primeiramente em abordar sobre a educação, porque através dela chega-se a caminhos que requerem outras abordagens, isto é: através da educação pode-se notar um indivíduo que não aprende por vários motivos, que também carecem de estudo. Assim, autores citados abaixo, dão o seu parecer sobre o significado do termo educação e definição:

Para Brandão (1983, p.63, citado por Margens, 2016), “O termo «Educação» tem a sua origem no latim *educere*, que significa extrair, tirar, desenvolver”.

Palma (1993, citado por Margens, 2016):

“A «Educação» tem um sentido mais lato, pois existe desde as origens da humanidade. A Educação é de todos os tempos, de todas as sociedades, de todos os meios, de tal modo que está intimamente ligada as relações que os seres humanos têm entre si.” (p.25).

O interesse de estudar a educação para melhor entendê-la e praticá-la, foi e é preocupação do mundo, desde a antiguidade ao tempo actual.

Sobre a educação na antiguidade, na visão de Sá et al. (2008):

“Na antiguidade, a educação acontecia no quotidiano de cada indivíduo. Por intermédio da convivência com os membros mais velhos da comunidade, os amigos e os vizinhos, as pessoas interiorizavam os valores e as normas sociais do ambiente em que viviam. Também a educação para o trabalho era assim executada. Os jovens a partir do momento em que adquiriam condições para trabalhar eram colocados como aprendizes de ofício, trabalhando junto com os adultos para aprenderem uma profissão.” (p. 5).

Analisando a ideia deste autor, é notório que a educação era prática, isto é aprender fazendo. Actualmente, a educação é ainda mais prática, sistemática, isto é, obedece métodos, objectivos e metas atingir.

Pois, o homem de hoje, para além da família ou socialização primária, é bastante interativo, com as demais sociedades, para tal precisa ser educado, diz-se que a educação exige normas necessárias para o viver e conviver entre os homens.

Os vários autores que falam sobre a educação, têm todos em comum “ o ser humano” no centro, como principal elemento, que deve ser educado e educar também os seus vindouros.

A educação como sistema de ensino no contexto Angolano, também foi sofrendo reformas.

A história da Educação tanto a nível mundial, continental ou nacional, é muito vasta e diversa. Apenas, dar-se-á uma breve reflexão, dentre estas, com mais foco a educação de Angola, antes da era Colonial, Colonial e pós-Colonial até aos nossos dias, assim apresenta-se alguns trechos:

Para a UNESCO (1993, citado por Zau 1996), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, através do seu art.26, reiterava o direito de todas as pessoas a educação. Depois de quatro décadas, a Declaração Mundial sobre educação para todos, surgida na Tailândia, na sequência da conferência de Jomtien (de 5 a 9 de Março de 1990), reconheceu que “ muitas pessoas viam-se privadas da igualdade de acesso à educação por razões de raça, sexo, língua, deficiência, origem étnica, ou convicções políticas. Esta declaração teve como objectivo reafirmar que cada pessoa – criança, jovem ou adulto, deveria ter acesso às oportunidades educativas direcionadas para a satisfação das suas necessidades básicas de aprendizagem.

Com esta declaração entende-se que, todas as pessoas deviam e devem frequentar a escola, o que é característico de um ensino inclusivo.

Assim, refletir-se-á com pequenos textos de autores, que falaram da Educação em Angola: na era pré-colonial, colonial, pós-independência à actualidade.

No dizer de Silva (2011, citado por Cupata 2022), o período Pré-colonial, caracterizou-se no modo das relações das forças produtivas, das relações

sociais e de organização dos reinos e/ou das suas estruturas “políticas”. A organização destas sociedades atribuía um papel essencial a instrução das crianças através da educação tradicional africana (ETA), consoante as práticas de cada grupo.

Tem-se a visão de que, antes da colonização em Angola, a intenção de formar e transmitir valores já vigorava de forma teórica e prática. Como os autores explicam na educação tradicional africana. A educação tradicional africana, sofreu transformações, com a chegada da colonização, que teve o seu início, e desenrolou-se até um certo período.

Na era colonial, esclarece Zau (2002, citado por Cupata 2022), a educação teve quatro épocas: a primeira época é a do ensino missionário católico (1482-1845) nesta época tiveram os primeiros encontros entre portugueses e africanos, do reino do congo e Ndongo, através da cerimónia do baptismo e a catequização eram práticas para moldar os hábitos, culturais dos povos encontrados.

Na opinião de Santos (1970, citado por Cupata 2022), a segunda época: é a do ensino primário: harmonizou-se as controvérsias entre duas correntes de opinião pública uma apologista do ensino das missões, e outra que defendia a separação deste ensino. Constatou-se exclusão social aos serviços da educação, dividiu-se a população em “indígenas” e “assimilados”.

A terceira época: ainda Santos (citado por Cupata), esta época, é a do Ensino Secundário (1919-1962), Angola teve definitivamente o estabelecido, o ensino secundário e o ensino liceal, e por extensão também o ensino técnico. Em 1961, Angola teve o início da luta armada de libertação nacional, que “obrigou” a uma maior abertura à inclusão dos Angolanos no sistema de ensino, ampliando a rede escolar.

E a quarta época: continuando Santos (citado por Cupata), esta época é a do Ensino Universitário, (1962-1975), este ensino surgiu no contexto próprio em que se destaca uma “consolidação” e “aumento” de escolas de ensino de base para formar os assimilados, para responder as diversas áreas do conhecimento: Cultura, biodiversidade, e outros, para fortalecer os centros de estudo, e estar a par e passo a outras potências coloniais no que diz respeito o ensino superior e a resistência a pressão colonialista africana.

Com essas resenhas históricas, que a educação de Angola passou, salienta-se que a educação teve períodos de desenvolvimento, afinal o homem desta época, mostrou-se disposto e potente, não só na luta a independência do seu território como também a independência intelectual.

Angola, depois da era colonial, passou para o período pós-colonial, em que a educação também teve os seus marcos históricos.

Como afirma Cupata (2022), depois da proclamação da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, traçou-se linhas mestras, com a independência, reestruturou-se as políticas educativas.

No parecer de Henderson (1990, citado por Cupata 2022), promulgou-se a lei nº4/75 de 09 de dezembro de 1975, que congregava a nacionalidade do ensino.

Ainda sobre a educação em Angola na era colonial, e pós-colonial, como está escrito em Teses e Resoluções do 1º congresso do MPLA (1977, citado por Margens 2016), o primeiro sistema de Ensino em Angola apresenta dois momentos historicamente importantes, por constituir um desafio no contexto em que o país se encontrava: Educação enquanto herança colonial, com inovação ideológica do marxismo socialista. O ensino antes da independência era dominado pelos interesses do país colonizador e pelos evangelizadores missionários católicos e evangélicos, com objectivos de produzir a classe dominante dirigente como dirigente e, por esta razão o ensino só se desenvolveu nas zonas urbanas, numa primeira fase, onde havia maior concentração da população colonial. Tais escolas eram apenas reservadas aos filhos dos colonos.

Crê-se que nesta época, maior parte da população angolana era analfabeta, o que podia acarretar várias consequências, das várias aponta-se: o atraso do desenvolvimento dos povos, principalmente a nível da técnica e da ciência e um pensar global.

Sobre o Segundo período histórico da educação em Angola, após a independência, ainda em Teses e Resoluções do 1.º congresso do MPLA (1977: 44 citado por Margens, 2016), está escrito, “Após a independência de Angola, o país deparou-se com a existência de um sistema educativo decalcado do modelo

português”. As escolas estavam geograficamente localizadas em centros urbanos com pouco acesso e equidade relativamente às populações autóctones. Com o objectivo de «reproduzir a classe dirigente como dirigente», o sistema educativo colonial era excludente, na medida em que servia mais uma classe que a outra, o que resultou em taxas elevadas de analfabetismo, cerca de 85% da população era analfabeta até à implementação da reforma de 1977 à 1978.

Percebe-se que, até esta data, Angola saía da descentralização do colono, a novas experiências, o que gerou o exercício a serviços que permitiram: executar e ter desenvolvimento intelectual, no seu próprio território, fora da pressão colonial, onde a preocupação podia ser, melhorar a cada dia a técnica, a educação e o desenvolvimento em outros sectores.

A educação Em Angola (1991-2001):

A respeito da Educação em Angola, Zau (2009, citado por Cupata, 2022), descreve que, 31 de maio de 1991 celebrou-se os acordos de Bicesse (Estoril), Portugal, entre o Governo Angolano e a UNITA, sob mediação de Portugal, EUA, União Soviética e da ONU. Depois da guerra civil que teve início em 1975, e marcando as eleições para o ano 1992. Teve como consequência o multipartidarismo, através da Lei nº 23/92 de 16 de setembro. Nesta época à educação estava centrada num teor-ideológico partidário.

“ Em 2001 o Sistema educativo Angolano, através da assembleia Nacional, ao abrigo da alínea b) do artigo 88ª da Lei Constitucional, a Lei nº13/01 de 31 de Dezembro, estabeleceu bases legais para a realização da 2ª reforma de educação como: “conjunto de estruturas, e modalidades em vista a forma harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social” (LBSE, 2001, art.1.º. Ponto 2, citado por Cupata, 2022).

De tempo em tempo, as políticas educativas em Angola, foram mudando, segundo o pensamento e a situação de cada época, mostrando inovação e a procura de melhoria e enquadramento do trabalho educativo.

Como está escrito em (LBSE nº17/16 citada por Cupata 2022), A República de Angola, aprovou a Lei de Bases nº17/16, de 7 de outubro de 2016, que revoga

a Lei nº13/1 de 31 de dezembro. O novo sistema de educação entre os seus objectivos destaca a promoção do desenvolvimento humano, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico técnico e tecnológico, a formação de valores patrióticos, cívicos, morais, éticos e estéticos, a dinamização do emprego, e da actividade económica, a consolidação da justiça social e da democracia pluralista.

Ainda aponta que, em 12 de Agosto de 2020, a Assembleia Nacional da República de Angola, aprovou nos termos das disposições combinadas da alínea i) do artigo 165º e da alínea c) do nº2 do artigo 166º, ambos da constituição da República de Angola a Lei de Bases nº 32/20, que altera a Lei nº17/16, com a seguinte justificação: “Havendo necessidade de se alterar algumas disposições, no sentido de melhorar clarificar a tipologia e a designação das Instituições de cada Subsistema de ensino, reafirmar o papel nuclear do professor e o reforço do rigor e experiência para o acesso a classe, bem como a natureza terminal do ensino secundário e a natureza binária do subsistema do Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, extinguir a monodocência na 5ª e 6ª classes, extinguir os cursos de Bacharelato e considerando a perspectiva de extensão da estratégia 2025 para 2050 e do papel omnipresente da 4ª revolução industrial e das tecnologias”. (LBSE n.º32/20, citada por Cupata, 2022).

Actualmente a educação para além de ter um carácter sistemático, é também inclusiva. Há anos, as dificuldades de aprendizagem constituem preocupação para os formadores e pesquisadores. Vale lembrar que a Educação especial, faz parte do trabalho psicopedagógico, no caso de Angola, Segundo o Decreto Presidencial n.º187/17 de 17 de Agosto, sobre a educação inclusiva, espelha que: “ao longo do Período Colonial, o sistema Angolano, não contemplava a educação Especial na sua estrutura. A ideia de realizar o processo de escolarização das pessoas cujas condições requeriam a organização de meios e modos específicos para que tivessem acesso ao currículo teve início somente em 1972, com iniciativa pontual e particular de se ensinar aproximadamente dez alunos com deficiência visual na Escola Óscar Ribas. Com enfoque na habilitação e reabilitação profissional.

Quatro anos após a Independência de Angola, a Educação especial passou a figurar como modalidade de ensino através da circular nº56/79, de 19 de Outubro

do Ministério da educação, como consequência foi impulsionada a criação de condições para o funcionamento das escolas de educação especial, com equipamento específico para se realizar a escolarização dos alunos público-alvo da modalidade.

Buscou-se a História da deficiência, na Idade antiga, Idade Média, Idade moderna, era Cristã e contemporânea.

1.2. Breve história da deficiência

A concepção da deficiência e o enquadramento dela ao sistema da educação, dá luzes para se entender o começo da actuação psicopedagógica. Uma vez que as necessidades educativas especiais tratadas ou não, podem ser causas de dificuldades de aprendizagem, e as mesmas constituem um dos objectivos de estudo da psicopedagogia, assim interessa estudar como eram tratadas as pessoas com deficiências em diferentes idades ou períodos.

1.2.1. Tratamento dos deficientes na idade antiga

Segundo Pessotti (1984, citado por Monteiro et al., 2016), na Roma antiga, os nobres e os plebeus, sacrificavam os filhos que nasciam com qualquer deficiência. A Lei Romana não favorecia as pessoas que nasciam deficientes. A população encarava a deficiência como castigo de Deus, os supersticiosos via-os como feiticeiros. Em Esparta eram lançados em precipícios, porque nesta era valorizava-se o corpo belo e forte, que podia favorecer as lutas nas guerras. As crianças deficientes ou doentes eram abandonados à própria sorte para morrer.

Schewinski (2004, citado por Pacheco & Alves, 2007), comenta que na Grécia antiga, prestigiava-se o corpo belo e forte, favorecendo a luta nas guerras. As crianças que nasciam deformadas ou doentes, sofriam abandono à própria sorte para morrer. Este autor, ainda salienta, que aquele que não respondesse este padrão podia ser eliminado, mas os guerreiros mutilados em batalhas, o estado protegia-os.

1.2.2. Tratamento dos deficientes na idade média

Para Pessotti (1984, citado por Monteiro et al. 2016), na idade média (Século XV), as crianças que nasciam deficientes eram atiradas em esgotos da Roma antiga, ainda orientados pela lei Romana. A população considerava a deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam os deficientes como feiticeiros ou bruxos.

Martilho Lutero (s.d, citado por Monteiro et al. 2016), advogava que, os deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam castigos com objectivo de serem purificados, e ao decorrer da inquisição, todo indivíduo portador de deficiência, que fosse reconhecido pela encarnação do mal, era torturado e queimado.

Ainda Pessotti (1984, citado por Monteiro et al. 2016), afirma que nesta era, as pessoas portadoras de deficiências passaram a ser acolhidas nos conventos ou igrejas em trocas de trabalhos.

1.2.3. Tratamento dos deficientes na era cristã

Aranha (1995, citado por Pacheco & Alves 2007), sustenta que, com o surgimento do Cristianismo, a concepção do homem transformou-se sendo um homem racional, olhando o deficiente como criação e manifestação de Deus, os deficientes passaram a ser vistos como merecedores de cuidados. O deficiente adquiriu status de humano e possuidor de alma. Os deficientes passaram a ser cuidados pela família, igreja e havia abrigos para pessoas sem protensão, e com doenças de várias espécies.

Monteiro et al. (2016), afirmam que, nesta era, o cristianismo estava no centro de todas as coisas, visando promover fraternidade e piedade, em que a deficiência não era mais vista como castigo de Deus, a pessoa deficiente passa ser vista como alguém que possui alma e deve ser cuidada com amor.

Pessotti (1984, citado por Monteiro et al. 2016), esclarece que, o Cristianismo, modificou o estatuto do deficiente, passando de coisa, para pessoa, mas a igualdade de status moral ou teológico, não correspondera, até a época do iluminismo, a uma igualdade civil de direitos.

1.2.4. Tratamento dos deficientes na idade moderna

Nesta era, afirma Monteiro et al. (2016), os deficientes eram entendidos como doentes que precisavam de cuidados, o louco e o idiota, já não eram criaturas tomadas pelo diabo, nem torturados e queimados

Afirma Pessoti (1984, citado por Monteiro et al. 2016), os deficientes nesta época eram considerados doentes vitimados de forças sobre humanas cósmicas, ou não, eram dignos de tratamento e complacência.

Destaca Fernandez et al. (2011), na idade moderna fluíram novas ideias e mudanças, viradas ao humanismo. Para Kassar (1999,p.4., citado por Fernandez et al. 2011), “ Houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que reuniam-se para mendigar.” Nesta época, os hospitais que pareciam prisões, sem nenhum tipo de tratamento para os deficientes, começou o desenvolvimento no atendimento a indivíduos com deficiência, assistência na área da ortopedia para os mutilados de guerra, e para os cegos e surdos.

1.2.5. Tratamento dos deficientes na idade contemporânea

Em (Ãpaes do estado de minas, citado por Monteiro et al. 2016), está escrito:

Com a Revolução Francesa, no Século XVI, onde os valores: Como Igualdade, Fraternidade, e Liberdade, a deficiência passou a ser vista como um distúrbio metálico que podia ser tratado. E foi neste século que surgiram hospitais psiquiátricos para tratar pessoas portadoras de deficiência.

Nesta época também surgiram os movimentos sociais da revolução francesa que trouxeram modificações para todo mundo ocidental. O que resultou destes movimentos a Declaração de direitos humanos com os seguintes postulados:

- O respeito pelo Estado, a dignidade da pessoa humana;
- O direito à propriedade individual;
- A liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei;
- O direito de resistência a opressão;

- A liberdade de pensamento e opinião.

Com a Revolução Industrial, segundo Fonseca (2000, citado por Fernandez et al. 2011), as anomalias genéticas, as epidemias, e as guerras, deixam de ser as causas únicas das deficiências”, mas sim, o trabalho em condições desfavoráveis, começou a causar acidentes, provocando deficiências e doenças profissionais. O que ocasionou a criação do Direito de Trabalho e de um sistema de seguranças, mais apropriado. No século XIX, para além de hospitais e abrigos, começou os estudos para os problemas de cada deficiência. Filipe Pinel, (s.d, citado por Miranda 2003), nesta época, já proponham que as pessoas com perturbações mentais deviam ser tratadas como doentes em vez de tratá-los com discriminação, começando com pesquisas interdisciplinares em Musicoterapia.

Segundo Gugel (2007, citado por Miranda 2003), é nesta época que aparece a história do “menino-lobo” o selvagem de Aveyron, Victor, tendo sido reeducado pelo médico Itard (1774-1830). É ali onde acontece a primeiro tratamento ao deficiente.

Jannuzzi (2004, citado por Miranda 2003), argumenta que, nesta época começou-se um aprofundamento de conhecimento na área de biologia, com objectivo de se investigar explicações fisiológicas e anatômicas das deficiências, marcado pelo tratamento médico dos deficientes.

Para Mazzota (2005, p.17, citado por Miranda 2003), “ foi principalmente na europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizam, em medidas educacionais.”

Em seguida, abordar-se-á, a origem da Psicopedagogia, bem como alguns dos seus primórdios, dentro de uma breve história, que objectiva saber como eram tratadas as dificuldades de aprendizagem, que constituem uma das preocupações de estudo da psicopedagogia.

1.3. Breve historial da psicopedagogia

As dificuldades ou deficiências adquiridas e não adquiridas, manifestaram-se desde o aparecimento do homem na terra, com a evolução intelectual, o mesmo procurou estudar e dar soluções para estes desafios.

Acredita-se que na educação sistemática, onde obedece-se técnicas, Métodos, objectivos, é notório que nem todos aprendem da mesma maneira.

Para Sá et al. (2008), sobre a educação sistemática, consideram que:

“Este novo método de ensino, trouxe consigo uma nova situação. Ao estarem os alunos juntos, com os mesmos professores e aprendendo as mesmas coisas, percebe-se que nem todos aprendem com a mesma facilidade nem com a mesma rapidez. As dificuldades de aprendizagem passaram a ser foco de atenção, e a medicina começou a estudar a causa dos problemas e as suas possíveis correções.” (p.7)

Ao instruir e educar, as dificuldades manifestam-se, e tornam-se notórias, por haver contacto e interação entre o educador e o educando, Professor e aluno, instrutor e instruendo, pais e filhos, entre outras relações. E muitas vezes há deficiências no ser humano visíveis, a partir das características físicas e psicológicas.

Todo campo de estudo ou ciência tem um início com os seus pioneiros e ainda com a sua área de conhecimento e um objecto de estudo. Nesta senda, a Psicopedagogia caminha com os mesmos parâmetros, autores de várias nacionalidades, deram alguns pareceres como:

Ramos (2007), refere que, a Psicopedagogia nasceu na Europa, no século XX. Mas que o ano exato, ainda não está definido em conformidade na literatura em geral.

Segundo Bossa (1994) e Masini et al. (1994, citados por Ramos 2007), afirmam que o nascimento da psicopedagogia é datado ao ano 1946, época em criou-se os primeiros centros psicopedagógicos, europeus, em Paris. Onde o termo psicopedagogia foi usado para substituir a expressão “médico-pedagogo” Com objetivo de ajudar crianças e adolescentes que

apresentavam distúrbios comportamentais na escola ou no seio familiar, fora dos padrões da época, com a intenção de reeduca-las através de um acompanhamento psicopedagógico.

Mery (1985 citado por Sá et al. (2008), realça que:

“Os centros psicopedagogos, primeira forma de actuação da Psicopedagogia, foram fundados na europa a partir da segunda metade do século XX, e objectivam, atender pessoas que apresentavam dificuldades de aprendizagem, apesar de serem inteligentes, por meio da integração de conhecimentos pedagógicos e psicanalíticos.” (p.9)

Masini (2006, citado por Becker & Rocha 2015), defende que os primeiros psicopedagogos eram profissionais da educação. Procuravam entender as questões que tinham a ver com as dificuldades de aprendizagem, estudando, Psicologia, Neurologia, e Psicomotricidade. Com o objectivo de formar profissionais, surgiram cursos de extensão, cujos ministrantes foram professores brasileiros experientes em atendimento a crianças com dificuldades escolares; e professores estrangeiros especialmente da França e Argentina.

Ainda frisa que, na década 70 iniciaram os cursos de especialização em São Paulo, tinham como finalidade fornecer recursos a profissionais para compreenderem e lidarem com o processo de aprendizagem em vista as condições que facilitam e recursos para prevenir problemas nesse campo, diagnosticar e manejar situações de dificuldade de aprendizagem.

A abordagem sobre a psicopedagogia, remota muitos anos, o que constitui um indicativo de que o mundo despertou muito cedo, com interesse aos problemas que dificultam aprendizagem. Assim, verifica-se que a preocupação com o indivíduo com dificuldades de aprendizagem, de diversas causas, é constante, recorre-se a psicopedagogia para responder, auxiliar, prevenir problemas e necessidades que surgem no decorrer da realidade escolar, englobando várias actividades. Pois embora, ainda seja uma tarefa desafiante para a própria psicopedagogia.

Dizer que, sobre a história da Psicopedagogia, existem registos datados, assinalando o seu início, e ocorrências sobre a mesma. Mas ao que tem a ver com o seu objecto de estudo, é ainda uma tarefa nos dias de hoje, por ser auxiliada por outras áreas de conhecimento de maneira dependente.

1.4. Definições de palavras-chave

As palavras - chave do tema são: Psicopedagogia e Funcionamento. Seguem-se as suas definições e significados.

Psicopedagogia

Acerca da definição da psicopedagogia, Scoz (1992, citado por Marques & Picetti s.d p.39), afirma que “ a Psicopedagogia pode ser definida como uma área de estudo sobre o processo de aprendizagem, assim como suas dificuldades, a partir de uma acção profissional que engloba, integra e sintetiza vários campos de conhecimento”.

Segundo Neves (1991,p.12, citado por Becker & Rocha 2015):

“ A Psicopedagogia estuda o acto de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades internas da aprendizagem, tomadas em conjunto. E mais, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos afetivos e sociais que lhes estão implícitos.” (p.5)

Funcionamento

O Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, apresenta os seguintes significados para a palavra funcionamento:

- “1. Acto ou efeito de funcionar; desempenho de uma função ou série de funções;
2. Modo como algo funciona, opera ou trabalha;
3. actividade; acção; exercício.”

1.5. Modelos teóricos para actuação psicopedagógica

O ser humano é complexo por natureza, desde a concepção ao seu desenvolvimento, bem como o seu fim na terra. Quando fala-se de educação, ensino, instrução, em vista a aprendizagem, importa antes compreender em que meio o educando está inserido, como desenvolve-se no seu ambiente natural, social, desde a socialização primária, como ele aprende, e os elementos que participam neste percurso vital. Para a atuação psicopedagógica, é importante que o profissional saiba o que é a psicopedagogia, sua área de estudo, bem como outros pressupostos teóricos e práticos. Nesta senda, Serra (2012), explica, que a psicopedagogia é uma área de estudo bastante recente. Tem como objectivo estudar, compreender e intervir na aprendizagem humana. Ao contrário do que o senso comum imagina, a psicopedagogia não se restringe ao estudo das dificuldade e distúrbios de aprendizagem de modo geral, seja no seu estado normal ou patológico. Além disso, todos seres humanos, em qualquer faixa etária, podem fazer o uso da psicopedagogia para aprender de forma mais eficaz ou compreender o seu próprio processo de aprendizagem.

Masini (2015 p.31), afirma que: “a Psicopedagogia surgiu na necessidade de atendimento e orientação a crianças que apresentam dificuldades ligadas à escolarização mais especificamente à sua aprendizagem.”

Assim buscou-se a teoria Bio-ecológica de desenvolvimento humano de Bronfenbrenner e a teoria psicopedagógica de Jorge Visca (1985), que orientam os profissionais psicopedagógicos bem como todos envolventes no processo de ensino/aprendizagem, ou o que uma equipa interdisciplinar deve saber para melhor intervenção psicopedagógica nas instituições, tendo elas o carácter psicopedagógico.

1.5.1. Modelo bio-ecológico de desenvolvimento humano de Bronfenbrenner

Cardoso e Lamas (2021), explicam o modelo Bio-ecológico de desenvolvimento humano de Brofenbrenner, o qual, é caracterizado por Micro-sistema, composto por grupos com os quais a criança estabelece contacto directo; sendo: a família,

e a escola. A estrutura reforça a ideia do envolvimento dos pais na construção de ligações que unem vários microssistemas na vida da criança, ajudando assim a construir congruência nos comportamentos e atitude próprios dos dois microssistemas. O meso-sistema engloba as interações entre dois ou mais sistemas em que a criança integra-se diariamente. O Macro-sistema envolve a criança e outros sistemas e influencia essencialmente as actividades desses sistemas, como classe social, grupos religiosos. O eco-sistema é um conjunto de ambientes que afectam indirectamente o ser humano, neste caso, o desenvolvimento da criança, é o caso do trabalho do pai, das redes sociais, dos amigos, da família.

Sugere-se que antes da actuação psicopedagógica, é de extrema importância que o psicopedagógico ou o profissional da educação, saiba aplicar a teoria bioecológica de Bronfenbrenner, como afirma o autor, estes têm grande influência no desenvolvimento da criança, desta forma, pode-se ter bases, para aconselhar, intervir e prevenir, situações que podem ocorrer tanto na escola, em família ou em sociedade. Sem deixar de parte, o que a psicopedagogia em geral orienta sobre a sua intervenção e objectivo.

1.5.2. Epistemologia convergente de Jorge Visca (1985)

Segundo Gonçalves (2013), a epistemologia que Visca criou, pretende explicar a relação entre a inteligência e a afectividade, baseando-se a atuação psicopedagógica, através da investigação empírica, realizada junto a indivíduos com dificuldades de aprendizagem. Onde apresenta a Psicopedagogia como uma área de conhecimento de atuação que usa o método clínico como instrumental de trabalho. Considerando que para saber uma realidade, precisa-se que ela seja ao mesmo tempo isolada ao contexto a que pertence.

Ainda Gonçalves, afirma que o fundamento teórico de Visca, baseia-se em quatro unidades temáticas:

1. O Enquadramento: define as constantes presentes no tratamento psicopedagógico, que utiliza o método clínico para verificar a variável aprendizagem, tanto em indivíduos como em grupos;

2. O Contrato: Indica um marco de segurança no tratamento e um critério de acção;
3. O diagnóstico: matriz conceitual situada entre o corpo legal da psicopedagogia e os casos particulares para os quais dirige sua atuação;
4. A gnosiologia: formata critérios de saúde e doença no campo psicopedagógico, sobre a base de conceitos sociológicos, antropológicos, psicológicos e pedagógicos.”

Actualmente, a escola recebe alunos com diferentes características, seja a nível intelectual, cultural, social e económico, por ser de carácter inclusiva, deste modo, o profissional da educação, deve saber como actuar, deve importar-lhe saber que tipo de alunos tem em sala de aula, se possível saber em que famílias provêm para facilitar a intervenção em problemas ou dificuldades que apresentam.

1.6. Enquadramento e contextualização

As necessidades educativas especiais, podem dificultar o processo de ensino/aprendizagem, principalmente quando não são tratadas, pois, elas são um dos objectivos de estudo da psicopedagogia. Cabe a psicopedagogia investigar a causa do não aprender do indivíduo, procurar dar resposta ou intervir aos problemas, encaminha-los a outros profissionais, ou ainda preveni-los.

Depois dos marcos históricos da Educação Angolana, Breve história da Deficiência, Breve história da Psicopedagogia, tendo-se chegado a época em que os deficientes eram tratados em hospitais ou psiquiatrias, é o momento de contextualizar o estudo da psicopedagogia em alguns países como: Brasil, Moçambique, Cabo-Verde e Angola

A matéria sobre as necessidades educativas especiais não é uma tarefa fácil de delimitar, ainda mais, representar o estudo dela e a política da mesma em mais de um país. Pois, depara-se com muitos autores, investigadores, estudiosos acerca do assunto. Através de pequenos textos históricos, e com autores delimitados, apresentou-se o conteúdo preciso, deixando a ideia ao leitor que, resumiu-se e seleccionou-se a matéria precisa para este trabalho.

1.6.1 Necessidades educativas especiais no Brasil

Annuzzi et al. (1992, citados por Miranda 2003), consideram que, no Brasil, a história da educação especial, foi marcada pela criação do “Instituto dos meninos cegos” em 1854, (hoje “Instituto Bejamim Constant”) e do “Instituto dos surdos-mudos” (hoje Instituto Nacional dos surdos – INES”) em 1857, todos fundados na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do Governo Imperial.

Mazzota (1996 p. 29, citado por Miranda 2003), afirmou que, mesmo com a fundação destes dois institutos, não se deixou de se constituir em acção precária em termos nacionais. Assim, em 1872, Brasil tendo uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, atendiam somente 35 cegos e 17 surdos nestas instituições.

A educação especial foi caracterizada por acções isoladas, e o atendimento estava mais virado a deficientes visuais, auditivos, em pequeno número de deficientes físicos, nesta época, em relação a deficiência mental, não se fez quase nada. Para Jannuzzi (1992, citado por Miranda 2003), a concepção da deficiência englobava diversos tipos de crianças que tinham em comum comportamentos diferentes da sociedade, conseqüentemente pela escola. Eram considerados deficientes mentais alunos com atraso na aprendizagem, com distúrbios mentais graves. Da complexidade da história da educação especial no Brasil, tirou-se de forma resumida, o conteúdo acima referido, de maneira sintetizada, fazendo ligação com a psicopedagogia, a psicopedagogia, estuda, investiga as causas das dificuldades de aprendizagem, que podem ter como origem as necessidades educativas especiais. Assim, sobre a Psicopedagogia no, Brasil, alega Bossa (2019), o movimento da psicopedagogia no Brasil atribui o seu histórico de início a Argentina, por motivos de aproximação geográfica, e ao acesso fácil a literatura. Os argentinos, com as suas ideias influenciaram muito a prática da psicopedagogia no Brasil.

Ainda Bossa, afirma que no Brasil, o primeiro registo de orientação psicopedagógica, teve início em 1954, patrocinado pelo Centro de Pesquisa e Orientação Educacional da Secretaria de Educação e Cultura, coordenado por Aracy Tabajara, onde surgiu o departamento de educação especial para atender

crianças excepcionais. Em 1967, o centro de Pesquisa e orientação educacional, desenvolveu um curso com dois anos de duração, para professores especializados no atendimento psicopedagógico das clínicas de leitura.

Costa et al. (2013), reportam que, no final da década de 90 (séc.xx) os argentinos, espanhóis e franceses, marcaram o Brasil com as suas teorias e práticas de psicopedagogia, ampliando a visão teórica e prática da psicopedagogia, com enfoque ao psicológico do sujeito aprendente.

Ainda Costa et al. descreve que, na procura da legalização profissional do psicopedagogo, o Projecto de Lei Federal, nº 3124 de 1997, do Deputado Barbosa Neto de Góias, criou conselhos regionais psicopedagógicos.

Em São Paulo, no ano 2001, aprovou-se o Projecto de Lei nº 128/2000, Pelo Deputado Claury Santos da Silva, mantendo a assistência psicopedagógica em todas as instituições com ensino de formação básico, da rede pública do Estado de São Paulo.

Das várias actualizações e decretos, anteriores, actualmente a psicopedagogia no Brasil, é orientada pelo código de ética da psicopedagogia, que para Blaszcó e Pótilho (2021), o projecto Lei 31/2010, de autoria da Deputada Federal Raquel Teixeira, que regulamenta actividade da psicopedagogia, tendo aprovado pela comissão de assuntos sociais do Senado Federal. Este projecto permaneceu até 2019. No pré-Congresso do IV Simpósio Nacional de Psicopedagogia, aconteceu a reunião de recursos, que teve como objectivo: Actualizar as diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil (2018/2019), onde foi apresentado o conjunto de indicadores, orientações para a construção das matrizes curriculares dos cursos de formação em psicopedagogia, nos níveis de graduação ou pós-graduação. Em 2019, realizou-se a última actualização deste documento (Código de ética do Psicopedagogo), pela comissão de ética e pelo acordo do Conselho Nacional, sendo aprovado na assembleia Geral, realizada no dia 26 de outubro de 2019. Que ocorreu o IV simpósio Nacional de psicopedagogia.

1.6.2. A educação especial em Moçambique

Acerca da Educação Especial em moçambique, Silva (2021, p.13) descreve:

“ Em Moçambique a proposta educacional de escolarização de alunos com necessidades educativas especiais em uma perspectiva inclusiva, começou a ganhar visibilidade em 1998, surgindo projectos de escolas inclusivas vinculado à UNESCO, o qual pretendia desenvolver um conjunto de estratégias e materiais que pudessem ser usados pelos professores, a fim de configurar o trabalho que considera a diversidade dos alunos em sala de aula, a proposta teve como objectivo assegurar que professores e técnicos educacionais do Ministério da Educação fossem capacitados para trabalharem com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nos espaços de ensino comum.”

Como está escrito em actas do 1º Congresso da educação inclusiva (2014):

Em 1998, introduziu-se a proposta de Educação inclusiva, na rede educacional, a 1ª fase envolveu 11 Escolas, tendo como fundamento que “ todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças”. Depois da declaração de Salamanca (UNESCO, 1994,p.21) Moçambique estabeleceu o projecto “ Escolas inclusivas”, tinha como objectivo o desenvolvimento escolar mediante a formação de professores para responder as necessidades especiais em sala de aula, do sistema regular de ensino. Para enfrentar estes desafios, o Ministério da educação de Moçambique (2006), perspectivou a transformação das escolas especiais que existiam em centros de recursos de apoio ao ensino básico na área das necessidades educativas especiais, na sala de aula, e criou três centros nas zonas norte, centro e sul de Moçambique. Estes centros serviram para à Educação/ensino, formação, orientação pré-vocacional, vocacional, profissional e reabilitação de pessoas com deficiências e como recursos às instituições de formação de professores.

Actualmente a educação especial em Moçambique, é orientada pelo Decreto Presidencial n.º 40/20 de 11 de Julho, que no Pilar 4, com objectivos de: acesso

a retenção de alunos com deficiência e/ou com NEE, “considerando a qualidade e as condições da escolas, é importante garantir uma série de incentivos e estímulos inerentes aos aspectos físico, material e de funcionamento para a motivação, acesso e retenção de alunos com deficiência e/ou com NEE no sistema educativo até a conclusão dos respectivos níveis, de uma intervenção integrada com os sectores intervenientes.

E este Pilar tem como objectivo geral: “Assegurar o acesso e a retenção de alunos com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais nas escolas do ensino regular inclusivas.”

1.6.3. A educação especial em Cabo verde

Sobre a Educação especial em Cabo-Verde, Mel Ainscow (1996, citado em Actas do 1.º Congresso Cabo-verdiano de educação inclusiva 2004), justifica que: Muitas das actuais práticas de educação especial em Cabo-Verde, foram desenvolvidas no início dos anos sessenta. Desde ali, verificou-se alterações significativas nos pressupostos teóricos que referenciam esta área e, de facto, este processo de mudança ainda é visível em muitas partes do mundo.

Ainda sobre a educação especial em Cabo Verde, Brito (2022), refere que, Cabo verde é um dos países signatários da política da UNESCO, vem incorporando as orientações sobre a abordagem da Educação inclusiva, com objectivo de adaptar o sistema de ensino, de forma a incluir todas as crianças, apresentando necessidades educativas especiais ou não, mas que devem ser escolarizadas no sistema de ensino. O Governo de Cabo Verde tem proposto, a implementação de um sistema educativo para todos.

A LBBSE 103/III/90 (Lei de Bases do sistema educativo) no seu artigo 4.º explicita que “todos indivíduos têm o direito e o dever de toda Educação e a igualdade de oportunidades no sucesso escolar.”

Ainda Brito, afirma que o estado cabo-verdiano, para além das políticas traçadas, está a desenvolver outras políticas referentes a formação para os docentes, e

propõe-se construir escolas adaptadas que facilitem a inclusão das necessidades educativas especiais.

1.6.4. Educação especial em Angola

Acerca da educação especial em Angola, Segundo António et al. (2021), a primeira implementação da educação especial em Angola, começou 1979, após 4 anos da independência, concretizada através do Decreto n.º 56/79 (INEE, 2006), nesta data, começou-se a criar as condições para deficientes, facilitando a sua inserção na educação em integração.

Como já foi referenciado, neste trabalho, na temática sobre a breve história da educação em Angola, falando da educação especial, o Decreto Presidencial n.º187/17 de 17 de Agosto, sobre a educação inclusiva, sustenta que: “ao longo do Período Colonial, o sistema Angolano, não contemplava a educação Especial na sua estrutura.” A ideia de realizar o processo de escolarização das pessoas cujas condições requeriam a organização de meios e modos específicos para que tivessem acesso ao currículo teve início somente em 1972, com iniciativa pontual e particular de se ensinar aproximadamente dez alunos com deficiência visual na Escola Óscar Ribas. Com enfoque na habilitação e reabilitação profissional.

Dos vários marcos que a educação especial em Angola passou, antes e depois da independência colonial, actualmente a Educação especial é regida pelo Decreto Presidencial n.º 187/17, de 17 de Agosto, que aprova a Política Nacional de Educação Especial, orientada para a inclusão escolar.

Este decreto tem como objectivo geral: visando promover a transversalidade dessa modalidade para assegurar o direito de acesso e participação escolar dos alunos definidos como público-alvo da Educação Especial.

Sobre a Criação de Gabinetes Psicopedagógicos em Angola, aponta-se o Decreto Presidencial n.º 15/11 de 11 de Janeiro, estampado nos artigos 40º e 41º, enunciando a abertura de Gabinetes Psicopedagógicos de forma oficial nas escolas e o perfil dos coordenadores destes gabinetes, explica que os serviços devem ser de carácter multifuncionais de atendimento a todos com necessidades educativas especiais ou não. E que os seus coordenadores

tenham conhecimento de Pedagogia e psicologia das idades devido as particularidades que cada aluno apresenta. Ainda, dentre os estudos ou teses na mesma linha de pesquisa:

Passile (2019), No seu estudo sobre a Importância do Gabinete de Orientação Psicopedagógica na Instituição Escolar. Um Estudo junto do complexo escolar nº50, na cidade do Lubango. Concluiu:

“O gabinete de Orientação Psicopedagógico funciona como um serviço de aconselhamento ao trabalho do professor, educadores, alunos, família e comunidade educativa.” (p.43)

“O Gabinete de orientação psicopedagógico no contexto angolano, é de carácter importante, na medida que auxilia o trabalho pedagógico do professor e de todos intervenientes no trabalho pedagógico da escola.” (p.43)

Cassinda e Hengombe (2019), “Acções psicopedagógicas para o melhoramento do processo de Ensino/aprendizagem dos alunos da 9ª Classe da escola do I ciclo do ensino secundário 11 de Novembro - Namibe”.

Concluíram que:

“ A Psicopedagogia é habilitada para actuar com os processos de aprendizagem, junto aos grupos, e as comunidades, onde ocupa-se num desenvolvimento humano, seus padrões de desenvolvimento e a influência do meio nesse processo.” (p. 44)

Hoje, os crescentes estudos e as grandes pesquisas, sobre Educação especial e psicopedagogia, continuam a crescer, não só a nível da Europa, como também em África, preocupando-se com o contributo científico e resoluções práticas.

Saber a importância da Inclusão deve ser preocupação dos profissionais da educação, de modos a incluir os alunos com necessidades educativas especiais, sem esquecer-se que os mesmos merecem, uma atenção especial.

1.7. Importância da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais

Crê-se que, as pessoas com necessidades educativas especiais, estiveram presentes desde o aparecimento do homem no planeta, o homem procurou dar respostas às essas deficiências, cada época os deficientes tiveram um tratamento diferente, correspondente a política educativa do tempo. Actualmente, a educação especial é motivo de apreciação e investigação científica, para o tratamento delas e enquadrar os deficientes em vários sectores, não só em uma sala de aula, mas como também no convívio do dia-dia sem discriminação, e até mesmo a inserção deles para o desempenho de uma profissão.

Jiménez (1997, citado por Ndala 2019), considera que os primeiros sinais da educação especial, são antigos, já nos finais do século XVIII e princípios do século XIX existiram escolas especiais, as quais, no entanto adoptavam uma postura mais assistencial do que educativa.

Como já foi referenciado por António et al. (2021), afirmando que, a primeira implementação da Educação especial em Angola, começou 1979, após 4 anos da independência, concretizada através do Decreto nº56/79 (INEE, 2006), nesta data, começou-se a criar as condições para deficientes, facilitando a sua inserção na educação de forma mais integrada.

Sobre o tratamento das pessoas com necessidades educativas especiais, Angola também baseou-se a Declaração de Salamanca (1994, citado Zeppone 2011, p.7), sobre a educação inclusiva postula o seguinte:

“As escolas para se tornarem inclusivas, devem recorrer a um modelo coordenado de prestação de serviços em que os professores, os pais e o pessoal dos serviços afins (por exemplo psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais) e profissionais que trabalhem em colaboração para avaliar as necessidades dos alunos e intervir oportunamente em contextos naturais. Todas as crianças com necessidades educativas especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz.”

Para além da Declaração Universal dos Direitos humanos a nível mundial e conferência de Salamanca de 1994, mais cientistas e pesquisadores continuaram a estudar sobre necessidades educativas especiais e a inclusão.

Nesta senda, defende Correia (2008):

“A educação especial e a inclusão constituem-se, assim, como duas faces de uma só moeda, ambas caminhando lado a lado para não só assegurarem os direitos fundamentais dos alunos com NEES, mas também para lhes facilitarem as aprendizagens que um dia os conduzirão a uma inserção social harmoniosa, produtiva e independente.” (p.19)

É importante que o profissional da educação saiba quais os problemas, ou ainda, alunos que carecem necessidades educativas, para facilitar a intervenção ou encaminhamento a especialistas. E sem dispensar o conhecimento sobre a inclusão.

Ainda Correia (2008), afirma:

“Os alunos com necessidades educativas especiais são aqueles que por exibirem determinadas condições específicas, podem necessitar de apoio de serviços de educação especial durante todo ou parte, do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e socio-emocional.” (P.23)

Sobre a inclusão, muitos pensadores a definem e a caracterizam de modo muito prático, apontando o que deve ser feito diante de uma sala de aula, diante de outros profissionais, trabalhando em estratégias viradas a indivíduos com necessidades educativas especiais.

Porter (1997, p. 81, citado por Kiocamba 2019, p.29), apresenta algumas características da inclusão:

- “- Centrada na sala de aula;
- Resolução de problemas em colaboração;
- Estratégias para os professores;
- Sala de aula favorecendo a adaptação e apoio.”

Correia (2008, citado por Tomás 2014), defende que, a investigação tem mostrado que a opção sobre a prática da inclusiva, carrega consigo as suas vantagens, viradas a prática, entre elas, a promoção do diálogo mútuo entre professores partilhando sobre a educação especial; bem como planificações mais apropriadas para todos os alunos (portadores e não portadores de deficiência) e a possibilidade dos alunos tomarem consciência dos diferentes tipos de NEE.

Os alunos com necessidades educativas especiais nas instituições de ensino, não devem ser vistos como pessoas sem solução, sem prestabilidade. Deve-se intervir até onde vai ou chega a capacidade humana e dar o melhor que poder. Não seria humano deixá-los de parte ou excluídos à aprendizagem.

Em suma, a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é de extrema relevância, na sua prática, interessa fazer reinar o princípio do humanismo e outros valores, de modos a entender, que o portador para além de algumas limitações psicológicas ou físicas que apresenta, também é capaz de desenvolver habilidades que lhes serão úteis para participar nas actividades, sejam escolares ou em família.

1.8. Dificuldades de aprendizagem

No dia-dia, em espaços onde promove-se aprendizagem, os formadores e orientadores, queixam-se constantemente sobre a não aprendizagem ou dificuldades de aprendizagem. Antes de se abordar esta temática, não queria-se deixar de parte o conceito de aprendizagem. Assim os seguintes autores a conceituam:

No parecer de Perraudeau (2013):

“O termo «aprendizagem», actualmente referencia o campo escolar como às práticas profissionais que deixam um largo espaço às aquisições técnicas, na maior parte das vezes transmitidas pelos pares. As duas áreas permanecem relativamente compartimentadas, com graus de reconhecimento bastante diferentes.” (p.14)

Ainda Sobre aprendizagem, Fernandez (2004, p.48, citado por Moro et al. 2019), a define:

“Aprendizagem é um processo cuja matriz é vinculada e lúdica e sua raiz corporal: seu desdobramento criativo põe-se em jogo através da inteligência, articulação, desejo e do equilíbrio assimilação-acomodação. Somente observando como aprende, como joga a criança, e em seguida qual é a originalidade de seu fracasso (a partir do qual se diferencia como sujeito), estaremos no caminho de elucidar por que ela não aprende.” (p.3)

Concorda-se que, para que haja aprendizagem, é necessários vários factores, que não só têm a ver com o aluno, com o professor, mas sim olha-se também pelas condições da escola, disponibilidade do material, tanto em sala de aula, como também o material dos alunos e os outros envolventes.

Carmo (2010), sobre as condições para o processo de ensino aprendizagem, clarifica o seguinte:

“Podemos ter alunos interessados, professores dispostos, conhecimentos dos processos básicos de ensino e aprendizagem e um clima afectivo; porém, esses elementos devem ser secundários pela presença de um ambiente adequado ao trabalho docente, como: acesso a recursos didáticos, salas com pequeno número de alunos, professores bem remunerados e com carga horária que permite planeamento e actualização; acesso à biblioteca; sala de aulas com mobiliário adequado.” (p.89)

Sobre as dificuldades de aprendizagem, da consulta feita, buscou-se também autores, que para além de as definirem, apontam para aquilo que são os seus sinais e causas.

Como afirmam Filipe e Benevenuti (2013 p. 62), “ O termo dificuldade de aprendizagem foca-se ao indivíduo que não responde ao desenvolvimento que se poderia supor e esperar no seu potencial intelectual e, por essa circunstância

específica cognitiva da aprendizagem, ele tende apresentar desempenho abaixo do esperado”.

Fraga e Gonçalves (2017. p. 44), apresentam algumas características de dificuldades de aprendizagem:

“A dificuldade de aprendizagem tem como característica dificuldades de aprender maior do que o naturalmente esperado, comparando as crianças na mesma faixa etária. Suas causas podem ser de natureza psicológica, emocional, neurológica e até mesmo hereditária”.

Ainda sobre as dificuldades de aprendizagem, Correia (2008), apresenta uma definição de dificuldade de aprendizagem específica:

“As dificuldades de aprendizagem específicas dizem respeito a forma como um indivíduo processa a informação - a recebe, a integra, a retém e a exprime, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações. As dificuldades de aprendizagem específicas podem, assim, manifestar-se nas áreas da fala, da leitura e da escrita, da matemática e/ou da resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, perceptivos, motores, de linguagem, de pensamento e/ou metacognitivos. Estas dificuldades, que não resultam de privações sensoriais, deficiência mental, problemas motores, défice de atenção, perturbações emocionais ou sociais, embora exista a possibilidade de estes ocorrerem em concomitância com elas, podem, ainda, alterar o modo como o indivíduo interage com o meio envolvente.” (p. 25)

Quando os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem, deve ser preocupação de todos envolventes neste processo, em busca de factores que estão em causa, conhecimentos e práticas que visam minimizar as mesmas para promover aprendizagem significativa. Diante das dificuldades de aprendizagem, é evidente que o Professor principalmente o que lida com alunos em sala de aula, também tem o seu papel, que é o tema a ser tratado adiante.

1.9. O papel do professor diante das dificuldades de aprendizagem

O contacto entre professor e aluno, acontece de forma física, psicológica ou ainda virtual, isto é, o professor ao apreciar a sala de aula, ao certificar-se das presenças, aplicando provas orais e escritas e corrigi-las, ao avaliando a aprendizagem de seus alunos, está em constante interação com os mesmos. O que permite-lhe identificar as dificuldades de aprendizagem.

Na verdade, o professor tem um papel face a esta realidade, como afirma Barbosa (2006):

“O procedimento do professor ao perceber uma criança com dificuldade de aprendizagem é tentar descobrir o que há de errado com ela para poder tratá-la, independentemente dos laços entre ela, da escola e das pessoas do seu convívio, pois é o professor que carrega maior peso de responsabilidade no processo da aprendizagem.” (p.30)

Realça Simões (2020) que, no dia-dia, as dificuldades de aprendizagem na escola, apresentadas em algumas salas de aula, cabe primeiramente ao professor investigar e ter uma forma de ajudar seu aluno, envolvendo a escola, contactando os pais e especialistas. Não se pode deixar que as dificuldades de aprendizagem deixem crianças sem alfabetização, sem o conhecimento, da cultura e da vida social, por falta de instrução. Desta forma, conclui-se que aprendizagem envolve prazer, dedicação do professor, apoio pedagógico e contribuição familiar.

No dizer desta autora citada, percebe-se, que a superação de dificuldades de aprendizagem, não está só sobre tutela do professor, apenas é preocupação e tarefa de vários envolventes, o professor, para além da sua dedicação individual, também precisa de outros intervenientes.

O papel do professor em identificar, o que interfere na aprendizagem dos alunos, é de extrema importância, muitas vezes a família não identifica de forma

correcta, ainda assim, o professor conversando com a família, precisa encaminhar a especialistas, acredita-se que o professor não consegue dar um tratamento sozinho, visto que ele não é especialista em todas áreas de que as situações lhe podem apresentar.

Continuando com esta abordagem, quanto ao papel do Professor sobre as dificuldades de aprendizagem, Cancian e Malacarne (2019), apontam que, a capacidade do professor em notar os transtornos de aprendizagem é bastante relevante para o desenvolvimento da criança. Através da identificação dos distúrbios é possível predispor ao aluno um suporte adequado, trabalhar para melhorar a sua capacidade de aprendizagem.

Assim, afirma-se que o professor é uma das figuras principais no processo de ensino/aprendizagem, deve ser capaz de reportar a aprendizagem dos seus alunos, e em situações que carecem intervenção.

Os problemas com que os professores se deparam, merecem ser partilhados para a resolução dos mesmos, deste modo, a comunidade escolar precisa interagir sobre as dificuldades de aprendizagem para a actuação psicopedagógica. Como será abordado no tema a seguir sobre a interação psicopedagógica.

1.10. Interação psicopedagógica

Falar de interação psicopedagógica, é saber que a escola é um sistema, que o seu pessoal deve trabalhar de forma interligado, interagindo sobre o que nela acontece, sem se esquecer dos pais e encarregados de educação. Essa interação, deve estar principalmente voltada para aprendizagem ou não, do aluno.

Para Sá et al. (2008), o trabalho da escola é caracterizado pelo aspecto internacional, onde a comunidade académica deve estar em constante comunicação sobre o processo de ensino/aprendizagem. O psicopedagogo pode, então, ser visto fazendo parte de uma equipa interdisciplinar que é campo de discussão da problemática docente, discente e administrativa, entrando em contacto com todos elementos da escola, bem como os pais e encarregados de educação, procurando sempre trocar informações.

Focou-se na relação professor e aluno, pais e encarregados de educação em relação com a escola, o psicopedagogo. Tendo-os como elementos principais desta actividade, estes devem interagir, principalmente em casos de anomalias ou qualquer problema que afete a escola ou aprendizagem dos alunos.

1.10.1. Aluno

O aluno é a principal figura no processo de ensino aprendizagem, que não limita-se apenas em ouvir, imitar e obedecer o professor, mas sim que participa de forma activa na sua aprendizagem, também fazendo bucas empíricas ou científicas que permitam a interação com o professor em sala de aula ou fora dela.

Romero e Albreltch (2022), advogam que, o aluno desempenha um papel preponderante no decorrer de sua aprendizagem, por isso a motivação intrínseca e extrínseca é muito importante. A actuação do professor ou do psicopedagogo vai além de transmitir os conteúdos, mas, buscar estratégias que visam motivar o aluno na aquisição do conhecimento.

É a partir da interação com o aluno, que o professor pode notar défices, na aprendizagem e que na procura da origem desses défices, deve entrar em contacto com a Direcção da escola, ou a equipa interdisciplinar da escola, se tiver, ou com a família do aluno.

1.10.2. Relação professor e aluno

O professor ao relacionar-se com o aluno em sala de aula ou fora dela, no seu dia-dia, maior parte das vezes pode ser o primeiro a observar ou notar aquilo que é, e que pode vir a ser um entrave para a aprendizagem. Para além de orientar os alunos, deve importar ao professor saber em que fases os seus alunos encontram-se, sobre a faixa etária, o desenvolvimento físico, psicológico e emocional, e estabelecer uma relação de afectividade, que lhes permita abertura de bom relacionamento. Nesta temática, ressalta-se a afectividade como o ponto principal.

Sobre a afectividade do Professor, afirma Medeiros (2017), a relação entre professor e aluno é essencial de modos a facilitar o processo de ensino-aprendizagem, pois é através dessa relação que professor e aluno interagem e

definem seu papel nesse processo, trocando experiências, dificuldades e conquistas.

E ainda Medeiros, realça que, é importante que o professor esteja sempre com a atenção voltada aos alunos, de forma particular, considerando o que cada um tem de melhor e auxiliando a lidar com seus problemas, pois o aluno, quando sente-se amparado em suas dificuldades, consegue lidar melhor com elas.

Vigotsky e Wallon, (s.d, citados por Paula e Faria 2010):

“Descrevem o carácter social da afectividade, sendo a relação afectividade-inteligência fundamental para todo o processo de desenvolvimento do ser humano, cabe ao educador integrar o que amamos com o que pensamos, trabalhando de uma só vez, a razão e a emoção. Só se aprende a amar, quando se é amado. Por isso a criança tem que se sentir amada, para descobrir o que é amor. Nós não damos aquilo que não temos.” (p.4)

Como já afirmaram os autores acima citados, portanto, para interação psicopedagógica, a afectividade do professor para com o aluno, é essencial. Um professor que conhece os seus alunos, de forma afectiva, emocional, e psicológica, e até as suas discrepâncias físicas, terá certeza dos problemas que carecem intervenção psicopedagógica de imediato.

O professor diante das dificuldades, o seu pronunciamento a outros profissionais da escola é benéfico, se ele manter-se em silêncio, vários problemas podem não ser resolvidos e crescerem a um extremo de difícil resolução.

O papel dos pais e encarregados de educação, em relação com a escola é muito necessário, sendo o próximo subtema a ser tratado.

1.10.3. Pais e encarregados de educação em relação com a escola

A família é o primeiro ciclo relacional do aluno. Os pais e encarregados de educação devem conhecer melhor o seu educando, deste modo, é fácil trabalhar mutuamente com a escola. Como refletem alguns autores:

Na visão de Anna Henderson (1987, citada por Bento et al. 2016), considera que quando os pais e encarregados de educação envolvem-se na educação dos

seus filhos, relacionando-se com a escola, estes apresentam um melhor aproveitamento, o que é satisfatório tanto para a escola, como para a família.

Firmam Cardoso e Lamas (2021):

“O encarregado de educação/ o pai é, pois, responsável do seu educando, criando uma ponte entre a escola e a comunidade escolar e o contexto social onde vive. Por outras palavras, aos encarregados de educação, quer sejam os pais da criança, compete-lhes assegurar o percurso educacional do(s) filho(s), cooperando com a instituição principalmente com os professores. Portanto, esta relação permite ao encarregado de educação, tendo em conta que conhece a realidade onde a criança/o adolescente vive, a base para o desenvolvimento sustentado em conhecimentos teóricos e práticos, que viabilizam intervir nas situações de aprendizagem.” (p.4)

Ainda Cardoso e Lamas, destacam que:

“Escola e professores sabem que uma boa comunicação com os pais é um contributo importante no seu trabalho; esta comunicação pode ajudar laços positivos e duradouros entre professores e pais. É necessário que os professores conheçam as famílias, o idioma de origem e a cultura das crianças para ajudar aprender de forma implicada”. (p.8)

Com base as ideias dos autores acima apresentados, sobre a relação família e escola no processo de ensino aprendizagem, é de salientar que essa relação deve ser concreta, pois, as informações vindas dos pais e encarregados de educação, para escola ou professores, vice-versa, é bastante valiosa para compreender o educando e o início de actuação de qualquer problema que afeta a aprendizagem.

1.10.4. O Psicopedagogo

O Psicopedagogo é um profissional dotado de vários conhecimentos, principalmente de Pedagogia e Psicologia, para além de auxiliar as actividades pedagógicas, intervir para a resolução e prevenir problemas que podem surgir na escola, também pode juntar-se ou ser auxiliado por uma equipa que trabalha de forma interdisciplinar, para o bem-estar físico e psicológico do aluno, de forma a facilitar aprendizagem do mesmo.

Sobre os afazeres do Psicopedagogo, Soares e Sena (2012), justificam que, o Psicopedagogo é uma figura de extrema importância na instituição escolar, este profissional estimula o desenvolvimento de relações interpessoais, estabelecendo vínculos no seio da comunidade educativa e utilizando métodos de ensino actualizados, para facilitar o processo de ensino aprendizagem.

O psicopedagogo, deve interagir com os outros elementos da escola, e com os pais e encarregados de educação para dar a conhecer o seu trabalho. A informação na instituição escolar deve veicular, bem como também a informação vinda dos pais e encarregado de educação, é desta maneira que se concretiza a interação psicopedagógica.

Campagnolo e Marquezan (2019), referem que:

“A Psicopedagogia, sendo uma profissão interdisciplinar, tem condições de auxiliar a escola também com os gestores (direção, coordenação, supervisão), encarregados de educação, principalmente em relações sociais entre a escola e como afetam aprendizagem, também com o trabalho preventivo, um ponto essencial que não deve ser esquecido.

É necessário, para além de remediar, prevenir.” (p.350)

Em suma, Os pais e encarregados de educação, ao matricular a criança na escola, devem desde o início, dar a conhecer à escola se os seus educandos apresentam ou não problemas, como qualquer deficiência e outros, o professor na sua actividade lectiva, se caso notar uma anomalia que ele próprio não

consegue resolver, deve entrar em contacto com a direcção da escola e a direcção deve encaminhar aos serviços psicopedagógicos, se a escola tiver, caso não, voltar aos pais e encarregados de educação e procurar diagnóstico diante de profissionais especializados.

1.11. Encaminhamento de alunos com problemas ou não, à equipa interdisciplinar

Um professor observador e atento às actividades em sala de aula, como fora ou no recreio, notará muito cedo as anomalias provenientes dos seus alunos, desde a sua disposição, apresentação do vestuário, humor, características físicas, como manipulam objectos didáticos, como brincam entre colegas, a linguagem que usam, entre outros. O Professor, sendo o primeiro diagnosticador do aluno, diante de problemas, sabe-se que não consegue resolve-los todos de forma isolada, precisa-se encaminha-los a outros profissionais. No caso de algumas escolas, existem gabinetes psicopedagógicos ou equipa interdisciplinar para atender problemas que lhes são encaminhados. Como explicitam Campagnolo e Marquezan (2019), geralmente as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem merecem ser encaminhadas na área da saúde, para que se investigue e se faça tratamentos, para ajuda-las em suas dificuldades; ter o psicopedagogo na escola é de grande ajuda para que se possa ter melhor discernimento sobre o fato de que melhores caminhos e profissionais precisam ser acionados.

Barbosa (2006 p. 30), afirma “a criança com dificuldade de aprendizagem deve ser encaminhada ao profissional especializado para diagnosticar as causas da não aprendizagem.”

Para Silveira (2019), “o psicopedagogo actua sobre os problemas de aprendizagem e de seus processos decorrentes, geralmente situados entre a saúde e a educação, deste modo, deve-se ter atenção especial aos limites da actuação e saber o momento para encaminhar os casos pertencentes aos outros campos de actuação para psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, dentre outros”.

Estima-se que, diante de dificuldades de aprendizagem, ou casos que merecem intervenção interdisciplinar ou ainda outros serviços da comunidade, deve-se primeiro procurar a causa antes de actuar, para não cair no erro de medicar sem ter a certeza do que se está a tratar e saber quais os casos que merecem ser encaminhados ou não.

Antes da intervenção psicopedagógica, sublinha-se que o profissional da equipa interdisciplinar, saiba ou entenda o que é o trabalho psicopedagógico, dominando a teoria e a prática, assim, segue-se esta temática.

1.12. Trabalho psicopedagógico

A Psicopedagogia busca auxílio de outras ciências para actuar, ganhando assim categoria de trabalho interdisciplinar. Como esclarece Bossa (2000 p.23, citado por Oliveira et al. 2019):

“A Psicopedagogia tem carácter interdisciplinar e actua apoiando-se nas áreas da psicologia, pedagogia, psicanálise, linguística, fonaudiologia, sociologia, filosofia, neurologia. Para melhor investigar e sanar os problemas de aprendizagens, tendo em vista a complexidade do objecto de estudo que é o ser humano no seu processo de aprendizagem, é importante o trabalho simultâneo dentro dos enfoques preventivos, terapêuticos e teóricos”. (p.244)

Assim, como as áreas de conhecimento têm um objectivo de estudo, a psicopedagogia também tem o seu objectivo, como argumentam Osti e Marcelino (2008), o objectivo da psicopedagogia apega-se em compreender o processo de aprendizagem, como ela ocorre, como essa aprendizagem pode ser influenciada no decorrer do desenvolvimento, buscando além da compreensão de todo esse processo, reconhecer e tratar possíveis alterações.

O trabalho psicopedagógico, consiste na interação de vários profissionais que trabalham de forma interdisciplinar, para a concretização do mesmo, na mesma senda Vercelli (2012 p. 72) esclarece: “Trata-se de um campo de estudo que utiliza conhecimentos de diversas áreas, a saber: da psicologia, da pedagogia, da psicanálise, da medicina, da linguística, da semiótica, da neuropsicologia, da psicofisiologia, e da filosofia humanista existente.”

Ainda Osti e Marcelo (2008) defendem que:

“A psicopedagogia actua tanto no campo clínico quanto institucional, tendo carácter preventivo e/ou remediativo. O aspecto preventivo actua na orientação de profissionais, focando a metodologia de ensino, a didáctica, os conteúdos escolares e outros fatores relacionados ao ensino. Já o processo de intervenção clínica, actua directamente sobre o indivíduo, seja este criança, adolescente ou adulto, procurando diagnosticar suas dificuldades e intervindo para a superação das mesmas.” (p.77).

Dentre várias visões sobre o trabalho psicopedagógico, há sempre algo em comum no centro “ o ser humano aprendente”, “ Processo de ensino Aprendizagem”, Os profissionais, antes da atuação psicopedagógica, devem preocupar-se primeiramente entender o trabalho psicopedagógico, tanto na teoria e como funciona a prática.

1.13. Intervenção psicopedagógica na escola

Diante dos problemas detetados na escola, ou mesmo casos simples mas que carecem necessidades educativas especiais, como falou-se antes sobre a interação dos mesmos, isto é depois de se estudar os casos encaminhados à equipa interdisciplinar, a equipa, deve estudar os casos e procurar estratégias de intervenção, se o problema estiver fora do alcance de resolução desta equipa, deve ser encaminhado a outros serviços da comunidade. A intervenção psicopedagógica, não é feita apenas em alunos, como também aos professores, os gestores da escola, e os demais elementos dentro da escola.

De acordo com Bandeira e Vieira (2018):

“A Psicopedagogia é voltada para compreender os problemas de aprendizagem e com isso avaliar, refletir sobre as questões que estão intimamente ligadas ao relacionamento cognitivo nas diversas situações de aprendizagem. A Psicopedagogia clínica é vista por dois olhares: a curativa ou a terapêutica e tem como objectivo reintegrar aquele aluno que possui dificuldades de

aprendizagem. Tem como ênfase o atendimento em sua singularidade, pois cada pessoa, atendida possui dificuldades diferenciadas, assim o papel do psicopedagogo é de fazer as intervenções que melhor se identificam no aluno. A Psicopedagogia institucional que é vista como preventiva, tem como objectivo reflectir e desenvolver projectos pedagógicos educacionais, de forma que enriqueça o trabalho em sala de aula, as avaliações são sistemáticas.” (p.5)

E sobre a intervenção na escola, Filho (2014), afirma que “Intervir numa escola não significa anular a regra já estabelecida, o ritmo adotado. A intervenção, investiga as diversidades e as diferenças que estão moldadas na instituição. O psicopedagogo deve pensar, analisar e intervir mediante a forma de aprendizagem aplicada pelos educadores”.

Romero e Albrech, (2022, p.2), Consideram que “o intuito do psicopedagogo escolar é observar, analisar e idealizar estratégias para sanar a problemática sobre as dificuldades de aprendizagem dando foco para as características do aluno quanto do professor já que ambos são importantes no contexto aprendizagem”.

Para que intervenção psicopedagógica seja possível, é necessário buscar a base de convivência do aluno, procurar saber o seu histórico, se possível desde o nascimento, a família ou os encarregados devem fornecer estes dados, e conversar com o professor, sobre suas actividades lectivas, para saber o desenvolvimento da aprendizagem, e as dificuldades. O psicopedagogo, ao receber qualquer queixa ou pedido de auxílio, deve saber até onde actuar e o momento possível para o encaminhamento.

A intervenção Psicopedagógica, não só actua e auxilia nas actividades dos alunos Professores, como também trabalha de forma terapêutica e procura sanar, problemas de aprendizagem, que muitas vezes pensa-se que não têm soluções.

A intervenção Psicopedagógica na escola é um processo, isto é, a equipa interdisciplinar, não vai directamente já actuar sobre o aluno ou em suas dificuldades, mas sim a partir de encaminhamento com um histórico vindo do

professor ou gestores da escola, ou ainda do encarregado de educação. Aos casos normais, para as actividades dos alunos sugere-se novas tarefas para estimular aprendizagem. Aos casos complexos deve-se encaminhar a outros serviços da comunidade.

O Psicopedagogo, trabalha com os professores, reflectindo as práticas pedagógicas, e deve rever os conteúdos programados para o ano lectivo, e sobre a possível ou não realização do currículo programado. São várias as actividades sobre a intervenção Psicopedagógica, apenas algumas podem surgir num momento não programado.

1.14. Desafios e soluções do trabalho psicopedagógico

Todo o trabalho tem um objectivo a alcançar, tarefas a realizar, mas também, nesse processo pode aparecer dificuldades, que ainda assim, não devem-se deixar de parte, a busca de soluções deve ser tarefa do profissional.

Segundo Vercelli (2012):

“ Ao Iniciar um trabalho psicopedagógico na escola, deve haver por parte dos educadores envolvidos, reflexão individual e grupal sobre as próprias aprendizagens e sobre as actividades que a escola irá promover. Além disso devem existir momentos para aprofundamento teórico sobre as diferentes áreas do conhecimento humano, além de dinâmicas de grupo sobre diferentes, actividades que possam ser realizadas com alunos” (p.74)

Para Castro (2011, citado por Passile (2019):

“ O trabalho Psicopedagógico, tem o objectivo de investigar o processo de ensino/aprendizagem do aluno e o seu modo de aprender, identificar suas limitações visando entender as origens dos problemas apresentados, orienta o trabalho do docente, seus métodos, estratégias para o alcance dos objectivos pretendidos, ainda vai além: é parceiro da escola, na elaboração do projecto escolar, sugerindo programas, que promovem um ensino de qualidade” (p.11)

Soares e Sena (2004, citados por Cassinda e Hengombe 2019), afirmam que a psicopedagogia está voltada para uma intervenção com interesse de descobrir quais articulações justificando sintomas, quando construir condições para que o sujeito aprendiz, possa situar-se, num lugar que favoreça o desaparecimento do comportamento patológico.

Deste modo, o psicopedagogo deve utilizar algumas técnicas próprias de sua acção para avaliar o raciocínio lógico, a aprendizagem, o desenvolvimento psicomotor, o desenvolvimento cognitivo, tantos outros.

Diante de problemas ou situações encaminhadas a equipa psicopedagógica ou interdisciplinar da escola, pode ser um desafio para a mesma, tem-se o ponto de vista de que, diante dos desafios, procurar dar soluções, através de estratégias de actuação e domínio do problema, diante de problemas fora de resolução da equipa interdisciplinar, pode fazer o encaminhamento as outras instituições.

1.15. Constituição da equipa interdisciplinar de orientação psicopedagógica para o acompanhamento escolar

A equipa que trabalha num gabinete psicopedagógico, é uma equipa de carácter interdisciplinar, pois diante de um caso ou um problema, não apega-se em uma única disciplina para actuação, ou em um único campo de conhecimento, mas sim cada profissional na sua área de actuação, procura avaliar o problema e dar o seu contributo.

Para tal, aponta-se a temática da interdisciplinaridade como suporte ou estratégia para o trabalho psicopedagógico, assim, no dizer de Franzmann e Bonetti (2016), explicam que: actualmente os profissionais pretendem desenvolver novas estratégias de actuação frente as exigências da sociedade, referente ao processo de ensino/aprendizagem. Neste olhar, surge a interdisciplinaridade, com a intenção de mudar o conhecimento, mudando atitudes integrais da pessoa. A interdisciplinaridade objectiva garantir a construção de um conhecimento, ultrapassando limitações das disciplinas e o isolamento profissional, alargando as possibilidades de forma globalizante. A interdisciplinaridade, aponta um amadurecimento entre as áreas acerca da

profissão, para atingir os seus objectivos dialogando entre os aurores envolvidos no universo escolar.

Segundo Bossa (2000, p. 23, citado por Oliveira et al. 2019):

“A Psicopedagogia tem carácter interdisciplinar e actua apoiando-se nas áreas da psicologia, pedagogia, psicanálise, linguística, fonaudiologia, sociologia, filosofia, neurologia. Para melhor investigar e sanar os problemas de aprendizagens, tendo em vista a complexidade do objecto de estudo que é o ser humano no seu processo de aprendizagem, é importante o trabalho simultâneo dentro dos enfoques preventivos, terapêuticos e teóricos” (p.244).

Para a concretização de várias tarefas na escola, como os autores abordaram acima, o trabalho interdisciplinar é prioritário, com seus objectivos e cada profissional competente em sua área de conhecimento, prontos para actuação, e saber o momento para encaminhar a outros profissionais em caso de problemas que devem ser tratados fora da escola por outros profissionais especializados. Da literatura consultada acerca da constituição da equipa interdisciplinar para o acompanhamento escolar, não há uma conformidade quanto aos profissionais que devem constitui-la, entende-se que a escola, na sua flexibilidade, deve procurar enquadrar profissionais nesta equipa consoante a situação de problemas que a escola tem apresentado e como também para a prevenção de situações que podem ser entraves no processo de ensino/aprendizagem.

1.16. Necessidade de formação contínua e especializada da equipa interdisciplinar

Num agir imediato diante dos problemas que vão acontecendo na escola, pondo em causa o processo de ensino/aprendizagem, numa primeira fase, a escola não deve esperar por profissionais especializados para actuação, mas sim quem estiver presente diante da ocorrência de qualquer episódio deve interagir ou intervir sobre o mesmo, isso não significa que os interessados para a especialização em intervenção psicopedagógica devem estar indiferentes a formações ou capacitações.

A formação contínua dos profissionais da educação, é necessária e de grande importância. Explica Perrenoud (s.d, citado por Serra 2012), orienta que uma das competências de um profissional, deve basear-se no investimento da formação, entende-se que para o profissional da educação, a formação é um processo contínuo, sem término. Participar das oportunidades de formação continua oferecida pelo local de trabalho, bem como participar de forma voluntária em formações que acontecem fora do local de serviço. Sem esquecer-se das actividades de leitura e pesquisa que é uma das formas de enriquecer a capacidade intelectual para a prática profissional.

Qualquer profissional, de forma individual ou colectiva, deve preocupar-se com actualização dos conhecimentos, atendendo o dinamismo da ciência e da técnica, deve evitar o comodismo, mas sim dedicar-se a pesquisa, e a formação, promovendo inovação e desenvolvimento.

Os órgãos de direito, especialmente os profissionais da educação, bem como promotores da mesma, devem estar sempre atentos aos problemas e novas tendências da educação. Não só promover seminários de capacitação que são apenas realizados de forma intensiva e em curto espaço de tempo, mas apostar na formação de quadros especialistas virados aos problemas que a educação apresenta.

Contextualizando, sobre a formação Psicopedagógica, Osti e Marcelino (2008) afirmam que:

“A formação Psicopedagógica permite ao profissional trabalhar em instituições de ensino, particulares, ou públicas, orientando directores, pais e professores promovendo grupos de estudo, palestras ou cursos sobre temas específicos, contribuindo assim, para que a aprendizagem possa ser vista em suas diversas formas. Também é possível actuar em clínica, atendendo directamente crianças, intervindo em suas dificuldades, reforçando conteúdos que são trabalhados na escola, através de diversas estratégias e técnicas”. (p.86)

Sem dúvidas, a formação psicopedagógica, é rica por ser auxiliada por outras áreas de conhecimento para a sua prática. Falando de uma equipa

interdisciplinar, entende-se que é um conjunto de pessoal especializado, assim, a formação e actualização contínua dos conhecimentos e aperfeiçoamento da prática, é aconselhável, para melhor responder os problemas com que se deparam nas instituições.

Conclusão do capítulo 1

Antes da abordagem da matéria sobre a psicopedagogia, considerou-se prioritário estudar de forma breve a história da educação em Angola, a História da deficiência e a História da Psicopedagogia, desde os seus primórdios. A pesquisa sobre a educação em Angola, antes da era Colonial, Período Colonial, Pós-colonial e até aos nossos dias, através de alguns trechos pesquisados, colheu-se informações de factos sobre a evolução da mesma até aos nossos dias.

Ainda sobre a educação, hoje, Angola já reflete de forma mais independente sobre as suas políticas educativas, procurando contextualizá-las e em vista a promoção do desenvolvimento e aprendizagem, sem se esquecer da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Crê-se que os profissionais da educação, também são profissionais de psicopedagogia, pois, o educador ao inculcar valores ao seu educando, de forma directa ou indirecta, está pôr em prática a psicopedagogia.

Rebuscando a história da deficiência, resultou num entendimento, de como eram tratados pessoas com deficiência em diferentes idades, até aos nossos dias, ao mesmo tempo saber sobre as primeiras actividades de intervenção psicopedagógica.

A literatura sobre a psicopedagogia a cada dia que passa apresenta estudos recentes, há sempre autores a escreverem artigos, revistas e livros, preocupados com o seu objeto de forma independente.

Dos temas elaborados, virados ao objectivo geral e a problemática da pesquisa, através da revisão bibliográfica, foi possível abordando-os, dando base para o fundamento dos temas teóricos traçados no capítulo um.

CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Introdução do capítulo 2

Neste capítulo, para além das citações teóricas de conceitos que clarificam procedimentos feitos para a concretização do estudo, a maior parte está constituído pela prática da pesquisa, constam nele: os preliminares da Investigação; fez-se a caracterização do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola, bem como o seu Design, destacando o problema de investigação, onde situou-se a problemática, justificação da pesquisa, seguindo com o objecto de estudo e os objectivos: Geral e específicos, e para a realização dos mesmos traçou-se tarefas de investigação; contextualizou-se os participantes do estudo, caracterizou-se os mesmos. Através da observação participante fez-se o diagnóstico do gabinete de um colégio público de um Município do sul de Angola, para além da observação participante, usou-se a entrevista semi-estruturada para a recolha de dados e o objectivo da mesma foi colher informações no ambiente dos participantes do estudo. Fez-se o tratamento dos dados através da análise de conteúdo categorial temática, e que as mesmas foram apresentadas em figuras separadas, sendo: categorias referentes as temáticas das entrevistas feitas aos Professores, categorias referentes as temáticas das entrevistas feitas aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, categorias referentes as temáticas das entrevistas feitas a Direcção de um colégio, onde fez-se a pesquisa. Chegou-se a questões éticas da pesquisa, garantindo a confidencialidade dos participantes do estudo, protegendo a identidade e as imagens. Analisou-se os resultados obtidos e fez-se a discussão dos mesmos em confrontação com outros autores e chegou-se as conclusões.

2.1. Preliminares da investigação

Pesquisar é buscar um esclarecimento de factos, ideias, acontecimentos que para um pesquisador não estão claros, e que precisam de uma resposta ou resultados, através de procedimentos que a mesma exige. Na opinião dos autores: Nunes (2021), pesquisar consiste em aproximar-se, em sondar, buscar respostas precisas de processos e acontecimentos de nossa vida, de nosso redor, de o que interessa-nos e das disposições de nosso existir singular e colectivo.

Para Barros e Lehfeld (2010 p.81), “a pesquisa constitui um acto dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento. Consiste na tentativa de desvelamento de determinados objectos. É a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou problema.”

Ander-Egg (1978:28 citado por Marconi e Lakatos 2003 p. 155), definem: “ a pesquisa sendo um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Das várias definições sobre a pesquisa, a interpretação que se faz, é que elas têm como o centro a ideia: “o que buscar num estudo”

A presente pesquisa, realizou-se num colégio público, de um município do sul de Angola, onde há um gabinete de apoio psicopedagógico em funcionamento desde o ano 2011.

Assim, depois de ter terminado a parte curricular do Mestrado em Desenvolvimento Curricular, precisa-se culminar o curso, elaborando uma dissertação.

Fez-se primeiro um plano de estudo, junto da orientadora desta pesquisa, discutiu-se em torno do tema, mas não mudou-se o que se pretendia estudar, bem como os objectivos a atingir.

O Conselho Científico do Departamento de Pós-Graduação do Instituto de Ciências de Educação da Huíla, tendo aprovado o tema Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, com a pergunta de partida: Como funciona o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola?

A mesma tem como objecto de estudo: Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, tem como objectivo geral: Compreender o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, com os seguintes objectivos específicos traçados:

- Apresentar fundamentos teóricos sobre a Psicopedagogia;
- Identificar o Funcionamento do Gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola;
- Descrever a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola;
- Propor a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola;

Elaborou-se o anteprojecto de investigação. Para a realização da pesquisa, solicitou-se uma credencial ao gabinete do Vice-Presidente para os Assuntos Científicos, e Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação. Tendo obtido a credencial, emitiu-se à secretaria de um Colégio público de um Município do Sul de Angola, onde teve despacho da Directora Geral, com a resposta de aceitação para o avanço da pesquisa.

Apresentou-se aos participantes do estudo, e explicou-se o objectivo da investigação, como instrumento de recolha de dados, usou-se a entrevista semi-estruturada, a partir de um guião com perguntas focalizadas, que foram dirigidas aos participantes, sendo: professores (12 elementos), a Direcção (dois elementos) e os profissionais do gabinete de apoio Psicopedagógico (três elementos). Explorou-se a Bibliografia, sintetizando-a, que deu sustento ao trabalho tanto a parte teórica como a metodológica. Sobre o campo de acção, do ponto de vista cognitivo: enquadra-se na área da psicopedagogia, e do ponto de

vista geográfico: Num Gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola. Fez-se a caracterização do gabinete de apoio psicopedagógico e outros procedimentos da pesquisa, como estão explícitos nos pontos a seguir.

2.2. Caracterização de um colégio público de um município do sul de Angola e o seu gabinete de apoio psicopedagógico

O Colégio Público de um Município do sul de Angola, nele ministram-se o I Ciclo que é transição para o II Ciclo. Com a denominação actual das escolas, passou para colégio público com o seu respectivo número de ordem. O colégio é de construção definitiva, contendo, 19 salas de aula, uma sala de professores, uma sala de convívio, uma secretaria geral, 8 Gabinetes, servindo para: um gabinete da diretora geral, um gabinete do Subdirector pedagógico, um Gabinete da Subdirectora administrativa, um gabinete para os coordenadores de turno, um gabinete para o simprof, um Gabinete de apoio psicopedagógico, um gabinete da Inspeção da educação, e um gabinete do Sector académico.

Cinco WC em funcionamento, três Laboratórios: um de Biologia, um de Química, e um de Física, dois campos para expressão moctora, e desportos, uma Biblioteca.

Para o ano lectivo 2022/2023 O colégio teve 92 professores, 1344 alunos matriculados, sendo 605 matriculados na 7ª classe, 441 na 8ª classe e 298 na 9ª classe. São administradas 14 disciplinas, funciona em dois turnos com 19 turmas de manhã e 18 turmas de tarde. No período da manhã, funcionam a 7ª classe com 9 turmas, 8ª classe com 5 turmas, e a 9ª classe com 4 turmas

O gabinete de apoio psicopedagógico, funciona dentro deste colégio, desde 2011, por sinal, ano da criação do Decreto Presidencial n.º15/11, de 11 de Janeiro, apoiando-se no seu artigo 40º sobre a criação de gabinetes psicopedagógicos nas escolas, em conformidade com o artigo 41º sobre o perfil dos coordenadores.

Este Gabinete funciona de segunda à sexta - feira, de manhã e as tardes:

Período da manhã: a partir das 8h:30 Minutos às 11h:30 minutos;

Período da tarde: a partir das 13H00 minutos às 17h:30 minutos.

Segundo o pré-diagnóstico ocorrido no dia 28 de abril a 15 de Maio de 2023, através da observação participante e entrevista, soube-se que o gabinete, é constituído por três elementos que fazem a equipa, sendo: um elemento formado em Psicologia da Educação e dois elementos formados em Psicologia Clínica.

O Psicólogo Educacional actua nas seguintes áreas: Orientação vocacional, Fraca assimilação dos conteúdos por parte dos alunos e identificar as causas, assessora o trabalho pedagógico, entra em contacto com a família para informar os problemas apresentados pelos alunos e também escuta o que a família tem a dizer a respeito do assunto. Participa e dá contributo na elaboração do currículo e a equipa em geral do gabinete de apoio psicopedagógico, está atenta aos problemas imprevisíveis no colégio.

No diagnóstico feito, afirmou-se que os psicólogos clínicos, têm como principal as seguintes tarefas: acolhem os problemas encaminhados pelo psicólogo educacional, se os casos encaminhados carecem de uma resposta médica, junto da família encaminham ao hospital.

E ainda, a mesma equipa faz:

- Interação Psicopedagógica: Conversa com encarregados de educação, acerca de problemas que dificultam a aprendizagem;
- Intervenção Psicopedagógica: Orientação Vocacional;

Este gabinete tem os seguintes materiais de apoio: cartazes informativas, duas camas móveis, o DSM4 como guia para a certificação de alguns sinais patológicos, um computador para anotações e relatórios, uma máquina para a consulta de estomatologia e medicamentos para primeiros socorros como paracetamol, álcool etílico e algodão.

Desta feita, prossegue-se com o design da investigação.

2.3. Design da investigação

Para esta pesquisa, quanto a abordagem é de carácter qualitativa, quanto aos objectivos é descritiva, com tipo de estudo de caso, quanto a natureza é básica e aplicada. Assim, seguem-se os autores que através das suas ideias defendidas, clarificam os conceitos:

Sobre a pesquisa qualitativa, afirma Nunes (2021):

“A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, pressupõe que haja um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade própria do sujeito investigativo, que não pode ser traduzido somente a critérios formais e estatísticos; para esta abordagem a acção de pesquisar demanda contextualização, análise, interpretação, articulação, crítica, entendimento, releituras. etc. A interpretação dos fenómenos e a atribuição dos significados são atitudes básicas no processo de pesquisa qualitativa.” (p.7)

No entender de Creswell (2014, p.50), “ A pesquisa Qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam os estudos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Neste paradigma, o papel do pesquisador é de extrema importância, sendo ele interpretador das ideias dos entrevistados, procurando dar significados ao juízo exposto por cada elemento na entrevista.

Yin (2016), apresenta 5 características da pesquisa qualitativa:

- “ 1. Estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. Representar as opiniões e perspectivas das pessoas;
3. Abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;

4. Contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comento social humano;
5. Esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.” (p.28)

Quanto a natureza da pesquisa, na realidade desta, apresenta duas: pesquisa básica: por trazer conteúdos teóricos que servirão de base para o avanço da ciência e pesquisa aplicada: considera-se que é também aplicada, porque dela surgem conhecimentos para serem aplicados, dirigindo a soluções de problemas detetados, de uma realidade.

Quanto aos objectivos é descritiva, Barros e Lehfeld (2010 p.84), classificam a pesquisa segundo as formas do objecto: “ Segundo as formas do objecto de pesquisa, esta pode ser classificada em “ pesquisa descritiva”, pesquisa experimental e pesquisa acção”.

Esta pesquisa é descritiva, com destaque ao que se pretendeu estudar.

Sobre a pesquisa descritiva, ainda Barros e Lehfeld, apontam que:

“Neste tipo de pesquisa, não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objecto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenómeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenómenos.” A pesquisa descritiva engloba dois tipos: “ a pesquisa documental e ou/ “Bibliográfica” e a pesquisa de campo” (p.84)

Quanto aos procedimentos fez-se a pesquisa bibliográfica, optando pelo levantamento bibliográfico sobre temas que já foram abordados em livros, artigos, teses e dissertações, que têm a ver com o objecto de estudo e o problema de investigação em causa.

O tipo de estudo desta pesquisa, é o estudo de caso, por se pesquisar apenas o funcionamento de um gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio de forma particular.

Sobre o estudo de caso:

Segundo Chizotti (1991, citado por Barros & Lehfeld 2010):

“Caracteriza o estudo de caso como uma modalidade de estudo nas ciências sociais, que se volta à colecta e ao registro de informações sobre um ou vários casos particulares, elaborando relatórios críticos, organizados e avaliados, dando margens a decisões e as intervenções sobre o objeto recolhido para a investigação – uma comunidade, organização, empresa. Etc.” (p.108)

Yin (2001, citado por Pardal & Lopes 2011 p. 33) considera que: “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”

Bruyne et. Al. (1991, citado por Pardal e Lopes 2011. P.33) Agrupa o estudo de caso em três modelos:

- “- Estudo de caso de exploração;
- Descritivos, e práticos”.

Este estudo, enquadra-se no estudo de caso descritivos.

Sobre os modelos descritivos, Bruyne et al. (1991, citado por Pardal & Lopes 2011 p.33) “Descritivos. Bastante frequentes, e tomando a “forma de uma monografia”, este modelo centra-se num objecto, analisando-o detalhadamente, sem assumir pretensões de generalização”

Como afirmou-se, o estudo de caso, uma vez que, estuda apenas casos particulares, não se faz a generalização dos resultados. Portanto, neste contexto, cada caso tem a sua realidade. Sobre a existência de gabinetes psicopedagógicos, crê-se que, cada escola ou colégio tem a sua realidade e o modo de funcionamento, que não é totalmente igual aos outros gabinetes.

Ainda, nesta pesquisa, fez-se a pesquisa de campo feita através da observação Participante. Para Appolinário (2004), a pesquisa de campo realiza-se em um ambiente natural, não controlado, que para a obtenção de dados, envolve a observação directa, pesquisa, observação, observação participante e não participante, do fenómeno em estudo, em seu próprio ambiente.

Como explica o autor citado, na pesquisa de campo feita, usou-se a observação participante, que serviu como meio de obtenção de informação no ambiente

natural que é num colégio público de um município do sul de Angola, como está explícito na grelha de observação sobre o diagnóstico feito ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. Ver o apêndice nº 3

Tendo numa investigação um problema, situação problemática, a justificativa da pesquisa, objecto e objectivos, a realidade desta pesquisa seguiu o mesmo padrão e são os próximos assuntos a serem abordados.

2.4. Problema de investigação, objecto e objectivos

Esta pesquisa tem um problema, formulado em forma de pergunta o qual carece resposta através de procedimentos da pesquisa e resultados, sua situação problemática: problema na sociedade, como o problema foi detetado, justificativa da pesquisa: porque estudar este tema, tem um objecto de estudo: o que se pretende estudar de concreto; e um objectivo geral: o que se pretende atingir com este estudo, bem como os objectivos específicos e caminhos ou tarefas a trilhar para a concretização desses objectivos e de todo estudo. Assim os pontos mencionados, seguem-se com mais detalhes.

2.4.1. Problema de investigação

A investigação levanta um problema, formulado em pergunta que precisa resposta ou solução, através de um estudo com os seus procedimentos, procurando esclarecimento, de um conhecimento que não está bem entendido. Ou ainda, procura-se saber acerca de um assunto pouco conhecido que através de um estudo, pode ser clareado ou ainda melhora-lo para facilitar a compreensão de outros pesquisadores, académicos e profissionais interessados no assunto em causa.

Acerca do problema de investigação, Pardal e Lopes (2011, p.120), sustentam que: “ A investigação gira em torno de um problema determinado que, pelos mais diversos motivos, interessa estudar, seja porque não se sabe nada sobre o assunto, seja porque se quer melhorar o conhecimento sobre alguma coisa.”

Prodanav e Freitas, (citados por Kauark et al. 2010 p.50) sublinham que: “ o problema de investigação é a mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa.

Depois de definido o tema, levanta-se uma questão para ser respondida através de uma hipótese, que confirmada ou negada através do trabalho de pesquisa”.

Como descrito por Appolinário (2004), o Problema de investigação, é uma questão a ser indagada, numa pesquisa, formulada em pergunta, é uma especificação do tema de pesquisa, devendo ser circunscrito e bem definido.

Assim, baseando-se nestes autores acima citados, o problema desta pesquisa também está formulado em forma de pergunta, procurando uma resposta através da investigação e os seus resultados, sendo ele:

Como funciona o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola?

Para além do problema desta investigação, importa analisar ou situar o problema, assim segue-se a explicação da situação problemática.

2.4.2. Situação problemática

Actualmente os educadores, estão preocupados com a resolução de vários problemas com que se deparam no processo de ensino/aprendizagem, visto que para sanar ou preveni-los, levaria muito tempo do professor em sala de aula e olhando para a limitação do mesmo, principalmente em termos de gestão do tempo para o atendimento particular, necessita de auxílio de outros profissionais. Assim algumas escolas têm gabinetes psicopedagógicos. Focando-se no Decreto Presidencial n.º15/11, de 11 de Janeiro, no seu artigo 40º sobre a criação de gabinetes psicopedagógicos nas escolas, em conformidade com o artigo 41º, explicando sobre o perfil dos coordenadores dos gabinetes psicopedagógicos, para apoiar os alunos na prevenção, diagnóstico e orientação nas escolas.

Nota-se que há vontade de fazer existir estes gabinetes nas escolas, mas, a operacionalização dos mesmos e os profissionais adequados para trabalhar nas suas distintas áreas de conhecimento, é um dos motivos que levanta dúvidas, de como estes gabinetes respondem os problemas que os alunos ou a escola apresentam.

Tendo este problema, importa justificar porquê pesquisar o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

2.4.3. Justificativa da pesquisa

O homem actual é bastante globalizado, e educa-lo ou instrui-lo é grande desafio. Olhando também as dificuldades de aprendizagem que podem ter várias causas (deficiências físicas ou psicológicas) são um foco de actuação.

Para que haja aprendizagem, é necessário um trabalho, não só virado ao professor em sala de aula, mas sim conta-se com outros elementos que devem interagir, como: pais e encarregados de educação, outros profissionais e serviços da comunidade, buscando auxílio sempre que necessário. Deste modo, a existência de gabinetes psicopedagógicos nas escolas é bastante relevante, pois, o que pode ser um entrave a aprendizagem ou realização do trabalho pedagógico na escola, o gabinete de apoio psicopedagógico, pode fazer um estudo e procurar possíveis soluções, bem como prevenir outros problemas, ganhando experiência na prática diária.

É gritante a queixa de não aprendizagem dos alunos, e outros fatores que a impedem, em vez disso, sugere-se procurar ou prevenir as causas. Daí a necessidade de criação de gabinetes psicopedagógicos nas escolas para o atendimento a todas crianças, adolescente e jovens com problemas ou não. Assim surge a curiosidade, procurando resposta sobre o funcionamento de um gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

2.4.4. Objecto

Essa dissertação tem o seguinte objecto de investigação: Funcionamento de um gabinete de apoio Psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

2.4.5. Objectivos

Nesta pesquisa, descreveu-se o objectivo geral que enfoca o que se quer atingir, e para a realização do objectivo geral, traçou-se os objectivos específicos, que

por meio deles, elaborou-se tarefas para tornar possível a materialização dos mesmos, em vista a obtenção dos resultados da pesquisa.

Para Kauark et al. (2010, p. 52) “ A definição de objectivos determina o que o pesquisador quer atingir com a realização do trabalho e pesquisa. O objectivo é sinónimo de meta, fim. Os objectivos podem ser separados em objectivos gerais e específicos.

Como o autor citado acima especifica sobre os objectivos, a realidade desta pesquisa está na mesma senda, traçou-se um objectivo geral e objectivos específicos, bem como as tarefas de investigação como estão delineados abaixo.

2.4.6. Objectivo geral

A pesquisa tem como objectivo geral: Compreender o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola.

2.4.7. Objectivos específicos

- Apresentar fundamentos teóricos sobre a psicopedagogia;
- Identificar o Funcionamento do gabinete apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola;
- Descrever a constituição de um gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola;
- Propor a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;

2.5. Tarefas de investigação

Para a materialização dos objetivos específicos, elaborou-se as seguintes tarefas:

- Consulta Bibliográfica sobre a fundamentação teórica da Psicopedagogia;
- Observação Participante Para o diagnóstico do funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

- Entrevista aos Professores de um colégio Público de um Município do Sul de Angola sobre as dificuldades que o colégio enfrenta no processo de ensino/aprendizagem, a interação e a intervenção do Gabinete de apoio psicopedagógico;
- Entrevista aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico, trabalho psicopedagógico, desafios e soluções do gabinete de apoio psicopedagógico;
- Entrevista a Direcção de um colégio público de um Município do sul de Angola sobre encaminhamento de problemas ao gabinete de apoio psicopedagógico;

2.6. Perguntas de investigação

Esta pesquisa visa responder estas perguntas:

- Que desafios o colégio público de um Município do Sul de Angola tem enfrentado no processo de ensino aprendizagem?
- Como tem sido a actuação do gabinete de apoio psicopedagógico existente no colégio público de um Município do sul de Angola?
- Como está constituído o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola?
- Que perfil profissional a equipa existente no gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio de um Município do sul de Angola apresenta e o domínio do trabalho psicopedagógico?

2.7. Contextualização dos participantes do estudo

Os participantes do estudo são alguns professores que lecionam num Colégio público de um município do sul se Angola, sendo 12 professores, incluiu-se também a Direcção, constituída por dois elementos, e todos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico deste colégio, que totalizam três elementos.

Realizou-se a entrevista semi-estruturada com objectivo de obter informações, tendo ocorrida neste colégio.

As temáticas que constituem o guião de entrevista dirigido aos professores são:
-Problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem em sala de aula, num colégio público de um Município do Sul de Angola;

- Interação psicopedagógica sobre os problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem num Colégio Público de um Município do sul de Angola;
Intervenção psicopedagógica sobre os problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem num colégio público de um município do sul de Angola.

Temáticas que constituem o guião de entrevista dirigido aos Profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico:

-Trabalho psicopedagógico,

- Constituição dos profissionais do gabinete psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;

- Desafios/soluções do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;

Por último, as temáticas que constituem o guião de entrevista dirigido a Direcção de um colégio público de um município do sul de Angola:

- Problemas encaminhados ao gabinete psicopedagógico de um colégio Público de um Município do sul de Angola.

Desta feita, segue-se com a caracterização dos participantes, que através dela procurou-se saber o género, idade, tempo de serviço, área em que foi formado e o grau académico. Como está espelhado no ponto seguinte.

2.7.1. Caracterização dos participantes.

Amostra deste trabalho é constituída por 17 participantes, seleccionados de forma intencional, uma vez que percebe-se que a escola domina o assunto em pesquisa. Sendo a pesquisa de carácter qualitativa, não se preocupa com números elevados de participantes, mais sim com um número pequeno, e procura qualificar as informações dos participantes, e o pesquisador com a tarefa de as interpretar. Caracterizou-se a idade, o género, grau académico, especialidade e o tempo de serviço. Estes dados, estão apresentados nas tabelas ilustradas abaixo.

Tabela 1: perfil dos professores quanto a faixa etária e gênero

Tabela nº1- Perfil dos professores quanto a faixa etária e gênero	
Idade	Frequência
34-39	4
40-45	5
46-50	2
51-60	1
Total	12
Gênero	Frequência
Masculino	4
Feminino	8
Total	12

Fonte: Elaboração própria

Observando a tabela nº1, quanto ao perfil dos professores sobre a faixa etária e gênero, quatro estão no intervalo de 34-39 anos de idade, cinco no intervalo de 40-45 anos de idade, dois estão no intervalo de 46-50 anos e um está no intervalo de 51-60 anos de idade. Quanto ao gênero, quatro do gênero masculino e oito do gênero feminino, a maior frequência recai ao gênero feminino. Segue-se a tabela nº2 que ilustra o grau acadêmico, especialidade e tempo de serviço dos mesmos professores.

Tabela 2: Grau Acadêmico, Especialidade e Tempo de Serviço dos Professores

Tabela nº2- Grau acadêmico, especialidade e tempo de serviço dos professores	
Grau acadêmico	Frequência
Bacharel	2
Licenciado	8
Mestre	2
Total	12
Especialidade	Frequência
Ensino das ciências	2
Economia	1
História	1
Física	1

Química	1
Matemática	2
Pedagogia	1
Psicologia	3
Total	12
Tempo de serviço	
11-20	6
21-30	5
31-35	1
Total	12

Fonte: Elaboração própria

Como pode-se observar a tabela nº2, sobre o grau acadêmico, especialidade e tempo de serviço. Os professores entrevistados, estão habilitados com os seguintes níveis: Bacharel (dois), Licenciado (oito), Mestre (dois). Estão especializados nas seguintes áreas de conhecimento: Ensino da Ciências (dois), Economia (um), História (um), Física (um), Química (um), Matemática (dois), Pedagogia (um), psicologia (três).

Sobre o tempo de serviço, seis professores estão no intervalo de 11-20 anos, cinco estão no intervalo de 21-30 anos e um no intervalo de 31-35 anos.

Abaixo, segue-se a tabela nº3, nela descrita o perfil dos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, quanto a faixa etária e gênero.

Tabela 3: Perfil dos Profissionais do Gabinete Psicopedagógico Quanto a Faixa Etária e Gênero

Tabela nº3- perfil dos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico quanto a faixa etária e gênero	
Idade	Frequência
34-39	3
Total	3
Gênero	
Masculino	1
Feminino	2
Total	3

Fonte: Elaboração própria

Observando a tabela nº3, sobre a faixa etária e gênero, os três profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, estão no intervalo de 34-39 anos de idade. Quanto ao gênero, um do gênero masculino e dois do gênero feminino, a maior frequência recai ao gênero feminino.

A tabela a seguir, nº4, ilustra o grau acadêmico, especialidade e tempo de serviço dos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico.

Tabela 4: Grau Acadêmico, Especialidade e Tempo de Serviço dos Profissionais do Gabinete Psicopedagógico

Tabela nº4- Grau acadêmico, especialidade e tempo de serviço dos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico	
Grau acadêmico	Frequência
Licenciado	3
Total	3
Especialidade	Frequência
Psicologia da educação	1
Psicologia Clínica	2
Total	3
Tempo de serviço	Frequência
11-20	3
Total	3

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar a tabela nº4, sobre o grau acadêmico, os três profissionais do gabinete psicopedagógicos são licenciados, especializados em: Psicologia da Educação (um), Psicologia clínica (dois). E sobre o tempo de serviço, os três profissionais estão no intervalo de 11-20 anos. Desta feita segue-se a tabela nº5, nela descrita o perfil da Direção do colégio quanto a faixa etária e gênero.

Tabela 5: Perfil da Direção da Escola do Colégio Quanto a Faixa Etária e Gênero

Tabela nº5- Perfil da direção do colégio quanto a faixa etária e gênero	
Idade	Frequência
34-39	1
40-45	0
46-50	0
51-60	1
Total	2

Género	Frequência
Masculino	1
Feminino	1
Total	2

Fonte: Elaboração própria

Observando a tabela nº 5, sobre a faixa etária da Direcção do Colégio, de 34-39 anos de idade (um) e 51-60 anos de idade (um). Quanto ao género, masculino (um) e feminino (um).

E por último, segue-se a tabela nº6 que ilustra o grau académico, especialidade e tempo de serviço da Direcção do colégio.

Tabela 6: Grau Académico, Especialidade e Tempo de Serviço da Direcção do Colégio

Tabela nº6- Grau académico, especialidade e tempo de serviço da Direcção do Colégio	
Grau académico	Frequência
Bacharel	1
Mestre	1
Total	2
Especialidade	Frequência
Geografia	1
Psicologia da Educação	1
Total	2
Tempo de serviço	Frequência
11-20	1
20-30	0
31-35	1
Total	2

Fonte: Elaboração própria

Como está ilustrada a tabela nº6, sobre o grau académico da Direcção do colégio, Bacharel (um) e Mestre (um). Especialidades: Geografia (um) e Psicologia da Educação (um) e Tempo de serviço: no intervalo de 11-20 anos (um) e 31-35 anos (um).

Depois de se fazer a caracterização dos participantes do estudo, seguiu-se fazendo o diagnóstico ao gabinete de apoio psicopedagógico, com os seus Itens e atividades.

2.8. Diagnóstico feito ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

Depois de se obter a credencial despachada pela Diretora do colégio, entrou-se em contacto com os participantes do estudo. (professores, direcção da escola e profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico), explicou-se o que se pretendia pesquisar, explicitando o tema da pesquisa, e o objetivo geral, bem como a confidencialidade sobre a identificação dos participantes.

Para a realização do diagnóstico do gabinete de apoio psicopedagógico, usou-se a técnica de observação participante.

Observar, não envolve apenas o olhar, mas sim através dela captar informações, sendo auxiliada pelos outros órgãos de sentido, principalmente a audição. Como declaram Adler e Adler (1983 citados por Flick 2005 p.138) “ Além da competência do ouvir, utilizadas na entrevista, observar é outra competência comum, metodologicamente sistematizada e aplicada na investigação qualitativa. Integra não só a percepção visual como também a percepção auditiva, táctil e olfactiva”.

Friedris (1983, pp. 272-3, citado por Flick 2005 p.138), classificou a observação em cinco dimensões:

- “Observação encoberta versus aberta;
- Observação não participante versus Participante: em que medida o observador se torna parte activa no campo observado?
- Observação sistemática versus observação assistemática
- Observações de situações naturais versus artificiais
- Auto observação versus observação dos outros.”

A observação participante, exige do pesquisador metas que demonstram aquilo que deve ser a sua tarefa, sem se esquecer das informações dos participantes no estudo, que constituem a maior importância para o pesquisador. Como definem alguns autores:

Conforme, Denzin (1989, p.157-158 citado por Flick 2005, p. 142) “A observação participante define-se como uma estratégia de campo que combina vários elementos: a análise documental, a entrevista de sujeitos e informantes, a participação e observação directas, e a introspecção.”

Pourtois e Desmet (1988, citados por Lessard-Hébert et al. 2010), sobre observação participante afirmam:

“ Transcende um aspecto descritivo da abordagem (objectiva) para tentar descobrir o sentido, a dinâmica e os processos dos actos e dos acontecimentos. Neste caso o investigador está inserido na vida dos actores a que o estudo diz respeito. Ele procura obter o máximo de informações que lhe é possível sobre esta situação específica” (p.123)

Para a realização deste diagnóstico, a observação participante ocorreu a partir do dia 28 de Abril a 15 de Maio de 2023, feita em dois períodos: Manhã - das 8h:30-11h:00 e as Tardes- das 13h:00-16H:00.

A observação Participante, teve o objectivo de colher informações, para dar bases ao objectivo geral desta pesquisa, para a sua concretização, foi feita durante 15 dias, envolveu-se em algumas actividades lectivas e centrou-se no funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico.

Ainda, sobre a observação, Kauark et al. (2010), explicam que é necessário o conhecimento prévio do que observar:

- Planejamento de um método de registo;
- Fenómenos não esperado,
- Registo fotográfico ou vídeo;
- Relatório.

No decorrer desta pesquisa, a observação foi feita num colégio público de um Município do sul de Angola, especificamente sobre o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico, observou-se os seguintes itens: Constituição do Gabinete de Apoio Psicopedagógico, Material do Gabinete de Apoio Psicopedagógico, Interação Psicopedagógica, Intervenção Psicopedagógica,

Trabalho Psicopedagógico, Desafios e Soluções do Gabinete de Apoio Psicopedagógico.

Para os Itens: Interação Psicopedagógica, Intervenção Psicopedagógica, Trabalho Psicopedagógico, elaborou-se uma escala de classificação: Não existe, Bom e Muito Bom. E para os itens: Desafios/soluções, elaborou-se uma classificação de Suficiente ou Insuficiente. Como ilustra a grelha de observação no apêndice nº3 deste trabalho.

Através do consentimento informado, tirou-se fotografias e pediu-se autorização aos proprietários dos rostos e explicou-se que haveria cuidados para não se identificar os rostos no momento da ilustração das mesmas. O responsável do Gabinete de apoio psicopedagógico deste colégio assinou o termo do consentimento informado, para o anexo dessas fotografias neste trabalho.

2.9. Instrumentos de recolha de dados

A pesquisa carece de recolha de dados para a concretização do seu estudo, deste modo, através das técnicas de colecta de dados predefinidas na metodologia desta pesquisa, colheu-se informações. Antes importa saber como funciona a coleta de dados no paradigma qualitativo. Segundo Sampieri et al. (2013):

“Para o enfoque qualitativo, a colecta de dados é fundamental, só que o seu propósito não é medir as variáveis para a realizar inferências e análises estatísticas. O que se busca em um estudo qualitativo é obter dados (que serão transformados em informação), de pessoas, seres vivos, comunidades, contextos ou situações de maneira aprofundada, nas próprias “ formas de expressão de cada um deles”. (p.416-417)

Afirmam Barros e Lehfelld (2010), a colecta de dados é o momento da pesquisa, em que busca-se a realidade, e se obtém dados para a aplicação de técnicas. Salienta que, a escolha do instrumento de pesquisa, dependerá do tipo de informação que se deseja obter e do tipo de objecto de estudo.

Ainda sobre a colecta de dados, Marconi e Lakatos (2002), afirmam que é um período de pesquisa, em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados, e das técnicas seleccionadas para a execução da pesquisa, a fim de recolher as informações previstas.

Para a recolha de dados desta pesquisa usou-se a entrevista Semi-estruturada, através dela, colheu-se os dados que os participantes do estudo exprimiram a partir da entrevista, e foram analisados, e também usou-se a observação participante.

Assim, simplesmente a entrevista, entrevista semi-estruturada e a observação participante, estão definidas e caracterizadas nos seguintes pontos.

2.9.1. Entrevista

Para um estudo, afirma-se que a entrevista vai mais além das informações obtidas pelos entrevistados, o entrevistador não só foca-se na informação que se quer colher, também em outras atividades, como: ouvir, seleccionar a informação que o interessa, a interpretação do que se ouvi e dar significado. Partindo da sua definição:

Para Marconi e Lakatos (2003):

“A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (p.195).

Para Richardson (1985 p.16, citado por Barros & Lehfeld 2010):

“Entrevista é uma técnica que permite o relacionamento estreito entre o entrevistado e o entrevistador “o termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao acto de ver, ter preocupação de algo. Entre, indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto o termo entrevista refere-se ao ato de perceber o realizado entre duas pessoas. (p.108).

Dentro da entrevista, destacou-se a entrevista semi-estruturada, como a caracteriza Flick (2005, p.94), “o que é característico nesta entrevista semi-estruturada, é a incorporação de perguntas mais ou menos abertas, no guião. Espera-se que o entrevistado responda livremente à essas perguntas”.

Bardin (2011), caracteriza a entrevista semi-estruturada, também como sendo semidirectivas, são mais curtas e mais fáceis, e devem ser registadas e integralmente transcritas, incluindo sentimentos, bem como estímulo do entrevistador.

Assim, depois da elaboração do guião de entrevista, o mesmo foi aplicado aos participantes do estudo, pertencentes a um colégio público de um município do sul de Angola.

No ponto de vista de Guerra (2006 p. 52), “a questão mais importante no guião de entrevista, é clarificar os objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta. Também sugere que numa primeira fase, o guião seja construído em função dos objetivos que decorrem da problematização”.

Flick (2005 p.84), salienta que na entrevista semi-estruturada, o guião de entrevista refere diversas áreas temáticas, cada uma delas é iniciada com uma pergunta aberta, e terminada com uma questão confrontativa, as perguntas abertas são respondidas com base nos conhecimentos imediatos que o entrevistado tem a mão.

Dizer que, as informações colhidas na pesquisa, basearam-se na problemática, e nos objetivos traçados da mesma.

2.9.2 Objectivo da entrevista

A entrevista teve como objectivo colher dados ou informações para servirem de base, para a concretização do objetivo geral desta pesquisa, bem como a resposta do problema da mesma.

Sobre os objectivos da entrevista, quanto ao conteúdo, Selltiz (196:286-286-95, citado por Marconi & Lakatos 2003 p.196), apresenta seis objectivos:

- a) Averiguação de “factos”
- b) Determinação das opiniões sobre os factos;
- c) Determinação de sentimentos;

- d) Descoberta de planos de acção;
- e) Conduta actual ou do passado;
- f) Motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.”

Ainda Sobre o objectivo da entrevista, Flick (2013 p.115) afirma que “ o objectivo da entrevista é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema, deste modo, as questões devem dar início à uma conversa ou diálogo entre o entrevistador e o entrevistado”.

A realidade desta entrevista, para além de averiguar factos, procurou saber as opiniões individuais que os entrevistados têm acerca das temáticas elaboradas no guião de entrevista, referente aos objectivos desta pesquisa.

2.9.3. Contexto da realização da entrevista

Elaborou-se três guiões de entrevistas, com perguntas diferentes e do tipo aberta, sendo um guião para professores, contendo quatro perguntas, um para a Direção do colégio, contendo duas perguntas e outro para os profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, com três perguntas.

Sampieri et al. (2013. P. 417) explica que “ A colecta de dados, acontece nos ambientes naturais e cotidianos, dos participantes ou unidades de análise. No caso dos seres humanos no seu dia-dia: como falam, em que acreditam, o que sentem, como pensam, como interagem”.

Na prática desta entrevista, para a coleta de dados realizou-se num colégio de um município do sul de Angola, onde considera-se que é num ambiente natural, por ser o local onde os participantes do estudo realizam as actividades lectivas, referentes as perguntas as quais foram feitas na entrevista.

Depois de se explicar o objectivo da entrevista, chegou-se ao momento da realização da mesma, onde percebeu-se que os participantes dominavam as temáticas referenciadas no guião.

Sobre a realização da entrevista, Guerra (2006), comenta que:

“Para a realização da entrevista, é sempre preferível que se possa contar com duas pessoas, o que permitirá, por um lado, um maior controlo do guião e, por outro, a disponibilização de um dos investigadores para os aspectos

relacionados, enquanto o outro se «especializa» nas questões de ordem lógica: gravador e seu funcionamento, registo do contexto e das formas de expressão e elementos ensecais da entrevista etc.” (p.59).

Nesta senda, para a entrevista, a pesquisadora fez a entrevista sozinha e desempenhou duplo papel, isto é, controlou o guião e fazendo perguntas, e ao mesmo instante anotou as respostas transcrevendo-as.

Sobre o tempo de entrevista, Guerra (2006), sublinha que: as entrevistas têm um tempo muito variável, dependente do tipo de pesquisa. Salaria que, de qualquer forma o tempo desejável para não criar mal-estar no entrevistado é de duas a três horas.

No caso desta entrevista, não precisou-se muito tempo para a sua realização, a cada elemento dos participantes, um dos motivos, é pelo facto dos o guiões de entrevista elaborados, não serem muito extensos.

O lugar da entrevista, continua Guerra, enfocando que a entrevista deve acontecer de preferência num lugar neutro, ou pelo menos onde facilite o informador. Isto é, onde o entrevistado sinta-se mais a vontade em exprimir as suas ideias e gerenciar o tempo se a entrevista for longa.

Sobre o lugar da entrevista, a mesma foi realizada dentro do colégio onde considera-se um lugar propício por ser onde realizam as suas actividades, feita num ambiente silencioso.

Para além da entrevista como técnica de recolha de dados, também usou-se a observação participante para coletar dados, assim começou-se por se definir o que é a observação, no subtema seguinte.

2.9.4. Observação

Na entrevista, o pesquisador também observa de forma participativa, para além da entrevista, ao diagnosticar o gabinete psicopedagógico, bem como as suas actividades, também usou-se a técnica de observação participante. Sobre a observação, Prodanov e Freitas (2013 p.103) advogam que: “A técnica de observação pode ser muito útil para a obtenção de informações. Mais do que

perguntar, podemos constatar um comportamento. A observação pode ser sistemática ou assistemática”.

No caso desta pesquisa, usou-se a observação sistemática, porque descreveu-se o objectivo da observação e que se pretendia observar.

No parecer de Prodanov e Freitas (2013):

“A observação sistemática: tem planejamento, é realizada em condições controladas para responder aos propósitos preestabelecidos. É utilizada com frequência em pesquisas que têm como objectivo a descrição precisa dos fenómenos ou tese de hipóteses. Nas pesquisas desse tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou do grupo que são significativos para alcançar os objectivos pretendidos.” (p.104).

A observação feita neste estudo, foi participante, onde a pesquisadora infiltrou-se ao grupo, como se fosse membro da comunidade escolar, mas que os participantes do estudo sabiam que estavam a ser pesquisados através da entrevista.

Para Prodanov e Freitas (2013):

“A observação participante: consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. O observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objectividade, pelo fato de exercer influencia no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais e pelo choque do quadro de referência entre observador e observação” (p.104).

Após a aplicação das técnicas ou instrumentos de recolha de dados, através da observação participante e entrevista semi-estruturada, obteve-se os dados, que foram anotados e tratados. Assim procedeu-se o tratamento dos dados.

2.10. Tratamento dos dados

Depois de se ter as informações obtidas a partir dos instrumentos de coleta de dados, precisou-se trabalhá-los e organizá-los para facilitar a compreensão. Miles e Huberman (1984 citados por Lessard-Hébert, et al. 2010), definem o momento de tratar os dados como «a estruturação de um conjunto de informações que vão permitir tirar conclusões e tomar decisões» ”

Marconi e Lakatos (2003 p.166), apontam que: “após a coleta de dados, realizada de acordo com os procedimentos indagados anteriormente, eles são elaborados e classificados de forma sistemática. Antes da análise e interpretação, os dados devem seguir os seguintes passos: seleção, codificação e tabulação”

Na visão de Barros e Lehfeld (2010), depois de se selecionar os dados para analisá-los e interpretá-los, os passos seguintes são: Classificação, Codificação e Tabulação.

- Classificação: divide-se os dados em partes, de forma ordenados, cada um na sua categoria.

- Codificação- consiste em atribuir um símbolo de letra ou alfabeto, utilizado para colocar a cada informação em categorias.

- Tabulação - é um processo usado para apresentar os dados obtidos da categorização em tabelas.

Seleção: depois de ter em posse os dados, selecionou-se as informações claras e precisas, fornecidas pelos entrevistados.

Codificação: os entrevistados estão codificados com uma abreviação da profissão ou cargo que ocupa no colégio e um número de ordem, bem como as categorias estão codificadas por numeração romana.

Tabulação: começando da caracterização dos participantes do estudo, estão apresentados em tabelas, e os dados obtidos através da entrevista semi-estruturada, estão apresentados em categorias do tipo temáticas.

Segundo Budin (1979, citado por Guerra 2006, p. 63), “Análise Categorical-análise temática, que constitui sempre a primeira fase da análise de conteúdo em pesquisa qualitativa e é geralmente descritiva.”

Na investigação, as informações recolhidas, normalmente são analisadas, interpretadas e depois representam os resultados. Assim, dos resultados obtidos a partir da entrevista feita aos professores, profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico e a Direção do colégio, foram analisados a partir da análise de conteúdo do tipo categorial-temática.

2.11. Técnica de análise de dados

Sobre análise de conteúdo, Pardal e Lopes (2011), defendem que:

“Análise de conteúdo é um instrumento de análise das comunicações.

Tem a sua disposição um conjunto variado de técnicas/procedimentos adaptáveis e aplicáveis a um campo alargado de análise – no âmbito de diferentes linguagens, verbal e visual. Ou ainda, se o estudo necessitar, o analista poderá ir até mais longe- até aos registos sonoros” (p.93).

Ainda sobre análise de conteúdo, Guerra (2006), refere que:

“É um pressuposto que análise de conteúdo é uma técnica e não um método, utilizando o procedimento normal da investigação – a saber, o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material recolhido. Nesse sentido a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência” (p.62).

Para Budin (1979, citado por Guerra 2006 p. 63), sobre vários tipos de análise de conteúdo, agrupou-se em; “Categorial, Avaliação, Enunciação e expressão.” Para este estudo, usou-se a análise de conteúdo categorial temática, que para Bardin, explica que: o critério de categorização pode ser semântico (agrupando palavras, frases, símbolos e o que eles representam); Categorias

temáticas: (agrupamento de todos os temas com o mesmo significado numa categoria);

Sintático (os verbos e adjectivos), Léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido com emparelhamento dos seus sinónimos e dos sentidos próximos); e expresso (categorias que classificam diversas causas de um assunto expresso).

A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas:

- O inventário: isolar os elementos;
- a classificação: repartir os elementos, e portanto procurar ou impor certa organização as mensagens. (Bardin 2011, p. 148).

Esteves (2006, citado por Graça 2021), sobre a criação de categorias aponta o seguinte:

“Para a criação de categorias é necessário ter em conta algumas regras básicas, como a exclusão mútua (cada elemento só pode pertencer a uma única categoria); Homogeneidade (as categorias são criadas com base no mesmo princípio de organização), Pertinência face aos objetivos do estudo, e a fidelidade (o mesmo material deve ser categorizado da mesma forma por diferentes investigadores com o mesmo quadro teórico de referência)” (p.39).

De concreto neste trabalho, as mesmas ideias ou os temas estão agrupados numa mesma categoria, que primeiramente descreveu-se a categoria, e as ideias que fazem parte a cada categoria. Assim, seguem-se a descrição das categorias e subcategorias, emergidas dos argumentos obtidos, a partir da entrevista dirigida aos professores, profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico e a Direcção de um colégio público de um Município do sul de Angola.

2.12. Apresentação das categorias formadas a partir da entrevista feita aos professores, profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico e a direcção do colégio

Da entrevista feita aos professores formou-se as seguintes categorias temáticas:

- I- Problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem num colégio público de um município do sul de Angola
- II- Interação psicopedagógica sobre os problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem;
- III- Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola,

Da entrevista dirigida aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, surgiram as seguintes categorias temáticas:

- IV- Trabalho psicopedagógico;
- V- Desafios/soluções do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;
- VI- Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;

Da entrevista feita a Direcção do colégio, surgiu as seguintes categorias:

- VII- Problemas encaminhados ao gabinete psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

Assim, descreveu-se as categorias, tendo começado por se apresentar as que têm a ver com as temáticas viradas a entrevista feita aos professores.

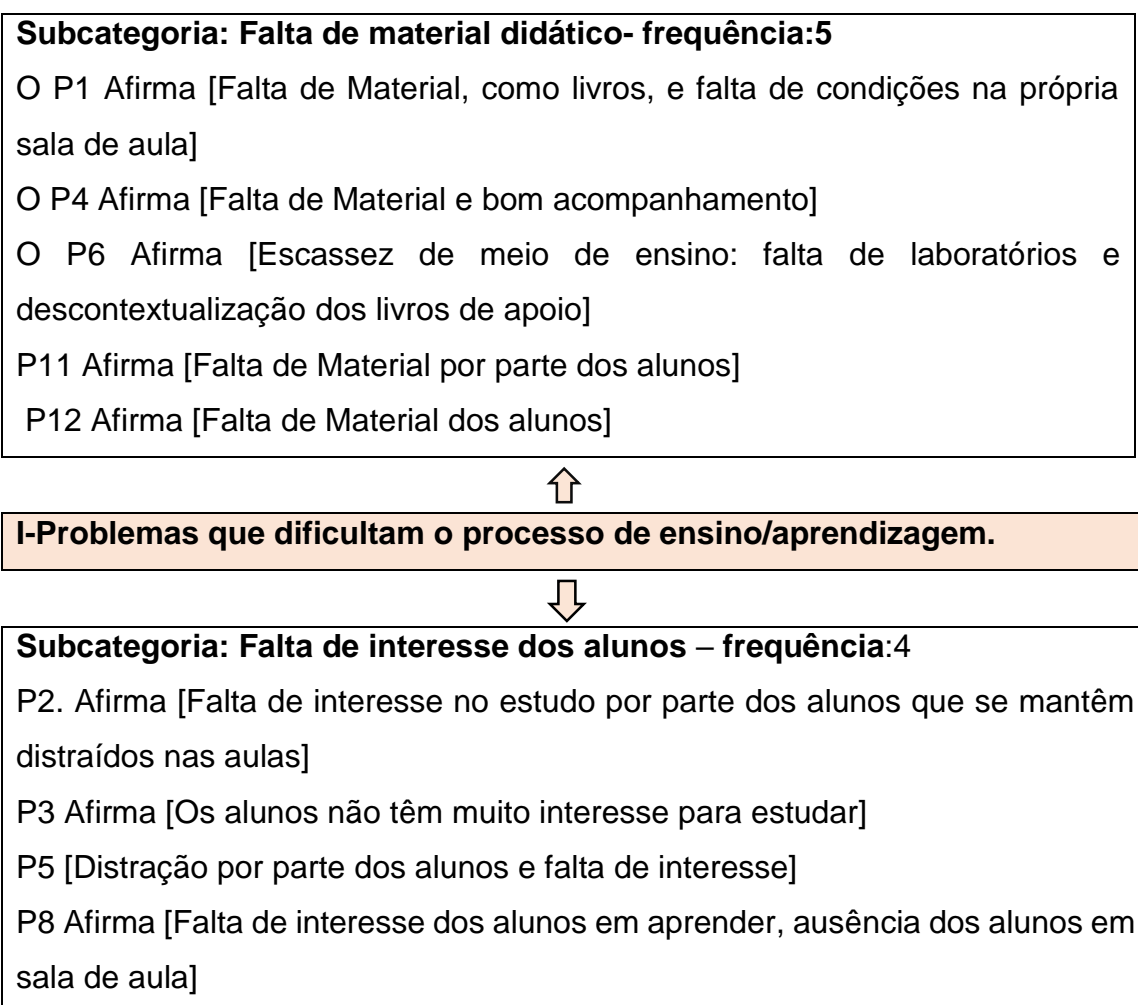
2.12.1. Apresentação, interpretação da entrevista feita aos professores de um colégio público de um município do sul de Angola

Das informações obtidas, a partir da entrevista feita aos professores de um colégio público de um município do Sul de Angola, formou-se as seguintes categorias:

I- Problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem num colégio público de um município do sul de Angola

Na primeira questão dirigida aos professores, procurou-se saber, no dia-dia em sala de aula quais são os problemas que têm dificultado o processo de ensino aprendizagem, e das respostas obtidas, surgiram duas subcategorias que são: Falta de material: frequência cinco e falta de interesse dos alunos, com a frequência quatro. Como ilustra a figura nº1.

Figura 1: Problemas que dificultam o processo de Ensino/Aprendizagem

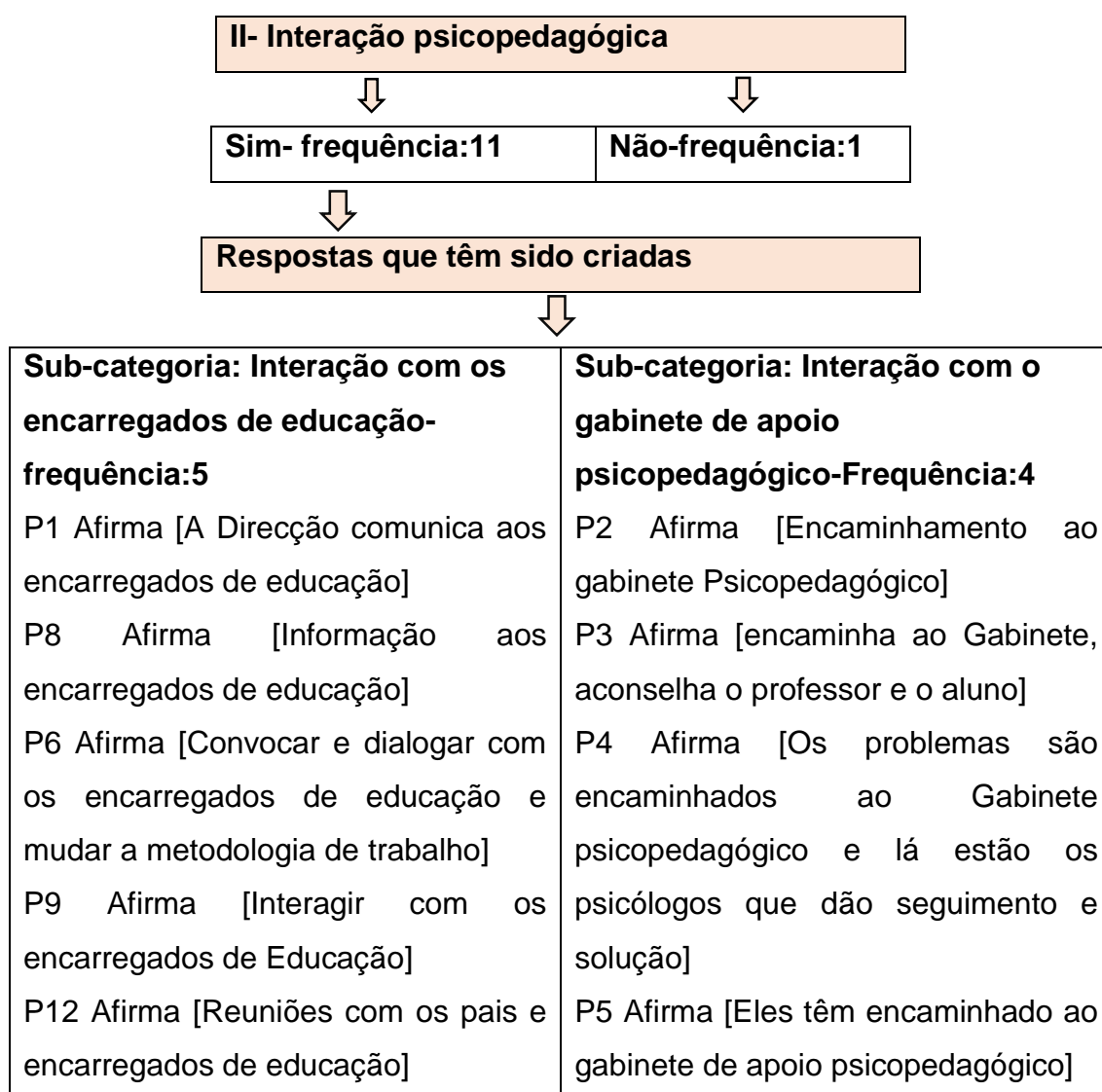


Fonte: Colégio público de um Município do sul de Angola

II-Interação Psicopedagógica sobre os problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem

Na segunda questão dirigida aos professores, procurou-se saber dos mesmos, se têm interagido com a Direção da escola sobre os problemas que têm dificultado o processo de ensino/aprendizagem em sala de aula, e que respostas têm sido criadas, na frequência de 11 Professores afirmaram que têm interagido com a Direcção do colégio, e sobre as respostas que têm sido criadas estão, emergiram duas Subcategorias: Interação com os encarregados de educação com a frequência cinco e Interação com o gabinete de apoio psicopedagógico, com a frequência de quatro.

Figura 2-Interação Psicopedagógica



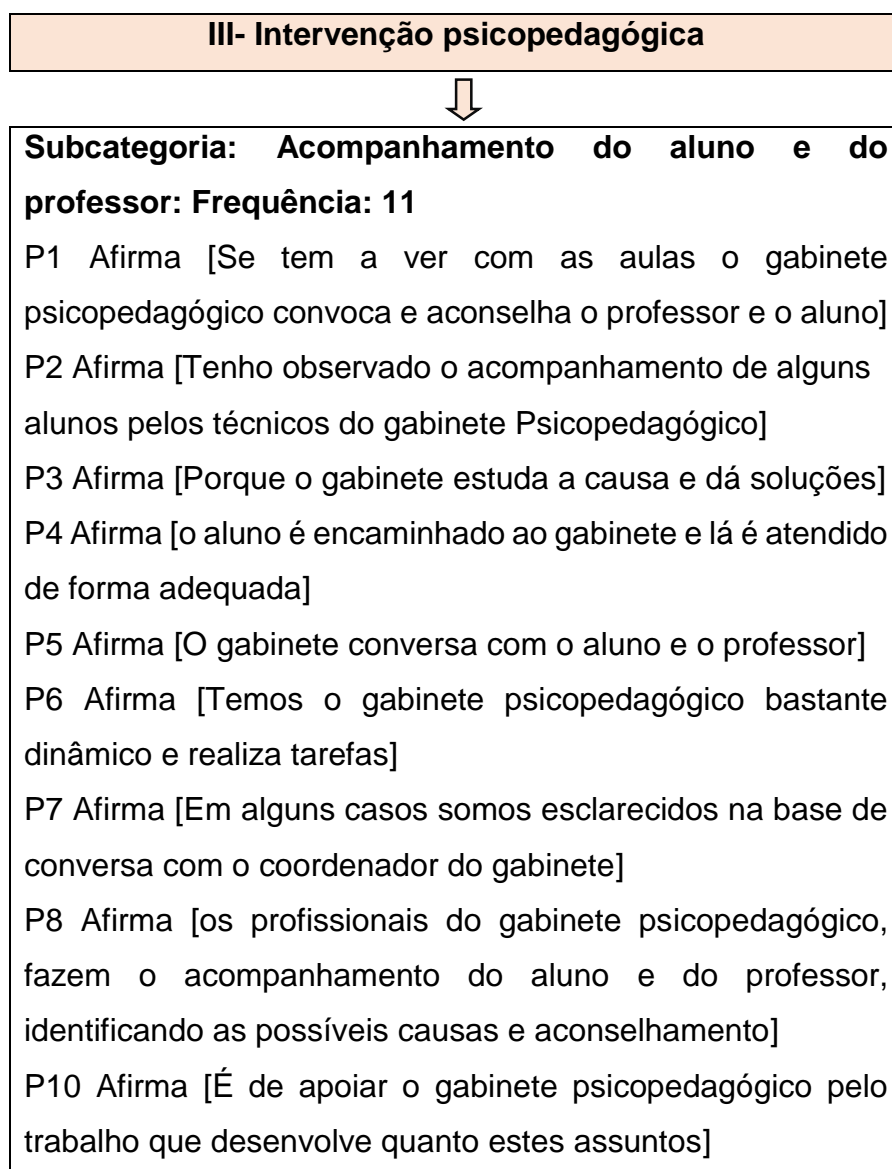
Fonte: Colégio público de um Município do sul de Angola

III- Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

Nesta terceira pergunta dirigida aos professores, procurou-se saber aos mesmos, quando a direção do colégio pede intervenção do gabinete de apoio psicopedagógico, essa intervenção concretiza-se? Se sim como? Se não explica porquê?

Das respostas obtidas, emergiu a subcategoria: acompanhamento do aluno e do professor com a frequência de 11 professores. Como ilustra a figura nº3

Figura 3: Intervenção Psicopedagógica



P11 Afirma [O gabinete Contacta o aluno, o professor e os encarregados]
 P12 Afirma [O gabinete de apoio psicopedagógico tem ajudado bastante].

Fonte: Colégio público de um Município do sul de Angola

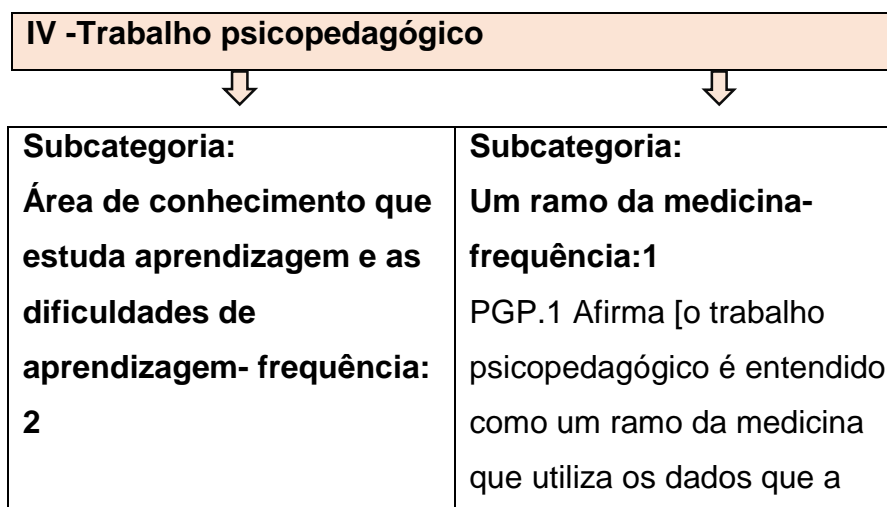
2.12.2. Apresentação e interpretação da entrevista feita aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico

Das informações obtidas, a partir da entrevista feita aos profissionais do Gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, formou-se as seguintes categorias:

IV- Trabalho psicopedagógico

Na primeira questão dirigida aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, procurou-se saber o que entendem sobre o trabalho psicopedagógico, na frequência de três que é o total de profissionais existente neste gabinete, deram um parecer sobre a questão. Onde emergiram duas subcategorias que são: Área de conhecimento que estuda aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem, frequência: dois, Um ramo da Medicina, frequência: um, como ilustra a figura nº 4

Figura 4: Trabalho Psicopedagógico



<p>PGP.2 Afirma [Entendo como sendo uma área de conhecimento que estuda a aprendizagem e a mente. Entender as dificuldades de aprendizagem e melhorar os processos de assimilação de conhecimento]</p> <p>PGP.3 Afirma [É entendido como um serviço de apoio psicopedagógico e de orientação para a inserção dos alunos na vida activa dentro do processo de ensino aprendizagem”]</p>	<p>psicopatologia lhe fornece que estabelece um diagnóstico com a missão de orientação e apreensão dos fenómenos psíquicos anormais e estabelecendo as suas variantes].</p>
--	---

Fonte: Colégio público de um Município do sul de Angola

V- Desafios/soluções do funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico

Na segunda questão, dirigida aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, perguntou-se: face aos problemas que interferem no processo de ensino aprendizagem que o colégio tem apresentado, considera que o gabinete de apoio psicopedagógico consegue dar resposta a todos? Quais são os problemas que o gabinete não consegue responder?

Quanto a esta questão os três profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico deram um parecer. Emergiu nesta categoria a subcategoria resposta aos problemas com a frequência: três. Como está escrito na figura nº5

Figura 5: Desafios e Soluções do Gabinete de Apoio Psicopedagógico

V-Desafios/soluções do gabinete de apoio psicopedagógico



Subcategoria: Respostas aos problemas- frequência- 3

PGP.1 Afirma [Não. Os problemas que geralmente o gabinete de apoio psicopedagógico não consegue responder são questões relacionadas com disartrias, afazias, por não possuir especialista]

PGP.2 Afirma [O gabinete de apoio psicopedagógico de colégio Público de um Município não consegue dar respostas a todos problemas que o colégio apresenta]

PGP.3 Afirma [Não. O gabinete de apoio psicopedagógico tem dificuldades em dar respostas à problemas ligados ao atendimento educacional especializado por não dispor profissionais e uma sala para o efeito]

Fonte: Colégio público de um Município do sul de Angola

VI-Constituição do gabinete psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

Na terceira questão, dirigidas aos profissionais do gabinete psicopedagógico, procurou-se saber sobre a constituição do mesmo: sobre os profissionais existentes neste gabinete, considera a equipa completa? Se não quais os profissionais que devia ter para responder devidamente aos problemas que o colégio apresenta?

Desta categoria emergiu a subcategoria: Equipa incompleta, frequência três. Como está descrito na figura nº6.

Figura 6: Constituição do Gabinete de Apoio Psicopedagógico de um Colégio Público de um Município do Sul de Angola

VI-Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.



Os PGP.1, PGP.2 e PGP.3, Afirmaram que o gabinete de um colégio público de um município do sul de Angola está constituído por dois psicólogos clínicos, e um psicólogo educacional.



Subcategoria: Equipa Incompleta:

PGP1 Afirma [Não está completa, como ensino/aprendizagem no que diz respeito ao colégio já se depara com a inclusão, seria necessário formar professores e psicólogos na distintas áreas]

PGP2 Afirma [Completa como tal não. Na minha opinião podia se incluir um sociólogo e um pedagogo]

PGP3 Afirma [Não. Sendo um serviço de apoio psicopedagógico multifuncional digo que a equipa não está completa]

Fonte: Colégio público de um Município do sul de Angola

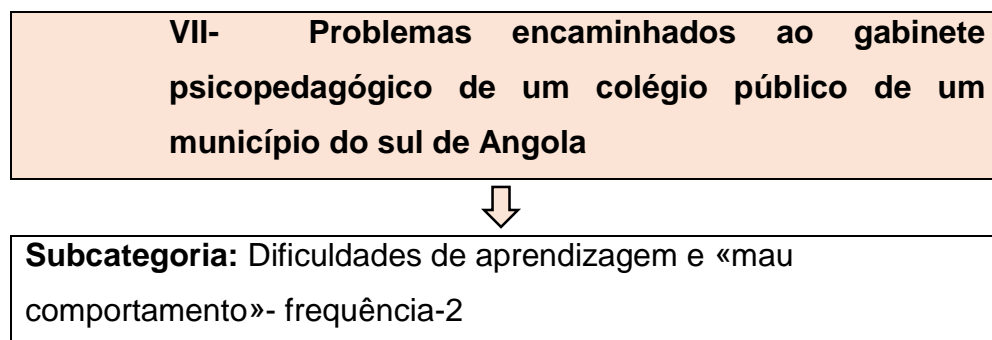
2.12.3. Apresentação e interpretação dos dados da entrevista feita a direção do colégio

Dos resultados obtidos, a partir da entrevista feita a Direcção de um colégio público de um município do sul de Angola, formou-se a seguintes categorias: Problemas encaminhados ao gabinete psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, e dela emergiu a subcategoria “Dificuldades de aprendizagem e «mau comportamento»”, com frequência dois.

VII-Problemas encaminhados ao gabinete de apoio psicopedagógico

Na primeira questão, dirigida a direção da escola, procurou-se saber quais são os problemas que tem encaminhado ao gabinete de apoio psicopedagógico e outros serviços da comunidade, ambos falaram que são as dificuldades de aprendizagem e «mau comportamento» como está espelhado abaixo, na figura nº7.

Figura 7: Problemas Encaminhado ao Gabinete Psicopedagógico de um Colégio de um Município do Sul de Angola



Dr.1 afirma: [«Mau comportamento» e dificuldades de aprendizagem]

Dr.2 Afirma [Dificuldades de aprendizagem e alunos que apresentam «mau comportamento»].

Fonte: Colégio público de um Município do sul de Angola

2.13. Questões éticas da pesquisa

Sobre ética num estudo ou numa pesquisa, partindo da sua definição: Prodanov e Freitas (2013 p. 45), salientam que: “ética na pesquisa indica uma conjunção de “conduta” e de “pesquisa”, o que traduzimos como “conduta moralmente aceite correta durante uma indagação, a procura de uma proposta, para uma pergunta”.

Flick (2013 p.209), sobre os princípios de ética na pesquisa, explica sobre o consentimento informado, considerando que: deve ser evidente que os estudados devem em geral, envolver-se apenas pessoas que:

- a) Tenham sido informadas de estar sendo estudadas; e
- b) Estejam participando voluntariamente.

Ainda sobre as questões éticas, também seguiu-se os princípios estabelecidos por Bogdan e Biklen (1994, p.77, citados por Graça 2021), que apontam:

- “- As identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolhe não possa causar-lhe qualquer tipo de transtorno ou prejuízo;
- Os sujeitos devem ser tratados respeitosamente e de modo a obter a sua cooperação na investigação;
- Ao negociar a autorização para efectuar um estudo, o investigador deve ser claro e explícito com todos os intervenientes;

- Seja autêntico quando escrever os resultados. Ainda que as conclusões a que chega possam, por razões ideológicas não lhe agradar” (p.40-41).

Antes de iniciar a entrevista, explicou-se aos participantes o objectivo da mesma, e sobre a confidencialidade da identidade, que a mesma será protegida, garantindo o anonimato, apenas somente a codificação dos participantes, também informou-se sobre o consentimento dos participantes em captar suas imagens e estampa-las neste trabalho, cobrindo os rostos. A entrevista decorreu num ambiente tranquilo, tendo ocorrida em cordialidade entre a entrevistadora e os entrevistados, onde obteve-se informações ou dados que foram analisados e interpretados, e que os mesmos serão discutidos no tema a seguir, em confrontação com outros autores.

2.14. Análise e discussão dos dados recolhidos no colégio

Passou-se para a análise e a discussão dos resultados obtidos a partir da entrevista feita aos professores, a Direcção do colégio e aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, confrontando essas ideias com as ideias dos autores citados no primeiro capítulo (Marco teórico) e buscou-se também outros autores não citados no capítulo um. Assim, começou-se por se analisar e discutir os resultados obtidos a partir da entrevista feita aos professores, procedendo com a mesma.

2.14.1. Análise e discussão dos resultados obtidos a partir da entrevista feita aos professores do colégio

As temáticas que recaíram aos professores para se obter informações, são: Dificuldades de Aprendizagem, Interação Psicopedagógica, Intervenção Psicopedagógica, e suas Sugestões. Na entrevista feita referenciando estes temas, cada professor foi dando o seu parecer, conforme estão descritos nas categorias formadas, assim, segue-se a discussão.

Dificuldades de aprendizagem

Na primeira pergunta feita aos professores entrevistados, sobre os problemas que têm dificultado o processo de ensino/aprendizagem no dia-dia em sala de aula, os P1,P4,P6, P11,P12, apontaram como dificuldades, a falta de material por parte dos alunos, escassez de meio de ensino e laboratórios.

Os P2, P3, P5, P8, apresentam problemas de aprendizagem como falta de interesse por parte dos alunos, mantêm-se distraídos nas aulas, e algumas vezes ausência dos mesmos.

De acordo com Carmo (2010):

“Podemos ter alunos interessados, professores dispostos, conhecimentos dos processos básicos de ensino e aprendizagem e um clima afectivo; porém esses elementos devem ser secundários pela presença de um ambiente adequado ao trabalho docente, como: acesso a recursos didáticos, salas com pequeno número de alunos, professores bem remunerados e com carga horária que permite planeamento e actualização; acesso à biblioteca; sala de aula com mobiliário adequado” (p.86).

Os professores entrevistados que focaram a falta de material e o autor supracitado, comungam a mesma ideia, quando apontam a necessidade de recursos didáticos, actualização do material, acesso à biblioteca, sala de aula equipada como factores primordiais para a aprendizagem.

Pode-se ter vontade por parte do professor, de orientar os conhecimentos, ou ainda, o aluno querer aprender, como exemplo, na aula de informática, ou qualquer aula de ilustração e técnica, se não haver material ou condições didáticas, a concretização da aula e os objectivos a atingir, serão nulos, comprometendo a aprendizagem dos alunos.

Sobre a falta de interesse por parte dos alunos, dito pelos professores na entrevista, é indispensável a tarefa do professor, muitas vezes sendo ele o primeiro a dar conta de problemas, sugere-se que deve procurar saber as possíveis causas antes de intervir.

(Giroto et al. (2015, citado por Cacian & Malacarne 2019), aponta que:

“Geralmente, a dificuldade de aprendizagem, é causada por um acontecimento ou situação frustrante, como a mudança de escola, troca de professor, chegada de um irmão, óbito de um familiar próximo, desentendimentos familiares, separação dos pais entre outros, de modo que se torna necessário pesquisar os motivos que influenciam negativamente o desempenho da criança.” (p.7).

Portanto, como o autor acima descreve sobre procurar saber as causas das dificuldades de aprendizagem, neste caso, o papel do professor é bastante importante. Para responder aos desafios que os alunos apresentam, o professor deve desenvolver estratégias para conhecer as circunstâncias de vida dos alunos, que poderão estar a afetar a disponibilidade deles para a aprendizagem, de modo a ajudá-los a superar as barreiras que estão a impedir ou dificultar o seu envolvimento no processo e concretização da mesma. Como descreve Simões (2020), não deve-se deixar que as dificuldades de aprendizagem deixem crianças sem alfabetização, sem conhecimento, da cultura e da vida social, por falta de instrução. Deste modo, conclui-se que a aprendizagem requer prazer, dedicação do professor e do aluno, apoio pedagógico e contributo familiar.

Depois de se saber as causas das dificuldades de aprendizagem, que os alunos apresentam em sala de aula num colégio público de um Município do sul de Angola, procurou-se saber sobre a interação psicopedagógica destes problemas entre o pessoal envolvente no processo de ensino aprendizagem deste colégio, tendo-se obtido os resultados da interação psicopedagógica que é a próxima temática a ser discutida.

Interação psicopedagógica

Na segunda Pergunta feita aos professores, procurou-se saber, sobre a interação com a Direção do colégio, sobre os problemas que interferem no processo de ensino/aprendizagem, e que respostas têm sido criadas. Dos professores, entrevistados, 11 responderam que têm interagido e um único professor não deu o seu parecer. E sobre as respostas que têm sido criadas para a resolução, os professores: P1, P8, P6, P9, P12, foram unânimes em afirmar

que a Direção do Colégio tem reunido com os pais e encarregados de educação. E os Professores: P2, P3, P4, P5, afirmam que a direção do colégio interage com o gabinete de apoio Psicopedagógico deste colégio.

Sobre a interação Psicopedagógica, os professores: P1, P8, P6, P9, P12, que alegam que a Direção do colégio tem reunido com os pais e encarregados de educação, estão na mesma senda de pensamento de Cardoso e Lamas (2021), que afirmam:

“A escola e professores sabem que uma boa comunicação com os pais é um contributo importante no seu trabalho; esta comunicação pode ajudar laços positivos e duradouros entre professores e pais. É necessário que os professores conheçam as famílias, o idioma de origem e a cultura das crianças para ajudar aprender de forma implicada” (p.8).

Apoia-se a ideia de que a escola entre em comunicação com os pais e encarregados de educação, ou seja, a interação entre estes deve ser constante, pois, há questões que só eles devem responder por passarem mais tempo com a criança, num ambiente diferente da escola, e há problemas que podem surgir antes de a criança frequentar a escola, por isso a interação com os encarregados na procura de resoluções de problemas é muito importante.

Os Professores: P2, P3, P4, P5, afirmam que a Direção do colégio interage com o gabinete de apoio psicopedagógico deste colégio. Sobre a interação psicopedagógica, caracterizando o papel da psicopedagogia, os autores:

Campagnolo e Marquezan (2019), argumentam que:

“A Psicopedagogia por ser uma profissão interdisciplinar, tem condições de auxiliar a escola também com os gestores (direção, coordenação, supervisão), principalmente nas relações sociais que acontecem na escola e como afetam aprendizagem, também com o trabalho preventivo, um ponto essencial que não deve ser esquecido.

É preciso, além de remediar, prevenir”. (p.350).

Sobre a interação psicopedagógica, dá-se o parecer de que: o aluno, professor, Direção da escola e a equipa interdisciplinar da escola (se tiver), pais e encarregados de educação, são as principais figuras na interação psicopedagógica, pois todos têm um papel a desempenhar no processo de ensino/aprendizagem.

Para Fontana (1997, citado por Cassinda e Hengombe 2019):

“A Psicopedagogia é de extreme relevância ao identificar as necessidades educativas, de determinados alunos, que apresentam dificuldades em seu desenvolvimento pessoal, ou desajustes com respeito ao currículo escolar por causas diversas e apresenta as decisões concernentes as propostas curriculares que suportam as bases necessárias para prosseguir com o desenvolvimento da instituição.” (p.25)

Depois da interação psicopedagógica, considera-se que só assim pode se intervir sobre o problema ou as dificuldades ou ainda encaminha-los a outros serviços, o contrário seria como medicar sem saber a doença e as possíveis causas. A intervenção psicopedagógica é o próximo tópico a ser discutido.

Intervenção psicopedagógica

Sobre a intervenção Psicopedagógica, os professores entrevistados, deram um parecer sobre a intervenção do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. Os Professores: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, apresentam a ideia de que este gabinete presta auxílio aos alunos e aos professores, ou ainda em actividades pedagógicas para o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Porto (2019, citado por Silveira 2019), afirma que, o trabalho psicopedagógico não termina com a constatação da dificuldade, de aprendizagem, que ocorre pelo diagnóstico psicopedagógico, mas sim, é no processo de intervenção psicopedagógica que são oferecidos o suporte preciso para a construção de aprendizagem, envolvendo o seu emocional, intelecto, para que o aluno/aprendente consiga enfrentar a vida com mais segurança e confiança.

Ainda sobre a intervenção psicopedagógica, Filho (2014), destaca que, “Intervir numa escola não significa anular as regras já estabelecidas, ou o ritmo adotado. A intervenção sim, investiga as diversidades e as diferenças que estão moldadas na instituição. O psicopedagogo tem a missão de pensar, analisar e intervir mediante a forma de aprendizagem aplicada pelos educadores”.

Continuando, sobre a intervenção psicopedagógica na escola, Sá et al. (2008), enunciam que, o psicopedagogo ou a equipa interdisciplinar pode actuar terapeuticamente na escola de modo a:

- Preparar o Professor para atender de forma individual os alunos;
- Contribuir para a compreensão de problemas em sala de aula, orientando estratégias ao professor para ultrapassar tudo que é entrave ao processo de ensino/aprendizagem;
- O Professor deve participar em trabalhos de intervenção psicopedagógica na instituição escolar;
- Os alunos, e os que fazem parte da comunidade académica, também incluindo os pais e encarregados de educação.

Como os autores citados e os professores entrevistados afirmaram, a psicopedagogia, intervém em várias actividades da escola, principalmente na tarefa do aluno e do professor, para além de outros envolventes ao processo de ensino/aprendizagem, estes são alguns dos principais elementos que fazem acontecer este processo.

2.14.2 Análise e discussão da entrevista feita aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico

As temáticas que recaíram à entrevista dos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico para se obter informações são: Trabalho psicopedagógico; Desafios/soluções do gabinete de apoio psicopedagógico; Constituição dos profissionais do gabinete psicopedagógico.

Trabalho psicopedagógico

Na entrevista feita, sobre o trabalho psicopedagógico, os Profissionais do Gabinete de apoio psicopedagógico: PGP2 e PGP3, ambos na mesma linha de pensamento, entendem o trabalho psicopedagógico como uma “área de conhecimento que estuda a aprendizagem, bem como as dificuldades que ocorrem neste processo”.

Já o PGP1) sobre o trabalho psicopedagógico, traz a ideia de que é “um ramo da medicina que utiliza os dados que a psicologia lhe fornece, que estabelece um diagnóstico, com a missão de orientação e apreensão dos fenómenos psíquicos anormais, com as suas variantes”.

Pois esses profissionais apresentem diferentes ideias, mas os PGP2 e PGP3 estão em comunhão com os autores citados abaixo, quando apresentam o processo de ensino/aprendizagem como trabalho da psicopedagogia. E o último apresenta os problemas psicológicos que pode ser um desafio para o processo de ensino aprendizagem, que não está fora do trabalho psicopedagógico.

segundo Vercelli (2012 p.72), “ a psicopedagogia realiza o seu trabalho por meio de processo e estratégias que levam em conta a individualidade do aprendente, portanto, é uma praxis comprometida com a melhoria das condições de aprendizagem”.

Osti e Marcelo (2008), esclarecem que:

“A psicopedagogia actua tanto no campo clínico quanto institucional, tendo carácter preventivo e/ou remediativo. O aspecto preventivo actua na orientação de profissionais, focando a metodologia de ensino, a didática, os conteúdos escolares e outros fatores relacionados ao ensino. Já o processo de intervenção actua directamente sobre o indivíduo, seja este criança, adolescente ou adulto, procurando diagnosticar suas dificuldades e intervindo para a superação das mesmas” (p.77).

Assim, No contexto deste estudo, depois da interação e intervenção, considerou-se relevante em saber quais os desafios e soluções do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, os entrevistados deram as suas opiniões, como estão escritos no seguinte subtema.

Desafios /soluções do gabinete de apoio psicopedagógico

Sobre os desafios e soluções do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, os três profissionais que o constituem, trazem a ideia de que este gabinete não consegue dar respostas a todos problemas com que se depara.

Vercelli (2012), afirma que desde a década 70, o trabalho psicopedagógico institucional, resume-se em ajudar crianças, adolescentes e jovens, a resolver conflitos no percurso da realidade escolar e/ou preveni-los.

Sánchez (2004, p.16, citado por Filho 2014), aponta o campo da intervenção psicopedagógica, entendida como parte integral das dificuldades de aprendizagem. Encarando desafios e procurar soluçona-los, sem se esquecer de envolver a família, outros membros da escola preocupados com o processo de ensino/aprendizagem.

O gabinete de apoio psicopedagógico, na sua actuação, com certeza pode deparar-se com desafios.

Realça-se que, ainda que a equipa do gabinete psicopedagógico não consiga de imediato solucionar ou prevenir todos os problemas que a escola apresenta, o facto de identificar os problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem e interagir, é já um grande avanço, para o cumprimento do seu objectivo, mas que o mesmo deve ser constituído a par dos problemas que o colégio tem apresentado, sem esquecer-se do trabalho preventivo. A constituição do gabinete de apoio psicopedagógico é o próximo subtema a ser discutido.

Constituição do gabinete psicopedagógico.

O gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio, é constituído por três profissionais, sendo um elemento formado em psicologia da educação e os dois elementos formados em psicologia clínica. Todos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico (PGP1, PGP2, PGP3) de um colégio público de um município do sul de Angola, na entrevista que lhes foi feita sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico, trazem a ideia de que a equipa interdisciplinar deste gabinete está incompleta, e clamam por um pessoal especializado para trabalharem de forma interativa.

Sá et al. (2008), afirmaram que a aprendizagem é complexa. Para estudá-la requer a intervenção de diversos campos do conhecimento.

Na verdade, a análise dos fenómenos relativos à aprendizagem, requer a intervenção de uma equipa interdisciplinar, funcionando interligada. E em parte, não se deve esquecer que, a condição para uma equipa trabalhar adequadamente é que cada participante tenha o seu papel definido com o seu específico papel de olhar e analisar o problema, dando sua contribuição em atenção a resolução.

Segundo Passile (2019. P. 11), “o gabinete de orientação psicopedagógico é constituído por: Psicólogo educacional, Pedagogo, Sociólogo, Psicólogo Clínico, coordenador das actividades escolares, Professor de Educação Moral e Cívica e todos aqueles que lidam com o processo de ensino/aprendizagem”.

Lembra-se que um dos objectivos principais da psicopedagogia, é o processo de ensino/aprendizagem, e as causas que dificultam a mesma.

Assim, sobre a constituição do gabinete psicopedagógico, a literatura consultada, não é unânime na descrição do pessoal que deve constitui-lo, apesar de alguns profissionais em comum em diferentes gabinetes, indica que cada gabinete trabalha num contexto, com a sua dinamização, e flexibilidade.

2.14.3. Análise e discussão da entrevista feita a direcção do colégio

A temática da entrevista feita a Direcção do colégio, para se obter informação acerca do mesmo é: problemas encaminhados ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

Quanto a este tema na entrevista feita, cada Director deu o seu parecer, e como está discutido:

Problemas encaminhados ao gabinete de apoio psicopedagógico

O Dr1 e Dr2, apresentam a ideia de que os problemas encaminhados ao gabinete de apoio psicopedagógico, são «Mau comportamento» e dificuldades de aprendizagem.

Campagnolo e Marquezan (2019, p. 349), advogam que:

“Geralmente as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, precisam de encaminhamento na área da saúde, para que uma investigação e possíveis tratamentos possam ser feitos para ajuda-la em suas dificuldades; ter o psicopedagogo na escola é de grande ajuda para que se possa ter melhor discernimento sobre o fato de que melhores caminhos e profissionais precisam ser acionados” (p. 349).

Barbosa (2006, p. 30), afirma que: “a criança com dificuldade de aprendizagem deve ser encaminhada ao profissional especializado para diagnosticar as causas da não aprendizagem”.

Desta feita, em término com a discussão, fez-se a conclusão do respectivo capítulo.

Conclusão do capítulo 2

Através da Metodologia traçada, com os seus procedimentos, foi possível a materialização deste trabalho, tendo como direção o objetivo geral e específicos, onde cumpriu-se com as tarefas de investigação, usou-se o instrumento de recolha de dados e obteve-se resultados para responder ao problema desta pesquisa e conclui-se que:

- Os Professores de um colégio público de um município do sul de Angola, que participaram nesta pesquisa, afirmaram que no dia-dia em sala de aula, enfrentam desafios que dificultam o processo de ensino/aprendizagem, como afirmaram na categoria “Dificuldades de aprendizagem” figura um, cinco Professores apontaram a falta de material e quatro professores, a falta de interesse por parte dos alunos;
- Na frequência de 11 professores afirmaram que têm interagido sobre os problemas que o colégio enfrenta, para criar soluções, na frequência de cinco professores afirmaram que a Direcção do colégio tem interagido com os encarregados de educação, e na frequência de quatro professores, afirmam que a Direcção do colégio tem interagido com o gabinete de apoio psicopedagógico, como afirmaram os professores na “Categoria Interação psicopedagógica” figura dois;
- Na frequência de 11 Professores, afirmaram que o gabinete acompanha o aluno e o professor nas suas atividades, como afirmaram na categoria “Intervenção psicopedagógica” figura três;
- A equipa profissional do gabinete psicopedagógico existente no colégio público de um município do sul de Angola, entende sobre o trabalho psicopedagógico, conforme deram as suas opiniões na categoria “Trabalho psicopedagógico” figura quatro;
- A equipa de profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, é constituída por três profissionais, um formado em psicologia da educação e dois formados em psicologia clínica, como afirmaram os professores na categoria “ Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico” figura cinco;

- A equipa de profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, de um colégio público de um município do sul de Angola, considera-se incompleta, para responder aos problemas que o colégio tem apresentado, como afirmaram os profissionais na categoria “Constituição do gabinete psicopedagógico”. E na categoria desafio/soluções”. Figura seis;

- A Direcção de um colégio público de um município do sul de Angola, afirmou que faz encaminhamento de alunos ao gabinete de apoio psicopedagógico deste colégio, em caso de «Mau comportamento» e dificuldades de aprendizagem, conforme está escrito na categoria “Problemas encaminhados ao gabinete de apoio psicopedagógico”. Figura sete.

**Capítulo 3 - ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO DO
GABINETE DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO DE UM COLÉGIO PÚBLICO
DE UM MUNICÍPIO DO SUL DE ANGOLA**

Introdução do capítulo 3

O capítulo 3, é a materialização do último objectivo traçado para a concretização da pesquisa, que é propor a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola. A proposta tem como objectivo geral: Expor à apreciação da equipa interdisciplinar do gabinete de apoio psicopedagógico e dos Órgãos de Direcção deste colégio, o potencial de se incluírem elementos adicionais na constituição do gabinete de apoio Psicopedagógico.

Formularam-se os objectivos específicos:

- Descrever os resultados sobre a Intervenção psicopedagógica de um colégio público de um município do sul de Angola;
- Descrever a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, bem como o perfil profissional dos seus elementos;
- Analisar o Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de Janeiro, os artigos 40º, gabinete psicopedagógico e 41º;
- Descrever os recursos que devem fazer parte do gabinete de apoio Psicopedagógico para o apoio e orientação dos profissionais.

Os objectivos específicos nortearam os esforços desenvolvidos nesta proposta; depois de descritos e analisados, elaborou-se a proposta sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

Propôs-se a constituição da equipa interdisciplinar do gabinete de apoio psicopedagógico do colégio, pelos seguintes profissionais: Psicopedagogo, Psicólogo educacional; Psicólogo clínico, Especialista de saúde geral, Orientador vocacional e Professor ou especialista de Educação Moral e Cívica.

Considerando a literatura sobre o trabalho psicopedagógico, que o caracteriza como sendo um trabalho interdisciplinar, propôs-se ainda a possibilidade de se incluírem mais profissionais, não referidos na proposta elaborada, desde que o trabalho psicopedagógico o exija, em situações futuras específicas, e tendo em

conta a flexibilidade do mesmo. Esta proposta não deve, pois, ser vista como imutável e “cumprida ao pé da letra”. Mas sim deve ser encarada como um guia de consulta, aberto a novas necessidades e ideias.

3.1. Abordagem da proposta:

Visando o “aproximar da experiência humana sob novas perspectivas para apreendê-la a partir de sua dimensão existencial”, buscaram-se caminhos que nos conduzissem “mais próximo do sentir e do pensar de quem” vivenciava a realidade do funcionamento do gabinete psicopedagógico do colégio em que o estudo se contextualizou, buscando conhecer “a experiência mundana e atribuindo-lhe significados” (Graças, 2000, p. 28).

Deste modo, através da realização de entrevistas semi-estruturadas aos elementos do Gabinete Psicopedagógico do colégio em que o estudo situou-se, aos professores do colégio e aos seus dirigentes, desvelou-se a realidade subjacente ao funcionamento e funcionalidade do Gabinete, identificando-se relações e conexões entre o seu modo de funcionamento, os elementos (sujeitos) da realidade, e as suas circunstâncias (contexto).

Desenvolveu-se, assim, um processo interpretativo do mundo (contexto do estudo, o Gabinete Psicopedagógico naquele colégio em particular), através da entrevista aos sujeitos, visando conhecer a sua percepção dessa realidade, com base nas experiências do mesmo.

3.2. Objectivos da proposta

Afirma-se que, não basta propor, mas sim também importa esclarecer a finalidade da proposta, esta proposta, tem um objectivo geral, que é o indicativo do que se pretende atingir com a mesma, e para a sua realização, delineou-se objectivos: Gerais e específicos.

3.2.1. Objectivo geral da proposta

Esta proposta tem como objectivo geral: Expor à apreciação da equipa interdisciplinar do gabinete de apoio psicopedagógico e dos Órgãos de Direcção

deste colégio, o potencial de se incluírem elementos adicionais na constituição do gabinete de apoio Psicopedagógico.

3.2.2. Objectivos específicos

- Descrever a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, bem como o perfil profissional dos seus elementos;
- Descrever os resultados sobre a intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola;
- Analisar o Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de janeiro, artigos 40º e 41º.
- Descrever os recursos que devem fazer parte do gabinete de apoio Psicopedagógico para o apoio e orientação dos profissionais.

3.3. Base da proposta

Para propor uma tarefa, um novo trabalho, uma nova dinâmica de actuação, a depender da área de conhecimento, é necessário ter bases que a sustentam, que podem ser obtidas através de provas, experiências vividas ou mesmo de informações fornecidas por um grupo ou participantes de um estudo. O objectivo geral da pesquisa feita desenrolada no capítulo um e capítulo dois é Compreender o Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, que através dos seus objectivos traçados e suas tarefas, obteve-se resultados, dentre eles seleccionou-se os seguintes itens para alicerçar a proposta:

- Constituição do Gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do Sul de Angola;
- Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um Município do sul de Angola;

- Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de Janeiro, nos seus artigos 40º e 41º, 40º sobre a criação de gabinetes psicopedagógicos nas escolas, e 41º sobre o perfil dos coordenadores do gabinete psicopedagógico;

O Material encontrado no gabinete de Apoio Psicopedagógico de um colégio Público de um Município do sul de Angola.

3.3.1. Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola e o perfil profissional de seus elementos

O resultado da entrevista, sobre o perfil dos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, para propor, buscou-se apenas o perfil: quanto a idade, grau académico, especialidade e o tempo de serviço. Assim sendo, os três profissionais estão no intervalo de 30-40 anos de idade, todos licenciados, são formados nas seguintes especialidades: um em Psicologia da educação e dois em Psicologia clínica, e o tempo de serviço: os três profissionais estão no intervalo de 10-20 anos.

Na segunda pergunta da entrevista dirigida aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico, das respostas obtidas, os mesmos consideram a equipa do gabinete de apoio psicopedagógico incompleta, para responder aos problemas que o colégio tem apresentado, como afirmaram os profissionais na categoria “Constituição do gabinete de apoio psicopedagógico”.

3.3.2. Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

Na entrevista feita aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico, sobre a intervenção psicopedagógica deste gabinete, dos 12 professores entrevistados, 11 professores afirmaram que este gabinete, faz acompanhamento do aluno e do professor. Como está ilustrada na a figura nº 3, na categoria “Intervenção psicopedagógica”.

Depois de se buscar estes itens que são alguns dos resultados da entrevista semi-estruturada, que antes já foram apresentados nas categorias temáticas no capítulo segundo, considerou-se importante saber o que o Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de Janeiro, orienta sobre a existência de gabinetes psicopedagógicos nas escolas, que será apresentado e analisado no seguinte ponto.

3.3.3. Decreto Presidencial nº15/11 de 11 de Janeiro, no artigo 40º e 41º

Em Angola, a temática sobre a criação de gabinetes psicopedagógicos para o atendimento individual ou colectivo, está decretado já a uma década. Estes gabinetes surgem com o objectivo de orientar e atender alunos com necessidades educativas especiais ou não. Assim, para melhor compreensão sobre a tarefa destes gabinetes, descreveu-se os pontos postulados nos artigos 40º e 41º.

Artigo 40º

“ (Gabinete Psicopedagógico)

1. Em cada instituição do ensino geral deve existir um Gabinete Psicopedagógico, que é um espaço multifuncional de atendimento a todos os alunos com necessidades educativas especiais ou não, para que tenham as mesmas oportunidades de sucesso, se promova a equidade na aprendizagem e se garanta a sua inclusão escolar;
2. Os alunos das escolas do ensino-geral são atendidos nos gabinetes de apoio psico-pedagógico das respectivas escolas, ou de escolas próximas.”

Artigo 41º

(Perfil dos coordenadores do gabinete psicopedagógico)

Os responsáveis dos gabinetes psicopedagógicos devem estar dotados de conhecimentos relativos a psicologia das idades e pedagogia especial, devido

as características/ particularidade do seu trabalho no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais e no desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino/aprendizagem”.

3.3.4. O Material encontrado no gabinete de Apoio Psicopedagógico de um colégio Público de um Município do sul de Angola

Durante a observação participante, com a permissão do pessoal deste gabinete, anotou-se o material encontrado para os serviços, com objectivo de saber se estavam a ser usados em contexto próprio, bem como a insuficiência de outros materiais, o que remete também, a olhar no pessoal ou equipa que deve constituir o gabinete.

Para o trabalho psicopedagógico, encontrou-se o seguinte material no referido gabinete:

cartazes informativas, com visual antigo; duas camas móveis; o DSM4 como guia para a certificação de alguns sinais patológicos; um computador para anotações e relatórios; uma máquina para a consulta de estomatologia; e medicamentos para primeiros socorros como: paracetamol, álcool etílico e algodão.

3.4. Proposta

Depois dos pontos apresentados como base da proposta, sublinha-se que a mesma, não estará escrita para reprovar o trabalho psicopedagógico do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, e nem anula ou limita o mesmo. Esta proposta não deve ser considerada como sagrada e inflexível, mas sim, propõe-se que a equipa já existente no gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, pode incluir mais elementos ou também incluir profissionais que não foram mencionados nesta proposta, dentro das exigências do funcionamento do gabinete psicopedagógico, bem como os outros problemas que podem acontecer e olhar pelo trabalho preventivo. Esta equipa deve trabalhar de forma interdisciplinar, revendo as tarefas de cada um e apoiando-se uns aos outros constantemente. Estando em causa numa troca de

experiência. Louva-se o trabalho e a dinamização dos profissionais e a comunidade educativa que têm feito para acontecer as actividades deste gabinete. Esta proposta será encaminhada ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, com o objectivo de ser aplicada ou servir como um guia de consulta.

Lembra-se que, da literatura consultada sobre o funcionamento do gabinete Psicopedagógico principalmente a constituição de seus profissionais, não apresenta unanimidade ou um número exato de profissionais, as áreas de conhecimento que mais sobressaíram, foram Psicologia e Pedagogia, com auxílio de outros conhecimentos para actuação, tendo como o centro o processo de ensino/aprendizagem.

Partindo da ideia de que o trabalho psicopedagógico é interdisciplinar como já afirmaram os autores citados nos temas anteriores e buscando a ideia de:

Dos Santos (2009, citado por Sousa et al. 2015), defende que, a psicopedagogia possui um carácter interdisciplinar, visando tratar um problema em diversas disciplinas, para intervir diante de um problema ou situação que precisa de investigação. A Psicopedagogia, apesar de ter nascido com o objectivo de atuar na área clínica, aos poucos ela foi ampliando sua área de actuação até chegar ao âmbito escolar.

E tanto outros autores não citados, mas que apontam a interdisciplinaridade como base para actuação psicopedagógica, e apegando-se ao Decreto Presidencial nº15/11 de 11 de janeiro, no artigo 40º sobre a criação de gabinetes psicopedagógicos nas escolas, que elucida que o mesmo, é um espaço multifuncional de atendimento a todos os alunos com necessidades educativas especiais ou não, desta feita, olhando sobre os resultados supracitados, da intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola e para a constituição do mesmo, propôs-se os seguintes profissionais: o Psicopedagogo; Psicólogo educacional; Psicólogo clínico; Profissional de saúde geral, Especialista de Educação Moral e Cívica e o Orientador Vocacional.

3.4.1. Psicopedagogo

Este Profissional, dotado de vários conhecimentos para actuação psicopedagógica, principalmente em Psicologia e Pedagogia, em interação com os professores e a direcção da escola, terá a tarefa de investigar as causas das dificuldades dos alunos. No dizer de Bossa (2000, citado por Soares & Sena 2012), a presença de um psicopedagogo no contexto escolar é essencial, tem muito que fazer em uma escola. A sua intervenção inclui:

- “- Orientar os pais;
- Auxiliar os educadores e conseqüentemente à toda comunidade aprendente;
- Buscar instituições parceiras (envolvimento com toda a sociedade);
- Colaborar no desenvolvimento de projetos (Oficinas psicopedagógicas);
- Acompanhar a implementação e implantação de nova proposta metodológica de ensino;
- Promover encontros socializadores entre corpo docente, discente, coordenadores, corpo administrativo e de apoio e dirigentes.” (p.7).

Segundo Passeri (2003, citado por Osti e Marcelino 2008), o profissional de psicopedagogia trabalha com o processo de aprendizagem, considerando a criança, o ambiente em que ela vive, assim como a estrutura de ensino em que está inserida, ou seja, o psicopedagogo preocupa-se com factores que influenciam a aprendizagem incluindo as suas variáveis.

Ainda sobre a tarefa do psicopedagogo, numa instituição escolar, Florêncio et al. (2023). descrevem:

- “ O psicopedagogo no âmbito institucional tem uma ação voltada para solucionar a problemática que afeta o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais para o pleno exercício da cidadania e dignidade, podendo assim desenvolver uma prática que

aborde o ensino/aprendizagem dentro da escola, visando a administração das mudanças necessárias colaborando para que a escola não veja esses educandos como mais um problemas, mas como transformação do que já existe” (p.2).

A inserção do Psicopedagogo na constituição da equipa interdisciplinar do gabinete psicopedagógico, é de extrema importância, pois o seu papel a desempenhar promove desenvolvimento bastante necessário, no trabalho desta equipa, bem como importância para a escola preocupada com a aprendizagem dos alunos.

3.4.2. Psicólogo educacional

Para a intervenção da equipa interdisciplinar na escola, é indispensável o Psicólogo educacional, pois, falando de educação, a escola é um dos seus principais campos de actuação, visto que nela realizam-se várias actividades viradas ao processo de ensino/aprendizagem. Segundo Maluf e Penha (2008), o Psicólogo educacional actua na elaboração de políticas educativas na instituição escolar, no planeamento e avaliação de programas de ensino, ajuda em capacitar docentes, relacionando a escola, a família e a comunidade, para enfrentar dificuldades de aprendizagem e práticas de ensino, em atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais na supervisão de estágios em cursos de Psicologia, em postos de saúde, em consultórios particulares.

Continuam Maluf e Cruces, afirmando que, estes profissionais estão dotados de conhecimento de forma interdisciplinar, tendo: noções de Psicologia geral, Psicologia Social, Psicologia do desenvolvimento da educação. E inclui as noções das ciências educacionais que permitem aproximação de questões que definem o processo educacional, como a pedagogia, a Didática e a Filosofia da Educação.

Para Pinto e Leal (1991), a acção do Psicólogo educacional, tem como objectivo de responder as necessidades educativas de crianças, considerando, não só o comportamento visível e as contingências imediatas de aprendizagem, também

preocupa-se em entender os diferentes microsistemas em que a criança está inserida, bem como as suas múltiplas relações.

3.4.3. Psicólogo clínico

Para a constituição da equipa interdisciplinar para actuação escolar, a figura do Psicólogo clínico, é bastante precisa, visto que o ser humano, na sua complexidade, pode passar por diversos problemas, não só aqueles que invadem a saúde física, como também a saúde psicológica, emocional, entre outras. Para que haja aprendizagem, é necessário que haja saúde. Das várias actividades referentes a saúde, para Sá et al. (2008), o Psicólogo clínico dedica-se ao diagnóstico, tratamento e prevenção dos problemas emocionais. Sua preocupação com os problemas de aprendizagem insere-se dentro de uma problemática emocional, porque a psicoterapia é um processo de aprendizagem ou reaprendizagem.

Santos (2013), considera que o Psicólogo clínico na saúde escolar, procura implementar muito cedo em crianças, comportamentos de saúde, implicando assim a promoção da saúde e prevenção de doenças, procurando assim a promoção do sucesso escolar.

O Psicólogo clínico, a partir de episódios que ocorrem, na escola ou fora dela, deve saber interpreta-los, ou o momento de intervir, e quando encaminha-los a outros serviços.

3.4.4. Especialista de saúde geral

Este especialista deve constituir a equipa do gabinete de apoio psicopedagógico, na eventualidade de ocorrer ou prevenir qualquer anomalia à saúde, e o momento de assistir ao paciente na escola, promovendo experiências de primeiros socorros ou encaminhamentos ao hospital.

Calandrim et al. (2017 p.293), advogam que, os profissionais que actuam no ambiente escolar, sejam eles professores ou funcionários, devem receber treinamentos formais e continuados, para enfrentar as situações de emergências no ambiente escolar, uma vez que as crianças e adolescentes em idade escolar

são mais vulneráveis a sofrerem as situações de emergências devido as características próprias do desenvolvimento, físico e comportamentais.

Segundo Nardino et al. (2012 p.91), “Maiores desafios que os especialistas de saúde tem hoje, é atender às necessidades de educação para a saúde da população em geral, sendo imprescindível o esclarecimento e treinamento educacional a este público para a compreensão das situações emergenciais.”

Portanto, na escola os alunos passam muito tempo, pode acontecer qualquer episódio que ameace o bom estado de saúde, como desmaios, ferimentos, sangramentos, a primeira atitude do educador virados a primeiros socorros é importante, para isso é necessário que ele tenha conhecimento de técnicas de primeiros socorros e instruídos a outros profissionais da escola, e a existência do técnico de saúde geral no gabinete de psicopedagogia é indispensável.

3.4.5. Orientador vocacional

Visto que o colégio público de um município do sul de Angola tem apenas um ciclo, que é transição para o II ciclo, é importante que tenha orientador vocacional para ajudar nas escolhas dos cursos que os alunos pretendem exercer na profissão futura.

Os jovens, ao terminarem um ciclo de ensino e transitarem para o outro que lhes direciona para a profissão a exercer no futuro, baseando-se na vocação é necessário o auxílio de um orientador para iluminar sobre as potencialidades e limitações da profissão que pretendem exercer, apontar uma série de possibilidades e impossibilidades daquilo que se quer fazer a nível profissional. A figura de um orientador vocacional é bastante necessária em indivíduos em crescimento, principalmente em adolescentes e jovens que almejam realizar-se num futuro próximo.

Gurfinkel (1993, citado por Oliveira et al. 2019), afirma que, quando chega o tempo de escolher uma profissão, é um período significativo do crescimento quanto à passagem da infância ao mundo adulto e, leva, em si, apresentação de uma mudança de papel social e um acto de autonomia em relação aos pais.

Ainda Gurfinkel (citado por Oliveira et al 2019.), aponta que:

“ O momento da escolha profissional é uma etapa significativa do desenvolvimento quanto à passagem da infância ao mundo adulto e, carrega, em si, a representação de uma mudança de papel social e um ato de autonomia em relação aos pais. Quando o adolescente se vê no confronto com a necessidade de escolha e a sua própria tomada de decisões, isto já é em si a saída da infância e o encontro com a responsabilidade.” (p.120).

Para Acuna (2020):

“ A Orientação vocacional, quando realizada em adolescentes, estimula o autoconhecimento, a formação de habilidades, competências e conhecimentos requeridos para elaboração de projetos de vida, inclusive promove suporte psicológico a esses sujeitos que enfrentam diversos desafios nessa etapa do ciclo vital. (p.91).

Orientar os jovens que queiram ingressar num nível de ensino ou na escolha de uma profissão, deve ser um compromisso do orientador vocacional inserido, especialmente numa instituição escolar ou num gabinete de apoio psicopedagógico, com certeza, jovens bem orientados em profissões e com bons resultados, a satisfação é maior, tanto por parte do orientando como também do orientador.

Para actuação Psicopedagógica, a figura do orientador vocacional, é bastante necessária, pois, muitas vezes, a má escolha de um curso ou insatisfação por parte do adolescente ou jovem, pode-lhe causar frustrações. Como também deseja-se promover saúde psicológica aos jovens, deste modo a intervenção psicopedagógica do orientador vocacional também actua de maneira preventiva.

3.4.6.Especialista de educação moral e cívica

A escola constitui um lugar social, mas que antes dela, está em primeiro lugar o seio familiar do educando, que representa a socialização primária. Para além de

ensinar, a escola também está preocupada em inculcar valores ao indivíduo aprendiz.

Actualmente as escolas queixam-se de vários comportamentos desviantes dos alunos, assim, é necessário o professor de Educação moral e cívica ou um especialista nesta área de conhecimento, que através das suas palestras, dentro da sua criatividade, vai cultivar valores para a consciencialização dos alunos.

Taille (2002, citado por Munôz 2017), esclarece que, podem chamar-se de moral, comportamentos, normas e valores, que devem ser aceites como válidos ou coletivamente aceites como bons e desejáveis.

Durkheim, (citado por Munôz 2017), entende a moral como sendo a interiorização de normas grupais e o respeito à sociedade a qual o indivíduo faz parte. O ser humano ganha sentido porque vive em sociedade, e a moral somente entende-se num meio social. Assim, uma acção é moral se corresponde aos valores maioritários numa determinada sociedade.

No contexto da actuação psicopedagógica um profissional empenhado na área de Educação moral e cívica, para além de ser desafiador, é bastante necessário, pois, não basta ter alunos que aprendem várias disciplinas, mas sim também alunos que adquirem um perfil de saída ao que tem haver com boa conduta, não só em família ou na escola, também na sociedade em geral.

Em suma, todos estes profissionais, devem interagir mutuamente de forma constante, com o colectivo de professores, com a direcção do colégio pais e encarregados de educação, e se possível também auxiliar a comunidade local.

3.5. Recursos que o gabinete de Apoio Psicopedagógico deve ter, para apoio do trabalho dos profissionais

Com Certeza, um material de apoio, deve estar de acordo com base em dois factos: o nível de escolaridade do aluno, ou a idade do mesmo, pois embora, tem havido contradição, devido o atraso nos estudos de alguns indivíduos, o que implica a chegada deles em alguns níveis já com idade avançada. Dentro da actuação psicopedagógica, deve haver esta dinâmica, que é ter sempre em

conta a faixa etária dos alunos. Lembra-se que, os alunos deste colégio, são pré-adolescentes e adolescentes.

O material, encontrado no gabinete psicopedagógico em estudo, não descartou-se, mas o mesmo, remeteu um olhar para a constituição do seu pessoal, como por exemplo, a máquina ortodôntica, e os medicamentos. Para além do material já existente, sugere-se que o mesmo tenha:

- Um Dsm5 e ser actualizado constantemente;
- Currículo de todas as classes existente neste colégio: 7.^a; 8.^a, 9.^a;
- Programas anuais, principalmente o Programa da disciplina de Educação Moral e Cívica;
- Termómetro;
- Calendário (semana, mensal, trimestral, semestral ou anual) de actividades intra-escolares e extraescolares;
- Material de exercícios psicométricos;
- Livros com diversos temas ligados a adolescência;

Conclusão do capítulo 3

O gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, intervém sobre os problemas que lhe são encaminhados como afirmaram os professores sobre a intervenção psicopedagógica, dizendo que: “faz acompanhamento dos alunos e Professores” como afirmaram os professores na entrevista sobre a “intervenção psicopedagógica”.

O gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, está constituído por três profissionais, formados nas distintas áreas de conhecimento: um formado em Psicologia educacional e dois formados em Psicologia clínica, como afirmaram os profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, na entrevista sobre a “constituição do gabinete psicopedagógico”.

- O Decreto Presidencial Angolano, 15/11 de 11 de Janeiro, no seu artigo 40º sobre a criação de gabinetes psicopedagógicos nas escolas, caracteriza-o como um espaço multifuncional para atendimento a todos os alunos com necessidades educativas especiais ou não.

O Artigo 41º do Decreto Presidencial Angolano nº 15/11 de 11 de Janeiro, sobre o perfil dos coordenadores do gabinete psicopedagógico, exige que os mesmos tenham conhecimentos relativos à Psicologia das idades, e Pedagogia Especial.

A partir do material existente no gabinete de apoio psicopedagógico, pensou-se sobre a actuação do gabinete, na constituição do seu pessoal, e a utilização do mesmo. Lembrar que, considerou-se insuficiente para a actuação psicopedagógica, e ao mesmo tempo, alguns fora do contexto, como: a máquina ortodôntica.

A Proposta elaborada, com itens de base sustentada em alguns resultados obtidos da entrevista feita aos professores: sobre a Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola; aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico: sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, e fundamentada no Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de Janeiro, nos artigos 40º e 41º sobre a criação de

gabinetes psicopedagógico nas escolas, e o perfil dos coordenadores, o seu carácter multifuncional e interdisciplinar, bem como o material que constitui o gabinete, espera-se que essa proposta contribua para orientar o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola e se possível, aos outros gabinetes psicopedagógicos existentes fora deste colégio.

Limitações e potencialidades do estudo

Normalmente um estudo tem consigo as suas limitações e potencialidades, portanto, este estudo apresenta:

Limitações:

- Por ser um estudo do tipo de caso, tendo estudado um caso particular que é apenas o Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, não permite a generalização dos resultados;
- Através da sua técnica de recolha de dados que é a entrevista semiestruturada, abrange poucas pessoas em um pouco tempo e levou muito tempo para a sua realização;
- Não Permite a opinião ou indução por parte do entrevistador (a) durante a pesquisa;

Potencialidades:

- Em termos teóricos dá bases para o avanço da ciência principalmente sobre as temáticas do trabalho psicopedagógico e intervenção psicopedagógica;

Em termos práticos, dá suporte com a sua proposta sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de modo particular num colégio público de um município do sul de Angola;

- Pois embora a proposta seja de um estudo particular, ainda assim pode servir como guia de base sobre a constituição de um gabinete de apoio psicopedagógico, a ser aplicado em outras instituições.

Sugestões

Na entrevista feita, perguntou-se aos professores e a Direcção de um colégio público de um município do sul de Angola, as suas sugestões sobre o trabalho psicopedagógico do gabinete de apoio psicopedagógico deste colégio. Considerando essas sugestões achou-se importante descreve-las para fazer parte junto das sugestões da pesquisadora deste trabalho.

Sugestões dos professores

Os P2, P7, P10, P12, sugerem: [que os profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio de um município do sul de Angola, expandam o seu trabalho, realizem palestras para explicar a tarefa do gabinete de apoio psicopedagógico.]

Os P1, P3, P9, sugerem [que o gabinete de apoio psicopedagógico trabalhe com os encarregados de educação.]

Os P5, P6, P8, P11 sugerem [que o ministério da educação invista nestes gabinetes de apoio psicopedagógico, e que aposte na formação destes profissionais.]

Sugestões da direcção sobre o trabalho psicopedagógico

Dr.1 e Dr.2, sugerem uma mesma linha de pensamento, de que: os profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, expandam o seu trabalho, realizando atividades para professores e alunos. Para professores, sugerem seminários virados à atividades lectivas, e incluindo os pais e encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem.

Sugestões da pesquisadora sobre o trabalho psicopedagógico

- Que os profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, clamem pelo investimento destes gabinetes, principalmente a nível do material e constituição do seu pessoal apostando na formação dos mesmos, levando as preocupações junto dos órgãos de Direito da Província e responsáveis na promoção da educação.

- Quanto ao Material existente no Gabinete de apoio psicopedagógico, incluir no mesmo materiais possíveis de serem usados neste contexto, e que sejam actualizados de tempo em tempo.

- Quanto a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, que inclua-se mais elementos para a descentralização de tarefas.

- Visto que este estudo não está terminado, para pesquisadores que queiram investigar ou estudar na mesma linha de conhecimento, sugere-se que:

Envolvam-se nesta pesquisa a longo prazo, para melhor acompanhar o trabalho psicopedagógico e intervenção nas escolas, o que vai potencializa-los a ter experiência prática.

Considerações Finais

A bibliografia consultada, forneceu informações precisas que deram sustento ao marco teórico do trabalho. Esta Pesquisa, foi realizada com a finalidade de compreender o Funcionamento de um gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

Partindo da educação em Angola, antes da era colonial, colonial, pós colonial, até aos nossos dias, entende-se que sofreu várias reformas, e continua sofrendo, pois o homem, a cada dia que passa, o seu intelecto, e as exigências da época vão influenciando o seu modo de pensar e viver. Deste modo, sendo a educação dinâmica, a realidade Angolana tem caminhado com os mesmos parâmetros, com alvo ao progresso.

Sobre a história da deficiência, a sua concepção passou em diferentes processos referentes a cada época, e que atualmente é motivo prioritário de atenção especial.

As necessidades educativas especiais, é uma preocupação do governo Angolano desde que o país tornou-se independente da era colonial, desde esta data, nota-se desenvolvimento sobre a concepção das necessidades educativas especiais, inclusão, integração e intervenção sobre elas.

Para o acompanhamento das necessidades educativas especiais nas escolas, especialmente em Angola, o Governo Angolano através do Decreto Presidencial nº15/11 de 11 de Janeiro, no artigo 40º e 41º, autoriza abertura de gabinetes psicopedagógicos com objectivo de atender as necessidades educativas especiais ou não, sublinhando que, todos alunos devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem, e focando ao perfil dos coordenadores.

A pesquisa sobre a funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, concretizou-se através da materialização da metodologia traçada, que através do instrumento de recolha de dados, que foi a entrevista semi-estruturada, colheu-se informações, aos Professores (12 elementos); a todos os profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico (três elementos); e a Direcção do colégio (dois elementos), emitiram informações precisas que tornaram possível o avanço do estudo. Os dados foram analisado e organizados por categorias temáticas. Os professores

de um colégio público de um município do sul de Angola, na entrevista sobre as dificuldades de aprendizagem que enfrentam em sala de aula, cinco professores apontaram a falta de material e quatro professores indicaram a falta de interesse por parte dos alunos;

Dos 12 Professores entrevistado sobre a interação dos problemas que dificultam o processo de ensino/aprendizagem num colégio público de um município do sul de Angola, 11 Professores, foram unânimes em responder que tem havido interação, mas, cinco professores afirmaram que a Direcção do colégio tem interagido com os encarregados de educação, e na frequência de quatro professores afirmam que a Direcção do colégio tem interagido com o gabinete de apoio psicopedagógico.

Sobre a intervenção do gabinete de apoio psicopedagógico, os professores entrevistados, afirmaram que faz acompanhamento aos alunos e Professores;

Os Profissionais que trabalham no gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, considera-se uma equipa incompleta para responder os problemas com que se deparam neste colégio, mas entende o que é um trabalho psicopedagógico de forma teórica, e tem noções de intervenção psicopedagógica de forma prática. A Direcção deste colégio, afirmou que encaminha ao gabinete de apoio psicopedagógico casos de “Mau comportamento” e dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Com os objectivos traçados na pesquisa, cumpridos, teve-se informações sobre o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, destacando: as Dificuldades de aprendizagem; Interação psicopedagógica das dificuldades de aprendizagem; Trabalho psicopedagógico; Intervenção do gabinete de apoio psicopedagógico; constituição do gabinete de apoio psicopedagógico; Desafios e soluções, Encaminhamentos de alunos com dificuldades e elaborou-se uma proposta para a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, visando cumprir o último objectivo específico traçado nesta pesquisa que é: Propor a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

Para o trabalho psicopedagógico, encontrou-se o seguinte material:

cartazes informativos, com visual antigo; duas camas móveis; o DSM4 como guia para a certificação de alguns sinais patológicos; um computador para anotações e relatórios; uma máquina para a consulta de estomatologia; e medicamentos para primeiros socorros como: paracetamol, álcool etílico e algodão.

A Proposta elaborada, baseou-se em alguns resultados obtidos através da entrevista aos professores: sobre a Intervenção psicopedagógica do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico: sobre a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola, e ao Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de Janeiro, nos artigos 40º e 41º sobre a criação de gabinetes nas escolas, e perfil dos coordenadores e o material encontrado no gabinete para a actuação Psicopedagógica.

Acerca do pessoal proposto para a constituição do gabinete de apoio psicopedagógico, advém da evidência de o serviço psicopedagógico ser de carácter interdisciplinar. Nesta equipa proposta, pode-se incluir mais elementos, consoante a necessidade ou a demanda. Em conclusão, lembra-se que este estudo no geral não é uma obra acabada, mas sim está aberto para a continuidade de qualquer pesquisador interessado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Acuna, J.T. (2020). *Desenvolvimento de Autoconhecimento e Projecto de Vida na Orientação vocacional*. 92-104.
<https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/518/461>
2. Acta Fisiatr (2007) 1-7 242-248.
<https://doi.org/10.1160/issn.2317-0190.v14i4a102875>
3. Actas- 1º Congresso Cabo-Verdiano de Educação Inclusiva. (2014). *Desafiando os caminhos da Educação Inclusiva Em Cabo Verde*. Universidade Cabo Verde/Universidade do Minho- Cidade da Praia-Cabo Verde.
<https://1library.co/document/yrd7lnjq-desafiando-caminhos-educacao-inclusiva-congresso-verdiano-educacao-inclusiva.html>
4. António, A., Mendes, G.M.L & Gonzáles, O.H. (2021). *Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: Contexto avanços e necessidades emergentes (1979-2017)*.
<https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.77723>
5. Appolinário F. (2004). *Dicionário de Metodologia, Científica: Um Guia Para a Produção do conhecimento Científico*. São Paulo – Atlas. Bandeira, W.L. & Vieira F.B. (2018). *O Papel da Psicopedagogia Frente aos Desafios da Aprendizagem*. 1-8
<https://www.eumed.net/rev/atlanta/2018/06/psicopegogia.aprendizagem.htm>
6. Barbosa, A.C. (2006). *Dificuldades de aprendizagem*. (Monografia de Pós-graduação) Niterói.
<http://www.avm.edu.br/monopdf/6/ANG%C3%89LICACONCEI%C3%87%C3%83O-BARBOSA.pdf>
7. Bardin, L (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo.
8. Barros, A. J. S. & Lehfeld N. A. S. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo.
9. Becker, A.P.S & Rocha, N.L.I (2015). *Interdisciplinaridade na Escola: Contribuições da Psicopedagogia*. 1-7 1646-6977.
<https://www.psicologia.pt/aigos/textos/A0938.pdf>

10. Bento, A.V., Mendes, G.R. & Pacheco D. (2016). *Relação escola Família: Participantes dos encarregados de educação*. 1-10 603-612.
https://www.researchgate.net/profile/Dulce_Pacheco/publication/320353337_Relacao_EscolaFamilia_Participacao_dos_Encarregados_de_Educacao_na_Escola/links/5bf4273a299bf1124fe02ce6/Relacao-Escola-Familia-Participacao-dos-Encarregados-de-Educacao-na-Escola.pdf
11. Blaszkó, C.E., e Portilho, E.M. (2021). *Retrospectiva histórica da psicopedagogia no contexto Brasileiro: Gênese, Documentação e Legalização*. 2117-2132.
<https://doi.org/10.21723/riaee.v16i3.15415>
12. Bossa. N.A. (2019). *A Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da Prática*. Rio de Janeiro- Brasil.
https://books.google.com.gt/books?hl=es&lr=&id=AW_6DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Bossa+N.+Psicopedagogia&ots=6MM12tyQRP&sig=dtlnZ-8CuzumhNngFY6JwQ5IW4c#v=onepage&q=Bossa%20N.%20%20Psicopedagogia&f=true
13. Brito, V.L.T. (2022). *A Inclusão de alunos com NEE: Caso do I ciclo da Escola/agrupamento nº 2 de Veneza- Colheita se São Miguel – Cabo Verde*. [Dissertação de Mestrado] Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Beja- Beja
https://repositorio.ipbeja.pt/bitstream/20.500.12207/5838/1/Vera%20Brito_P_DFA.pdf
14. Calandrim, L.F., Santos, A.B., Oliveira, L.R., Massano, L.G., Vedovato, C.A. & Boaventura, A.P. (2017). *Primeiros socorros na Escola: Treinamento de Professores e Funcionários*. 292-299.
<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/20045/30696>
15. Cardoso, S.S.P.J & Lamas, E.P.R. (2021). *Educação no Processo de Ensino e Aprendizagem Pais e/ou Encarregados - Formas de Acompanhamento*. 1-18.
<https://doi.org/10.34630/erei.v3i9.4225>
16. Carmo, J. S. (2010). *Fundamentos Psicológicos da Educação*. Curitiba – Brasil.

17. Campagnolo, C., & Marquezan, F.F. (2019). *A atuação do psicopedagogo na escola: Um estudo do tipo estado do conhecimento*. 36 (11) 341-351
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v36n111/09.pdf>
18. Cancian, Q.G & Malacarne, V. (2019). *Diferença entre dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem*. 1-14
<https://www.faq.edu.br/novo/pg/congressoeducacao/arquivos/2020/DIFEREN%C3%87AS%20ENTRE%20DIFICULDADES%20DE%20APRENDIZAGEM%20E%20TRANSTORNOS%20DE%20APRENDIZAGEM.pdf>
19. Cassinda, A. C. F e Hengombe B. J. (2019). *Acções Psicopedagógicas Para o melhoramento do Processo de Ensino/ Aprendizagem do Alunos da 9ª Classe da Escola do I Ciclo do ensino Secundário 11 de Novembro- Namibe*. [Tese de Licenciatura Em Psicopedagogia] Instituto de Ciências da Educação. ISCED-Huíla- Lubango.
20. Correia L.M, (2008). *A escola Contemporânea e Inclusão de alunos com NEE. Considerações para uma Educação com sucesso*. Porto Editora- Portugal.
21. Costa, A.A., Pinto, T.M.G, e Andrade, M.S. (2013). *Análise histórica do surgimento da psicopedagogia no Brasil*. 11-21
<https://doi.org/10.14295/online.v7i20.234>
22. Creswell, J.W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projecto de Pesquisa*. São Paulo.
23. Cupata, J.L. (2022). *Representação da História de África no Sistema Educativo de Angola*. [Tese de doutoramento] Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/79026/1/Jacob%20Lussento%20Cupata.pdf>
24. Decreto Presidencial nº 187/17 de 17 de Agosto. *Política Nacional de Educação Especial Orientação para a Inclusão Escolar*. I Série N.º140.
25. Decreto Presidencial nº15/11 de 11 de Janeiro. *Política Cultural da República de Angola*. I Série N.º6.
26. Decreto Presidencial nº40/20 de 10 de Julho. *Estratégia da Educação Inclusiva e desenvolvimento da criança com deficiência 2020-2029*. I Série N.º 131 (Moçambique).

- <https://gazettes.africa/archive/mz/2020/mz-government-gazette-series-i-dated-2020-07-10-no-131.pdf>
27. Fernandez, L.B., Schlesener, A., & Carlos, M. (2011). *A história da Deficiência e seus paradigmas*. 1-13 132-144
<https://doi.org/1033871/2317417x.2011.181>
28. Filipe, S.M & Benevenuto Z.S (2013). *Dificuldades de aprendizagem*. [Centro universitário Leonardo da Vinci]
<https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PEDEaD/article/view/450/143>
29. Filho, I.D.S. (2014). *Um Olhar Sistêmico: Diagnóstico e Intervenção Psicopedagógica*. [Monografia (Graduação em Psicopedagogia)]. Universidade Federal da Paraíba.
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/123456789/4411/1/IDSF11092014.pdf>
30. Flick U. (2005). *Métodos qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa-Portugal.
31. Flick U. (2012). *Introdução a Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes*. Porto- Alegre.
32. Florêncio, R.R., Silva, R.M.G., Menezes, M.R.N., & Coelho, S.R.S (2023). *Psicopedagogo Institucional: Reflexões Acerca da Actuação e os Desafios que enfrenta*. (1-14) 153-166.
<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3797/5845> Fraga, J.O & Gonçalves (2017). *Dificuldades de aprendizagem*. 43-48 (1-6)
https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PED_EaD/article/view/1698/812
33. Franzmam, M. & Bonetti, J.C.S. (2016). *O Trabalho Interdisciplinar: Serviços Social, Psicologia, Pedagogia na unidade escolar*. 95-104.
https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1516/653
34. Gonçalves, J.E. (2013). *Teorias Psicopedagógicas sobre aprendizagem- Módulo I*.
<http://e-learning.uniararas.br/e-learning/v2/conteudo/2013/psico/unidade1/licao2.html>
35. Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de Conteúdo: Sentido e formas de uso*. Portugal.

36. Graças, E. M. (2000). *Pesquisa qualitativa e a Perspetiva Fenomenológica: Fundamentos que norteiam sua trajetória*. REME - Rev. Min. Enf., 4(1/2):28-33, jan./dez., 2000.
<https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v4n1a06.pdf>
37. Graça, D.M.A. (2021). *Equipa Multidisciplinar de Apoio à Inclusão: Perspectivas Sobre o seu Desempenho Pedagógico e Organizacional Num Agrupamento de Escolas*. [Dissertação de Mestrado em Administração Educacional] Escola Superior de Educação Superior de Lisboa- Politécnico de Lisboa.
https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/15587/1/Equipa%20Multidisciplinar%20de%20Apoio%20%c3%a0%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20Inclusiva_tm.pdf
38. Kauark, F.S., Manhães, F.C. & Medeiros, C.H. (2010). *Metodologia da Pesquisa: Um guia prático*. Bahia-Brasil.
https://issuu.com/apogeu/docs/metodologia_da_pesquisa-guia_pr_tit
39. Kiocamba, B.N.A (2019). *As Percepções dos Professores sobre a Inclusão de Alunos co Necessidades Educativas Especiais Numa Escola do Ensino Primário e do I Ciclo do Ensino Secundário da Província do Uíge/Angola*. [Dissertação do Mestrado] Instituto Politécnico de Beja. Escola Superior de Educação.
https://repositorio.ipbeja.pt/bitstream/20.500.12207/5299/1/Br%c3%a9s%2bNeves_Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf
40. Lessard-Hébet M. Goyotte, G. & Boutin, G. (2010). *Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Porto Alegre.
<https://www.scielo.br/j/cp/a/MZ939dkBFZL9C3PkFp7tPJJ/?format=pdf>
41. Maluf, M.R. & Penha, A. V. V. (2008). *Psicopedagogia Educacional na Contemporaneidade*. 1-14
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v28n1/v28n1a11.pdf>
42. Marconi M. A. & Lakatos E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo.
43. Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo.
44. Margens, R.S. (2016). *Reformas do sistema Educativo em Angola: ensino de Base. 1975-2001*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Lusófonas de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e

Administração.

<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/7693/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20raimundo%20sapalo%20mangens%20com%20j%c3%bari.pdf>

45. Marques, T.B. & Picetti, J.S. (s.d). *O que é a Psicopedagogia: Uma Breve Revisão bibliográfica*. (1-19) 38-56.

[Psicopedagogia e TICs \(ufrgs.br\)](#)

46. Masini, E.F.S. (2015), *O Psicopedagogo na Escola*. São Paulo: Cortez.

[O psicopedagogo na escola - Elcie F. Salzano Masini - Google Livros](#)

47. Miranda, A.A.B. (2003). *História, deficiência e educação especial*. 1-7

<https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>

48. Moreira, M. A. (2011). *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo Brasil.

49. Moro, B., Gonçalves, L., Carlesso, P. & Pereira, J. (2019). *Dificuldades e distúrbios de aprendizagem: nos primeiros anos de escolarização 1-8*.

<https://www.redalyc.org/journal/5606/560662196054/560662196054.pdf>

50. Monteiro, C.M., Sales, J.J.A., Sales, R.J.A., & Nakazaki, T.G (2016). *Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente*.

<https://www.redalyc.org/journal/5746/574660899019/html/>

51. Medeiros, M.F. (2017). *O papel da afetividade na relação Professor e aluno e suas implicações na aprendizagem*. P.1165-1178.

<https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10179>

52. Muñoz, M.A.D. (2017). *Educação Moral em Tempos Incertos*. P.87-101.

<https://doi.org/10.15601/1167>

53. Nardino, J., Badke, M.R., Bisogno, S.B.C. & Gutchi, E.J. (2012). *Atividades Educativas em Primeiros Socorros*. 88-92.

[https://www.academia.edu/69618664/Atividades Educativas Em Primeiros Socorros](https://www.academia.edu/69618664/Atividades_Educativas_Em_Primeiros_Socorros)

54. Ndala, D.A.B. (2019). *O Estado da Inclusão Escolar, nas Escolas Públicas e a formação de Professores, Experiências Realizadas em Bengo, Cabinda, Huíla, Luanda e Malange*. [Tese de Doutorado]. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.

<https://www.proquest.com/openview/0ae8994d29b3f94f55c28dcb7469faad/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>

55. Nunes, C. (2021). *Sobre os Métodos de Pesquisa nas Ciências da Educação: Passos Históricos Iniciais e Aproximações Práticas Preliminares*. 1-33.

<https://doi.org/10.51399/reunima.v2i4.93>

56. Oliveira, F.L, Oliveira, V.A. & Santos, R.B. (2019). *O papel da afectividade no processo de aprendizagem na respectiva do psicopedagogo*. 245-265.

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/11415/814>

7

57. Osti, A. & Marcelino, E.L. (2008). *A Importância do trabalho Psicopedagógico: Incentivo Institucional e atendimento as crianças com dificuldades escolares*. 75-78.

<https://www.frjaltosanto.edu.br/site2/wp-content/uploads/2021/06/A-importancia-do-trabalho-psicopedagogico.pdf>

58. Pacheco, A.K.M.B. & Alves, V.L.R (2007). *A História da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma*.

59. Parda, L & Lopes E. S. (2011) *Métodos e Técnicas de investigação Social*. Porto. Real Edictores.

60. Paula, S.R & Faria, M.A. (2010). *Afectividade na Aprendizagem*. Vol. 1- nº1-

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/11415/814>

7

61. Passile F. M. (2019). *Importância do Gabinete de Orientação Psicopedagógica na Instituição Escolar*. [Tese de Licenciatura em Psicologia] *Um Estudo Junto do Complexo Escolar nº 50, Lubango*. Instituto de Ciências da Educação. ISCED-Huíla- Lubango.

62. Perraudeau M, (2013). *Como acompanhar os alunos na aquisição de conhecimentos*. Lisboa.

63. Pinto, A.I & Leal T.B (1991). *Reflexões sobre o papel do psicopedagogo*. 25-31

<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/714/436>

64. Porto Editora – *Funcionamento* no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa Porto Editora [consult.2023-11-27 15:45:53] Disponível em:

- <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/funcionamento>
65. Prodanov, C.C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Brasil.
https://www.researchgate.net/publication/359118465_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_metodos_e_tecnicas_da_pesquisa_e_do_trabalho_academico
66. Ramos, G.P. (2007). *Psicopedagogia Aparando Aretas Pela História*. 9-20.
<https://periodicos.ufrn.br/index.php/VIDYA/article/view/346/320>
67. Romero, R., & Albrecht (2022). *Psicopedagogia escolar como trabalho preventivo em relação as dificuldades de aprendizagem e o papel do psicopedagogo em uma instituição escolar*. 1-14
<https://repositorio.uninter.com/handle/1/1054>
68. Sá, M.S.M., Valle B.B.R., Delou, C.M.C., Oliveira, E.S.G., Gouveia, F., Mello, H.C.S., Mazzillo, I.B., Nogueira, M.L.L., & Rosa, S.P.S (2008). *Introdução à Psicopedagogia*. Curitiba: IESDE-Brasil.
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57797584/INTRODUCAO_A_PSICOPEDAGOGIA-libre.pdf
69. Sampieri, R.H., Collado, C.F. & Lucio, M.P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Porto-Alegre.
70. Santos, S.F.S (2013). *O Papel do Psicólogo Clínico no Cuidados de Saúde Primários*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica]. Universidade Lusíada de Lisboa.
http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3650/1/mpc_fatima_santos_dissertacao.pdf
71. Serra, D.C.G. (2012). *Teorias e práticas da psicopedagogia institucional*. Curitiba- Brasil.
http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_teorias_e_praticas_da_psicopedagogia_institucional.pdf
72. Silva, D.B.M. (2021). *Educação especial em Moçambique: Uma análise das políticas públicas 1998-2019*. [Tese Pós-graduação em Educação] Universidade Federal do Rio Grande do sul- Porto Alegre.
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221040>

73. Silveira, R. (2019). *O que faz um Psicopedagogo Institucional?* 119-134
<https://core.ac.uk/download/pdf/234090348.pdf>
74. Simões, E.D.(2020) *As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social*. Pp.3037-3046.
<https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-220>
75. Soares, M. & Sena, C. C.B. (2012). *A contribuição do Psicopedagogo no Contexto Escolar*. 1-9
<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74460590/126130624014932-phpapp01.pdf>
76. Sousa, P.R., Ribeiro, P.E. & Vianna, A.B.B.A. (2015). *Intervenções em Psicopedagogia Institucional no Brasil e na Argentina: Diferentes Perspectivas*. 1- 10
<https://www.eumed.net/rev/cccss/2015/01/psicopedagogia.html>
77. Tomás, G. (2014). *Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Escola Regular: Percepções de Professores do Ensino Primário na Região Académica IV- Angola* [Tese de Mestrado] Universidade do Minho- Instituto de Educação.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40962>
78. Vercelli, L.C.A. (2012). *O Trabalho do Psicopedagogo Institucional*. 71-76
<https://www.cursosavante.com.br/cursos/curso498/conteudo8766.pdf>
79. Yin, R.K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto-Alegre.
80. Zau, F. (1996). *A Educação em Angola: novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa.
https://cdn-cms.f-static.com/uploads/631901/normal_5a3fdaa5573ae.pdf
81. Zeppone R.M. (2011). *A Conferência Mundial de Educação Para Todos e a Declaração de Salamanca: Alguns apontamentos*.
<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>.

Apêndices

Apêndice1: Guiões de entrevistas feitas aos professores, profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico e a direção de um colégio público de um município do sul de Angola



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED-HUILA
DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM TEORIA DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Caro Professor, o presente guião de entrevista, tem como objectivo de colecta de dados para uma Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Curricular. O estudo tem como tema: Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. E tem como Objectivo geral – Compreender como funciona o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

De salientar que não haverá nenhuma divulgação de imagem, nem dados pessoais, apenas precisar-se-á das opiniões para o estudo.

Desde já agradecemos a vossa participação.

Idade_____

Nível académico_____

Área de formação_____

Tempo de serviço_____

- 1- No dia-dia em sala de aula, quais são os problemas que têm dificultado o processo de ensino/Aprendizagem?

2- Tem interagido com a direção da Escola sobre estes problemas? Que respostas têm sido dadas?

3- Quando a Direção do Colégio pede a intervenção do Gabinete de apoio Psicopedagógico, essa intervenção concretiza-se? Se sim Como? Se não explica porquê?

4. Tem alguma sugestão sobre o trabalho psicopedagógico?



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED-HUILA
DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM TEORIA DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Caro Profissional do Gabinete de apoio psicopedagógico, o presente guião de entrevista, tem como objectivo de colecta de dados para uma Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Curricular. O estudo tem como tema: Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. E tem como objectivo geral: Compreender como funciona o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

De salientar que não haverá nenhuma divulgação de imagem, nem dados pessoais, apenas precisar-se-á das opiniões para o estudo.

Desde já agradecemos a vossa participação.

Idade_____

Nível académico_____

Área de formação_____

Tempo de serviço_____

1- O que entende sobre o trabalho Psicopedagógico?

2- Face aos problemas que interferem no Processo de Ensino/Aprendizagem que o Colégio tem apresentado, considera que o gabinete de apoio consegue dar resposta a todos? Quais são os Problemas que o Gabinete de Apoio Psicopedagógico não consegue responder?

3- Sobre os Profissionais que constituem o gabinete Psicopedagógico, considera a equipa completa para responder devidamente aos problemas que o colégio apresenta?



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED-HUILA
DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM TEORIA DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Sua Excelência Senhor Director (a), o presente guião de entrevista, tem como objectivo de colecta de dados para uma Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Curricular. O estudo tem como tema: Funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola. E tem como Objectivo geral: Compreender como funciona o gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola.

De salientar que não haverá nenhuma divulgação de imagem, nem dados pessoais, apenas precisar-se-á das opiniões para o estudo.

Desde já agradecemos a vossa participação.

Idade_____

Nível académico_____

Área de formação_____

Tempo de serviço_____

1-Diante das dificuldades e problemas que os professores têm identificado aos alunos, que trazem a Direcção da Escola há um encaminhamento ao Gabinete de Apoio Psicopedagógico e outros serviços da comunidade? Em que situação?

2- Tem alguma sugestão sobre o trabalho psicopedagógico?

Apêndice 2: Transcrição da entrevista feita aos professores, profissionais do gabinete psicopedagógico e a Direcção de um colégio público de um município do sul de Angola

Transcrição da entrevista feita aos professores de um colégio público de um município do sul de Angola

1- No dia-dia em sala de aula, quais são os problemas que têm dificultado o processo de ensino/Aprendizagem?

R: O P1 Afirma [Falta de Material, como livros, e falta de condições na própria sala de aula]

P2. Afirma [Falta de interesse no estudo por parte dos alunos que se mantêm distraídos nas aulas]

P3 Afirma [Os alunos não têm muito interesse para estudar]

P4 Afirma [Falta de Material e bom acompanhamento]

P5 [Distração por parte dos alunos e falta de interesse]

P6 Afirma [Escassez de meio de ensino: falta de laboratórios e descontextualização dos livros de apoio]

P8 Afirma [Falta de interesse dos alunos em aprender, ausência dos alunos em sala de aula]

P11 Afirma [Falta de Material por parte dos alunos]

P12 Afirma [Falta de Material dos alunos]

2- Tem interagido com a direção da escola sobre estes problemas?

Que respostas têm sido dadas?

R: P1 Afirma [A Direção comunica aos encarregados de educação]

P2 Afirma [Encaminhamento ao gabinete Psicopedagógico]

P3 Afirma [encaminha ao Gabinete, aconselha o professor e o aluno]

P4 Afirma [Os problemas são encaminhados ao Gabinete psicopedagógico e lá estão os psicólogos que dão seguimento e solução]

P5 Afirma [Eles têm encaminhado ao gabinete de apoio psicopedagógico]

P6 Afirma [Convocar e dialogar com os encarregados de educação e mudar a metodologia de trabalho]

P8 Afirma [Informação aos encarregados de educação]

P9 Afirma [Interagir com os encarregados de Educação]

P12 Afirma [Reuniões com os pais e encarregados de educação]

3- Quando a Direcção do colégio pede a intervenção do gabinete de apoio psicopedagógico, essa intervenção concretiza-se? Se sim como? Se não explica porquê?

R: P1 Afirma [Se tem a ver com as aulas o gabinete psicopedagógico convoca e aconselha o professor e o aluno]

P2 Afirma [Tenho observado o acompanhamento de alguns alunos pelos técnicos do gabinete Psicopedagógico]

P3 Afirma [Porque o gabinete estuda a causa e dá soluções]

P4 Afirma [o aluno é encaminhado ao gabinete e lá é atendido de forma adequada]

P5 Afirma [O gabinete conversa com o aluno e o professor]

P6 Afirma [Temos o gabinete psicopedagógico bastante dinâmico e realiza tarefas]

P7 Afirma [Em alguns casos somos esclarecidos na base de conversa com o coordenador do gabinete]

P8 Afirma [os profissionais do gabinete psicopedagógico, fazem o acompanhamento do aluno e do professor, identificando as possíveis causas e aconselhamento]

P10 Afirma [É de apoiar o gabinete psicopedagógico pelo trabalho que desenvolve quanto estes assuntos]

P11 Afirma [O gabinete Contacta o aluno, o professor e os encarregados]

P12 Afirma [O gabinete de apoio psicopedagógico tem ajudado bastante]

4. Tem alguma sugestão sobre o trabalho psicopedagógico?

R: P1 afirma [que o Gabinete Psicopedagógico trabalhe com os pais ou a família]

P2 Afirma [O gabinete deve informar o objetivo da sua existência]

P3 afirma [que o Gabinete dê palestras aos encarregados de educação]

P4 afirma [Deve trabalhar muito com os alunos e professores e explicar o seu trabalho]

P5 afirma [Que a Direcção do colégio tome em consideração a melhoria das

P6 afirma [que o Ministério de direito financiasse estes gabinetes e apostasse na formação deste pessoal]

P7 afirma [envolvimento do gabinete e atividades com os professores]

P8 afirma [Que o ministério de educação criasse mais gabinetes psicopedagógicos e capacitar os profissionais desta área]

P9 afirma [Envolver os pais e encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem]

P10 Afirma [Palestras aos alunos e dizer as tarefas]

P11 afirma [Promover mais Gabinetes psicopedagógicos e o pessoal qualificado]

P12 [Realizar palestras e atividades para aumentar o nível de conhecimento] condições de trabalho do gabinete de apoio psicopedagógico].

Transcrição da entrevista feita aos profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

1- O que entende sobre o trabalho psicopedagógico?

PGP1 Afirma [o trabalho psicopedagógico é entendido como um ramo da medicina que utiliza os dados que a psicopatologia lhe fornece que estabelece um diagnóstico com a missão de orientação e apreensão dos fenómenos psíquicos anormais e estabelecendo as suas variantes]

PGP2 Afirma [Entendo como sendo uma área de conhecimento que estuda a aprendizagem e a mente. Entender as dificuldades de aprendizagem e melhorar os processos de assimilação de conhecimento]

PG3 Afirma [É entendido como um serviço de apoio psicopedagógico e de orientação para a inserção dos alunos na vida activa dentro do processo de ensino aprendizagem”]

2- Face aos problemas que interferem no processo de ensino/Aprendizagem que o colégio tem apresentado, considera que o gabinete de apoio consegue dar resposta a todos? Quais são os problemas que o gabinete de apoio psicopedagógico não consegue responder?

PGP1 Afirma [Não. Os problemas que geralmente o gabinete de apoio psicopedagógico não consegue dar soluções responder são questões relacionadas com disartrias, afazias, por não possuir especialista]

PGP2 Afirma [Não. O gabinete de apoio psicopedagógico não consegue dar respostas a todos problemas que o colégio apresenta]

PG3 Afirma [Não. O gabinete de apoio psicopedagógico tem dificuldades em dar respostas à problemas ligados ao atendimento educacional especializado por não dispor profissionais e uma sala para o efeito]

3- Sobre os profissionais que constituem o gabinete psicopedagógico, considera a equipa completa para responder devidamente aos problemas que o colégio apresenta?

R: PG1 Afirma [Não está completa, como ensino/aprendizagem no que diz respeito ao colégio já se depara com a inclusão, seria necessário formar professores e psicólogos na distintas áreas]

PG2 Afirma [Completa como tal não. Na minha opinião podia se incluir um sociólogo e um pedagogo]

PG3 Afirma [Não. Sendo um serviço de apoio psicopedagógico multifuncional digo que a equipa não está completa].

Transcrição da entrevista feita a direcção de um colégio público de um município do sul de Angola

1-Diante das dificuldades e problemas que os professores têm identificado aos alunos, que trazem a Direcção da Escola há um encaminhamento ao Gabinete de Apoio Psicopedagógico? Em que situação?

R: Dr.1 afirma: [«Mau comportamento» e dificuldades de aprendizagem]

Dr.2 Afirma [Dificuldades de aprendizagem e alunos que apresentam «mau comportamento»]

2- Tem alguma sugestão sobre o trabalho psicopedagógico?

R: Dr.1 Afirma [Promover seminários de capacitação aos professores, sobre como trabalhar com temas em função das idades e classes dos alunos.]

Dr.2 Afirma [trabalhar com os pais e encarregados de educação para tornar favorável o processo de ensino/aprendizagem].

Apêndice 3: Grelha de observação participante do diagnóstico sobre o funcionamento do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

Grelha de observação participante do diagnóstico feito ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

Grelha de observação participante do diagnóstico feito ao gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola				
Itens	Actividade	Classificação		
		Não Existe	Bom	Muito bom
Interação Psicopedagógica	- Observar como os Professores interagem com os alunos diante das dificuldades de aprendizagem dentro da sala de aula.		X	
	-Identificar a interação entre professores, Direção do colégio e os profissionais do Gabinete de Apoio Psicopedagógico visando intervir para melhorar as dificuldades de aprendizagem e outros problemas		X	
	- Observar como os Profissionais			

Intervenção Psicopedagógica	do gabinete de apoio psicopedagógico intervêm aos alunos e aos professores.		X	
	- Observar como os profissionais do gabinete de apoio psicopedagógico intervêm aos encarregados de Educação		X	
			X	
Trabalho Psicopedagógico	- Identificar o Domínio por parte dos Profissionais do Gabinete de apoio psicopedagógico sobre o trabalho psicopedagógico		X	
Itens	Observação	Classificação		
		Suficiente	Insuficiente	
Desafios/Soluções	- Quanto à constituição da		X	

	equipa de Profissionais do Gabinete de Apoio Psicopedagógico, esta é...		
	Quanto a Organização do Gabinete de apoio psicopedagógico esta é...		X
	Quanto ao material do Gabinete Psicopedagógico, este é...		X

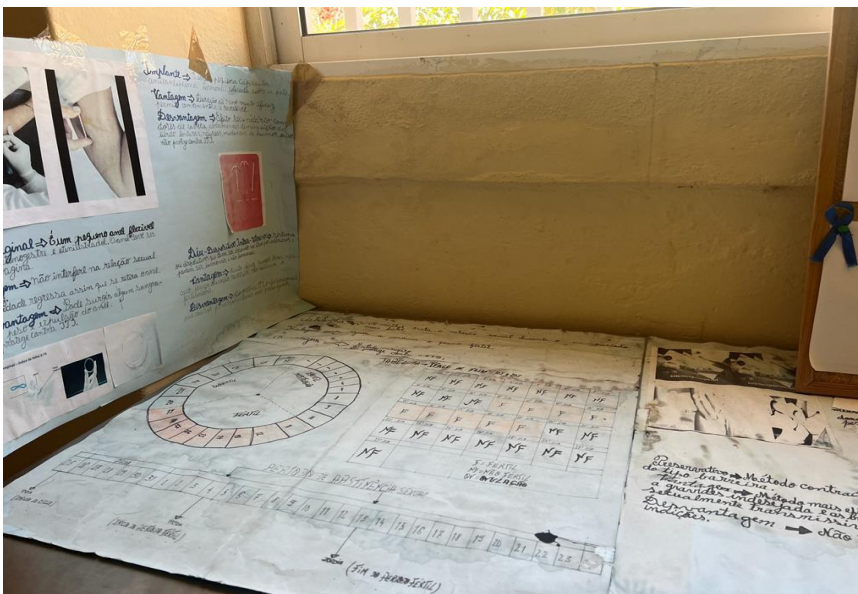
Fonte: Colégio Público do I Ciclo de Um Município do Sul de Angola

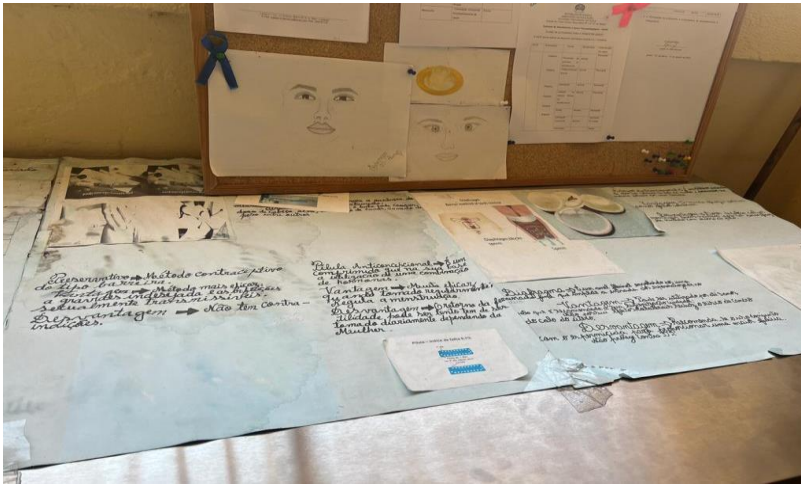
Apêndice 4: Fotografias do material do gabinete de apoio psicopedagógico de um colégio público de um município do sul de Angola

- Cartazes informativas



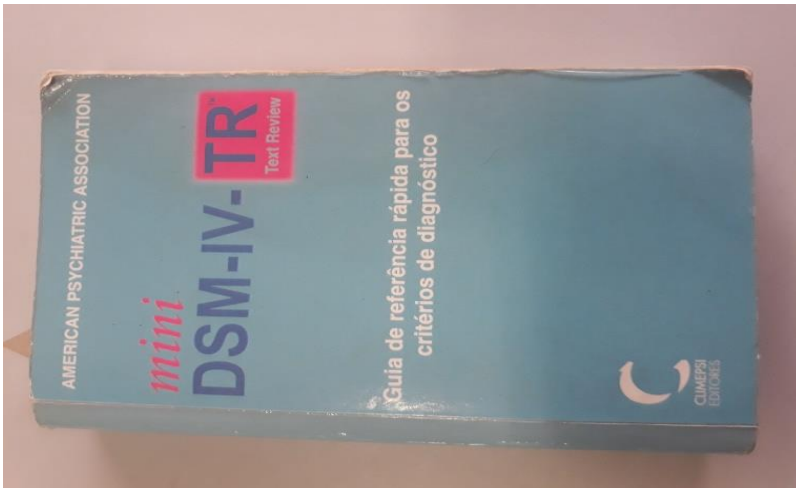
Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola





Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola

- DSM4 como guia para a certificação de alguns sinais patológicos



Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola

- Cama móvel para o atendimento de alunos



Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola

Cadeira Ortodôntica

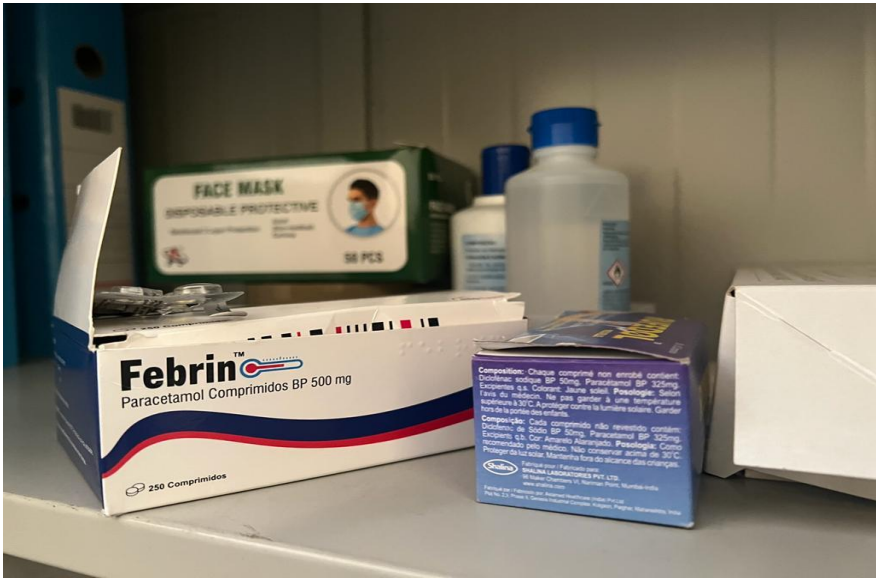


Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola

- Medicamentos para primeiros socorros como paracetamol, álcool etílico e algodão, como seguem-se as imagens:



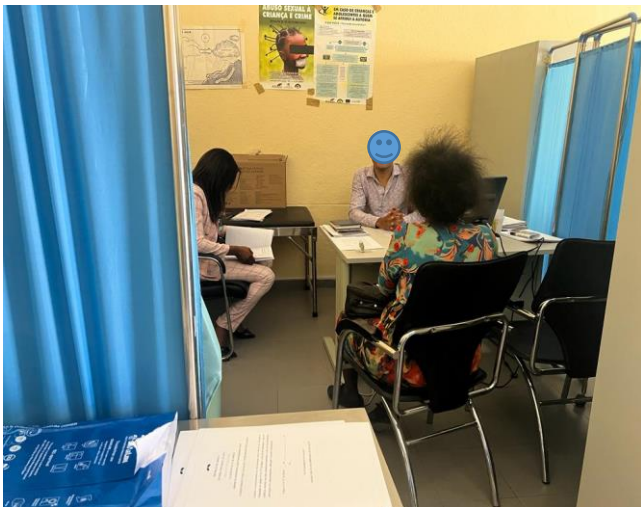
Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola



Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola

Apêndice 5: Fotografias sobre o trabalho de interação e intervenção psicopedagógica de um colégio público de um Município do sul de Angola

Foto1. Interação Psicopedagógica: conversa com o encarregado de educação



Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola

Foto2: Intervenção Psicopedagógica: Orientação vocacional



Fonte: Colégio Público de um Município do sul de Angola

Apêndice 6: Consentimento informado

Anexos

Anexos 1: Credencial



**GABINETE DO VICE-PRESIDENTE PARA OS ASSUNTOS CIENTÍFICA E
PÓS-GRADUAÇÃO
ISCED / HUÍLA**

CREDECIAL

Para a realização de trabalho de pesquisa e para concessão de facilidades junto nos **Recurso Humanos; CIDE; Departamento para os Assuntos Académicos; Herbário; Arquivos e Biblioteca**, credencia-se a estudante, **Cipriana Canene Vilombo**, do 2º Ano do Curso de **Mestrado em Desenvolvimento Curricular**.

Por ser verdade e me ter sido solicitada, mandei passar a presente **CREDECIAL**.

Que vai por mim assinada e autenticada com o carimbo a óleo em uso nesta Direcção.

Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla.

Lubango, 27 de Abril de 2023.

O VPACPG

Bernardo Filipe Matias, PhD



**Anexo 2: Decreto Presidencial Angolano nº15/11 de 11 de Janeiro, artigo
40º e 41º.**

Terça-feira, 11 de Janeiro de 2011

I Série — N.º 6



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 280,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00	
	A 3.ª série	Kz: 95 700,00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 15/11:

Aprova a Política Cultural da República de Angola. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Decreto Presidencial n.º 16/11:

Aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Geral. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Presidencial.

Decreto Presidencial n.º 17/11:

Aprova o Estatuto do Subsistema de Educação de Adultos. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Presidencial.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 15/11
de 11 de Janeiro

Considerando que as valiosas tradições de Angola constituem balizas que definem o carácter identitário do povo angolano e transmitem princípios e valores que nos diferenciam dos demais povos;

Considerando o papel que a cultura joga para a consolidação da paz e da Soberania Nacional, factores fundamentais para o desenvolvimento económico e social;

Tendo em conta que a cultura é uma variável estratégica de grande importância, com efeitos imediatos na coesão interna da sociedade angolana, bem como na marcha em

direcção aos objectivos globais que nos propomos atingir, particularmente na construção de uma nação unida, desenvolvida, próspera, com uma cultura florescente e um Estado de Direito, Democrático e Social;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovada a Política Cultural da República de Angola, proposta pelo III Simpósio sobre Cultura Nacional, com a vigência de 10 anos, anexo ao presente e que dele é parte integrante.

Art. 2.º — É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Art. 3.º — As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Art. 4.º — O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 2 de Agosto de 2010.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

- c) As Escolas Primárias com mais de 1000 alunos são dirigidas por um Director e um Subdirector Pedagógico;
- d) As Escolas Primárias e Secundárias do tipo previsto nas alíneas b) e c) do artigo 33.º são dirigidas por um Director coadjuvado por dois Subdirectores, sendo um Pedagógico e um Administrativo.

2. Constituem órgãos de Direcção das Escolas do Ensino Secundário, os seguintes:

- a) Director;
- b) Subdirector Pedagógico;
- c) Subdirector Administrativo.

3. As suas funções e as competências dos Directores e dos Subdirectores constam do respectivo Regulamento das Escolas do Ensino Geral.

ARTIGO 37.º

(Perfil dos titulares dos cargos de direcção e chefia)

1. São considerados titulares de cargo de direcção e chefia os professores que para além de leccionarem, exercem actividade de coordenação.
2. Os titulares dos cargos de direcção das escolas primárias devem possuir como formação mínima o curso médio de formação de professores na especialidade do ensino primário, ou possuir o II Ciclo do Ensino Secundário e/ou Formação Pedagógica, certificada pelo Ministério da Educação, e ter perfeito domínio da língua portuguesa.
3. Os titulares dos cargos de direcção e subdirecção pedagógica das Escolas Secundárias do I Ciclo devem possuir como formação mínima o bacharelato e, excepcionalmente, podem ser um (a) professor (a) do I ciclo do ensino secundário diplomado e experiente neste nível.
4. Os titulares dos cargos de direcção e subdirecção pedagógica das Escolas Secundárias do II ciclo devem possuir como formação mínima a licenciatura e, excepcionalmente, podem ser um (a) professor (a) do II ciclo do ensino secundário diplomado e experiente neste nível.
5. Os titulares de cargos de subdirecção administrativa devem possuir a formação literária igual a exigida para o exercício do cargo de direcção e possuir experiência adequada para o desempenho do cargo, excepto se na instituição não existir um funcionário com o perfil descrito.

ARTIGO 38.º

(Órgãos de Apoio)

1. Sem prejuízo da criação de outros que venham a tornar-se necessários, são considerados órgãos de apoio à direcção, os seguintes:

- a) Conselho de Direcção;
- b) Coordenação Pedagógica;
- c) Comissão de Pais e Encarregados de Educação;
- d) Gabinete Psicopedagógico.

2. A organização e funcionamento da Comissão de Pais e Encarregados de Educação consta de diploma próprio, a aprovar pelo Ministro da Educação.

3. A organização e funcionamento dos restantes órgãos de apoio, consta do regulamento das Escolas do Ensino Geral.

ARTIGO 39.º

(Órgãos executivos)

1. São considerados órgãos executivos das Escolas do Ensino Geral, os seguintes:

- a) Coordenação do Desporto Escolar e Educação Física;
- b) Coordenação de Círculos de Interesse;
- c) Coordenação de Turno;
- d) Coordenação de Turma;
- e) Coordenação de Classe/Áreas de Conhecimento;
- f) Secretaria.

2. As coordenações em referência são órgãos existentes nas Escolas Primárias e Secundárias do Ensino Geral.

3. A Coordenação de Turno existe apenas nas escolas em que se ministre aulas no período nocturno.

4. Nas escolas primárias os Círculos de Interesse são assegurados pela Coordenação de Classe.

ARTIGO 40.º

× (Gabinete de Apoio Psico-pedagógico)

1. Em cada instituição de ensino geral deve existir um Gabinete de Apoio Psico-pedagógico, que é um espaço multifuncional de atendimento a todos os alunos com necessidades educativas especiais ou não, para que tenham as mesmas oportunidades de sucesso, se promova a equidade na aprendizagem e se garanta a sua inclusão escolar.

2. Os alunos das escolas de ensino geral são atendidos nos Gabinetes de Apoio Psico-pedagógico das respectivas escolas, ou de escolas próximas.

ARTIGO 41.º

(Perfil dos coordenadores dos Gabinetes de Apoio Psico-Pedagógico)

Os responsáveis dos Gabinetes de Apoio Psico-Pedagógico devem estar dotados de conhecimentos relativos à psicologia das idades e pedagogia especial, devido às características/particularidades do seu trabalho no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, e no desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

ARTIGO 42.º

(Nomeação dos titulares de cargos de direcção)

1. Os titulares dos cargos de Direcção das Escolas do Ensino Geral, do Ensino Primário e do I e II Ciclos do Ensino Secundário são nomeados em comissão de serviço, pelo Governador da Província, por proposta do Director Provincial da Educação por um período de 3 anos renováveis por iguais períodos.

2. O recrutamento para o exercício dos cargos de direcção dos estabelecimentos de ensino geral deve obrigatoriamente recair sobre um docente efectivo, a trabalhar em tempo integral, que possua a categoria mais alta dentro da instituição e pelo menos cinco anos de bom e efectivo serviço.

3. Os titulares de cargos de direcção tomam posse do seu lugar perante o Governador Provincial.

4. Os titulares de cargos de direcção são exonerados pelo Governador Provincial.

ARTIGO 43.º

(Nomeação dos titulares dos órgãos de apoio e executivos)

1. Os titulares dos órgãos de apoio e executivos equiparam-se, para efeitos de remuneração, aos titulares de cargos de chefia.

2. A nomeação dos titulares dos órgãos de apoio e executivos é da competência do Director Provincial da Educação, por proposta do Director da Escola.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 17/11

de 11 de Janeiro

A Lei de Bases do Sistema de Educação consigna o Subsistema do Ensino Geral que constitui o fundamento do sistema de educação e visa conferir uma formação integral, harmoniosa e uma base sólida e necessária à continuação dos estudos em subsistemas subsequentes.

Convindo regulamentar o referido Subsistema de ensino nos termos do estabelecido no artigo 74.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Estatuto do Subsistema de Educação de Adultos, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

Art. 2.º — É revogada toda a legislação que contraria o presente Decreto Presidencial.

Art. 3.º — As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidos pelo Presidente da República.

Art. 4.º — O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 29 de Novembro de 2010:

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Costa